



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ-UNIOESTE  
CAMPUS DE FOZ DO IGUAÇU  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU - MESTRADO EM  
SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS**

**ORLANDO BISPO DOS SANTOS**

**O EXÉRCITO BRASILEIRO – 34º BATALHÃO DE INFANTARIA MECANIZADO E  
AS TERRITORIALIDADES NA TRÍPLICE FRONTEIRA ENTRE BRASIL,  
PARAGUAI E ARGENTINA.**

**FOZ DO IGUAÇU  
2016**

ORLANDO BISPO DOS SANTOS

O EXÉRCITO BRASILEIRO – 34º BATALHÃO DE INFANTARIA MECANIZADO E AS  
TERRITORIALIDADES NA TRÍPLICE FRONTEIRA ENTRE BRASIL, PARAGUAI E  
ARGENTINA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
*Stricto sensu*, Mestrado em Sociedade, Cultura e  
Fronteiras; Linha de Pesquisa: Território, História e  
Memória, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná,  
Campus de Foz do Iguaçu como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Mauro José Ferreira Cury.

FOZ DO IGUAÇU  
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca do Campus de Foz do Iguaçu – Unioeste  
Ficha catalográfica elaborada por Miriam Fenner R. Lucas - CRB-9/268

S237 Santos, Orlando Bispo dos  
O Exército Brasileiro – 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado e as territorialidades na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina / Orlando Bispo dos Santos. - Foz do Iguaçu, 2016.  
120 f. : il. : tab. : mapas

Orientador: Prof. Dr. Mauro José Ferreira Cury  
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

1. Brasil – Exército. 2. Geopolítica - Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai). 3. Fronteiras – Medidas de segurança. 4. Política militar. I. Título.

CDU 356(81)  
911.3:32(81:82:89)

ORLANDO BISPO DOS SANTOS

**O EXÉRCITO BRASILEIRO – 34º BATALHÃO DE INFANTARIA MECANIZADO E  
AS TERRITORIALIDADES NA TRIPLICE FRONTEIRA ENTRE BRASIL,  
PARAGUAI E ARGENTINA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* nível, Mestrado, em  
Sociedade, Cultura e Fronteiras; Linha de Pesquisa: Território, História e Memória, da  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu, como  
requisito parcial para obtenção do título de Mestre, pela Comissão Julgadora composta pelos  
membros.

**COMISSÃO JULGADORA:**

---

Prof. Dr. Mauro José Ferreira Cury  
UNIOESTE- Foz do Iguaçu – Orientador

---

Prof. Dr. Valdir Gregory  
UNIOESTE – Marechal Cândido Rondon

---

Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga  
UEL – Membro Externo

Foz do Iguaçu, março de 2016.

Dedico essa dissertação a duas pessoas que para mim são extraordinárias. A minha mãe Eunice Oliveira, a quem devo tudo que sou por me fazer existir e seguir caminhos iluminados pelos reflexos dos seus cuidados e incentivos, norteados pela força, dedicação e pela vontade em me tornar um cidadão de bem no contexto social. A minha esposa Clarice Santos, pelo companheirismo e pelas qualidades apresentadas ao desempenhar os papéis de mãe e de esposa. Por estar sempre ao meu lado e apresentar apoio incondicional em todas as jornadas, em especial no transcorrer dessa pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Deus criador dos céus e terra, por ter me concedido o dom da vida.

Esta dissertação é resultado da participação de amigos e instituições que se empenharam a prestar apoio que contribuíram para a sua construção.

Devo agradecimento incondicional a minha família composta pela minha esposa Clarice Santos e meus filhos Leandro Lima e Alice Lima, por fazerem parte da minha vida em todos os momentos e servirem de motivação para a realização dos meus sonhos, a destacar o apoio prestado na realização deste que concretizei, o título de mestre.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná, a Coordenação do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Sociedade Cultura e Fronteiras, representada pelo Professor Dr. Samuel Klauck. Ao curso de graduação em turismo da Unioeste e ao professor Sergio Winkert pela amizade. À Vania Valle, assistente do programa pela dedicação em suas atribuições profissionais, pelo carinho e atenção em que nos prestou em seu local de trabalho no transcorrer do curso.

Ao meu orientador Professor Dr. Mauro José Ferreira Cury, pela experiência e a forma enérgica de orientar. A firmeza nas tomadas de decisões, e, sobretudo, a amizade construída durante o tempo, e por se apresentar como um pai, em momentos oportunos.

Agradeço aos professores do programa e a banca de qualificação formada pelos professores Mauro José Ferreira Cury, Valdir Gregory e Eric Gustavo Cardin pelas contribuições que nortearam o desenvolvimento da pesquisa.

Ao Comando do 34º BI Mec representado pelo Sr. Tenente Coronel Agenor Lobo de Lima Junior, que me concedeu o acesso aos arquivos históricos da instituição, com o objetivo de desenvolver a coleta de dados para estruturação dos resultados da pesquisa.

Aos meus companheiros da harmoniosa Banda de Música pelo incentivo, em especial o 1º Tenente Luiz César Tavares Moreira – Regente, que por saber conduzir suas atividades militares prestou-me apoio incondicional. A esse devo honras, pois suas contribuições foram além das minhas expectativas como seu comandado. Agiu não como Chefe, e sim como um pai que faz o impossível para atribuir ao filho as melhores condições.

Ao meu amigo e irmão Guilherme Barros, pelo companheirismo, atenção e o apoio prestado a partir de sua experiência acadêmica.

Por ultimo agradeço a banca de defesa composta pelos Professores Doutores Mauro José Ferreira Cury e Valdir Gregory da UNIOESTE, campus de Foz do Iguaçu, e o Professor

Doutor Nilson Cesar Fraga da Universidade Estadual de Londrina-UEL, pelas importantes sugestões que contribuíram para concretização e esclarecimento dos objetivos propostos na pesquisa. Nesse conjunto, agradecimento especial ao Professor Valdir Gregory, que fez parte da minha trajetória no mestrado, pois participou da entrevista no processo de seleção, da banca de qualificação e de defesa.

O território é um lugar de relações a partir da apropriação e produção do espaço geográfico, com o uso de energia e informação, assumindo, desta maneira, um novo significado, mas sempre ligado ao controle e a dominação social.

Marcos Aurélio Saquet (2013)



SANTOS, ORLANDO BISPO DOS. O EXÉRCITO BRASILEIRO-34º BATALHÃO DE INFANTARIA MECANIZADO E AS TERRITORIALIDADES NA TRÍPLICE FRONTEIRA ENTRE BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA. Número de páginas, 120. Dissertação. Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Campus de Foz do Iguaçu.

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar o Exército Brasileiro-34º Batalhão de Infantaria Mecanizado- BI Mec. e as territorialidades na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. Faz uma abordagem das relações transfronteiriças no contexto militar entre os Exércitos dos três países. A existência de forças militares nos territórios fronteiriços permite manter a integridade do Estado-Nação do ponto de vista geopolítico. As conexões entre as Forças Armadas, nestes territórios transfronteiriços, consistem na formulação de estratégias de defesa em âmbito interno e externo, por meio da soma de esforços político-militar conjunto com vistas a manter a autonomia de cada Estado no território que abarca os Estados Nacionais no contexto da América do Sul e em termos continentais. O estudo tem caráter teórico e empírico, com abordagem nas territorialidades transfronteiriças, que envolve as articulações estratégicas pelas relações de intercâmbio militar para o desenvolvimento da Segurança dos Estados Nacionais na Tríplice Fronteira. Os métodos partem de uma abordagem de pesquisa documental e descritiva. A pesquisa de campo assume um caráter documental, bibliográfico. Os resultados da pesquisa permitem comprovar as Territorialidades do Exército na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina e as conexões do 34º BI Mec. com Paraguai e Argentina. A abordagem interdisciplinar, com viés geográfico, colabora para o entendimento das relações entre os três Estados Nacionais e quais as contribuições para a integração entre eles.

**Palavras-chave:** Território, Territorialidade Transfronteiriça, Exército Brasileiro, Tríplice Fronteira: Brasil, Paraguai e Argentina.

SANTOS, ORLANDO BISPO DOS. EL EJÉRCITO BRASILEÑO - 34º BATALLÓN DE INFANTERÍA MECANIZADA Y LAS TERRITORIALIDADES EN LA TRIPLE FRONTERA ENTRE BRASIL, PARAGUAY Y ARGENTINA. Número de páginas, 120. Disertación de Maestría. Maestría en Sociedad, Cultura y Fronteras - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Campus de Foz do Iguaçu.

## RESUMEN

Esta disertación tiene como objetivo analizar el Ejército Brasileño - 34 º Batallón de Infantería Mecanizada - BI Mec. y las territorialidades en la Triple Frontera entre Brasil, Paraguay y Argentina. Haz un abordaje de las relaciones transfronterizas en el contexto militar entre los Ejércitos de los tres países. La presencia de fuerzas militares en los territorios fronterizos permite mantener la integridad del Estado Nación del punto de vista geopolítico. Las conexiones entre las fuerzas armadas, en estos territorios fronterizos, consisten en la formulación de estrategias de defensa en el entorno interno y externo, a través de la suma de esfuerzos político-militares conjuntos con el fin de mantener la autonomía de cada Estado en el territorio que comprende los Estados Nacionales en el contexto de América del Sur y en términos continentales. El estudio tiene características teóricas y empíricas para tratar de las territorialidades transfronterizas, que implica las articulaciones estratégicas por las relaciones de intercambio militar para el desarrollo de la Seguridad de los Estados Nacionales en la Triple Frontera. Los métodos se basan en un enfoque de investigación documental y descriptiva. La investigación de campo es documental y bibliográfica. Los resultados de la encuesta permiten comprobar las Territorialidades del Ejército en la Triple Frontera entre Brasil, Paraguay y Argentina y las conexiones del 34 BI Mec. con Paraguay y Argentina. El enfoque interdisciplinar, con sesgo geográfico, contribui a la comprensión de las relaciones entre los tres Estados Nacionales y cuáles las contribuciones a la integración entre ellos.

**Palabras clave:** Territorio, Territorialidad Transfronteiriza, Ejército Brasileño, Triple Frontera: Brasil, Paraguay y Argentina.

SANTOS, ORLANDO BISPO DOS. THE BRAZILIAN ARMY – 34<sup>TH</sup> MECHANIZED INFANTRY BATTALION AND THE TERRITORIALITIES AT THE TRIPLE BORDER AMONG BRAZIL, PARAGUAY AND ARGENTINA. Number of pages, 120. Thesis. Master Degree in Society, Culture and Borders - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Foz do Iguaçu.

## **ABSTRACT**

This thesis' main goal is to analyze Brazilian's 34<sup>th</sup> Mechanized Infantry Battalion and the territorialities on the Triple Border among Brazil, Paraguay and Argentina focusing on the cross-border relation at the military context among the armies from the three countries. The presence of military forces at border territories maintain nation-state's integrity from the geopolitical point of view. Created through the sum of political and military efforts, the connections among Armed Forces at these cross-border territories exist in order to originate defense strategies for internal and external matters as a way of keeping each State's autonomy within South America context and continental terms. This paper has both theoretical and empirical feature and focuses on the cross border territoriality, which involves strategic joint made by military exchanges to guarantee the National State's development at the triple border. The methods used are based on a documental and descriptive research approach. The field research is bibliographical. The provided results confirm the territorialities of the Triple Border Army and the connections of Brazilian's 34<sup>th</sup> Mechanized Infantry Battalion with Paraguay and Argentina, with geographical orientation and interdisciplinary approach, contributes with the understanding among the three Nation States, thus with their integration.

**Keywords:** Territory, Territoriality, Cross-border, Brazilian Army, Triple Border: Brazil, Paraguay and Argentina.

## **LISTA DE FIGURAS**

|                                                                                   |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1: Localização da Tríplice Fronteira. ....                                 | 18 |
| Figura 2: Localização das Colônias Militares de Chapecó, Chopim e do Iguassu..... | 51 |
| Figura 3: Bases do Exército na Linha de Fronteira do Brasil.....                  | 67 |
| Figura 4: Mapa do território argentino e as instalações militares.....            | 88 |

## **LISTA DE QUADROS**

|                                                             |    |
|-------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1: Intercambio Militar do Exterior no Brasil .....   | 71 |
| Quadro 2: Intercambio Militar do Brasil no Exterior. ....   | 72 |
| Quadro 3: Exercícios Combinados do Exército argentino. .... | 94 |

## LISTA DE SIGLAS

|                 |                                                    |
|-----------------|----------------------------------------------------|
| AM              | Amazonas                                           |
| BR-277          | Brasil – 277                                       |
| 1º Bfron        | 1º Batalhão de Fronteira                           |
| 8º BIS          | 8º Batalhão de Infantaria de Selva                 |
| 15ª Cia de Eng. | 15ª Companhia de Engenharia                        |
| 15º B. Log      | 15º Batalhão Logístico                             |
| 15ª Bda Inf Mec | 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada               |
| 30º BI Mec      | 30º Batalhão de Infantaria Mecanizado              |
| 16ª Bda Inf SI  | 16ª Brigada de Infantaria de Selva                 |
| 33º BI Mec      | 33º Batalhão de Infantaria Mecanizado              |
| 34º BI Mec      | 34º BI Mec Batalhão de Infantaria Mecanizado       |
| 34º BI Mtz      | 34º Batalhão de Infantaria Motorizado              |
| 61º BIS         | 61º Batalhão de Infantaria de Selva                |
| CMMBEU          | Comissão Militar Mista Brasil Estados Unidos       |
| COTER           | Comando de Operações Terrestres                    |
| CDS             | Conselho de Defesa Sul-Americano                   |
| CEA             | Conferencia dos Estados Americanos                 |
| 15ª C Inf Mtz   | 15ª Companhia de Infantaria Motorizada             |
| 16º Esqd C Mec  | 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado              |
| 26º GAC         | 26º Grupo de Artilharia de Campanha                |
| IBGE            | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística    |
| MS              | Mato Grosso do Sul                                 |
| MERCOSUL        | Mercado Comum do Sul                               |
| MMBIP           | Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai |
| NE              | Noticiário do Exército                             |
| ONU             | Organização das Nações Unidas                      |
| OTAN            | Organização do Tratado do Atlântico Norte          |
| Pacto ABC       | Pacto Argentina, Brasil e Chile                    |
| PR              | Paraná                                             |
| SISFRON         | Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira    |
| UEA             | Universidade do Estado do Amazonas                 |

|          |                                                                      |
|----------|----------------------------------------------------------------------|
| UNASUL   | União de Nações Sul- Americana                                       |
| UNESCO   | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| UNIOESTE | Universidade Estadual do Oeste do Paraná                             |

## SUMÁRIO

|                                                                                                             |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                  | <b>15</b>  |
| 1.1 APORTES METODOLÓGICOS .....                                                                             | 24         |
| <b>2. ABORDAGEM CONCEITUAL DE TERRITORIALIDADES<br/>TRANSFRONTEIRIÇAS E SEGURANÇA NACIONAL .....</b>        | <b>28</b>  |
| 2.1 - A INTERDISCIPLINARIDADE, OS TERRITÓRIOS E AS TERRITORIALIDADES.<br>.....                              | 28         |
| 2.2 A GEOGRAFIA, O TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES<br>TRANSFRONTEIRIÇAS. ....                                | 36         |
| 2.3 - HISTORICIZAÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA: A COLÔNIA MILITAR DO<br>IGUASSU.....                            | 44         |
| <b>3. CONXÕES, INTER-RELAÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA TRÍPLICE<br/>FRONTEIRA.....</b>                     | <b>64</b>  |
| 3.1- EXÉRCITO BRASILEIRO E AS RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS DO BRASIL<br>COM O PARAGUAI .....                  | 74         |
| 3.2 34º BATALHÃO DE INFANTARIA MECANIZADO E AS RELAÇÕES<br>TRANSFRONTEIRIÇAS ENTRE BRASIL E ARGENTINA. .... | 83         |
| 3.3 INTERCONEXÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA TRÍPLICE FRONTEIRA .....                                        | 95         |
| <b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                         | <b>111</b> |
| <b>5. REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                 | <b>116</b> |



## 1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação faz uma abordagem da presença do Exército Brasileiro, em Foz do Iguaçu, desde a instalação da Colônia Militar utilizada pelo Estado, como instrumento estratégico de controle e de integração territorial e caracteriza as territorialidades na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. A Colônia Militar delimitou o território de fronteira e formalizou a presença do Estado Nacional como relações de poder, com vistas a reafirmar o compromisso de manutenção da Soberania Nacional e controle Geopolítico.

Além desses fatores apontados, este trabalho mostra as conexões territoriais estabelecidas pelos povos fronteiriços por meio do processo político-militar, que reforçou a compreensão do Estado em criar estratégias de defesa territorial na fronteira. A pesquisa tem caráter teórico, empírico, documental e histórico; faz uma abordagem dos aspectos políticos, sociais e econômicos na Tríplice Fronteira, que envolve os municípios de Foz do Iguaçu – Brasil; Ciudad del Este – Paraguai; Puerto Iguazú – Argentina.

A motivação para esta pesquisa parte da minha experiência de vida. Ao ingressar nas fileiras do Exército Brasileiro, no ano de 2000, fui aprovado no concurso de admissão a Cabo Músico na cidade de Manaus – AM. Depois, fui designado para a 16ª Brigada de Infantaria de Selva – 16ª Bda. Inf. Sl. em Tefé - AM, onde participei de três cursos de formação militar. O primeiro foi o curso de Soldado Combatente de Selva, formação que me fez ter uma noção inicial das atribuições militares. Ainda no mesmo ano, 2000, ingressei no Curso de Formação de Cabo, que me capacitou a Cabo Músico. Em 2001 ingressei no Curso de Formação de Sargento, que concluí no mesmo ano. Em 2006 veio minha promoção para 3º Sargento.

Ingressei, em 2004, no Curso de Licenciatura Plena em Geografia, no Centro de Estudos Superiores de Tefé - CEST, pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Os estudos de geografia aliados à minha formação no Exército e, principalmente, à localização da cidade de Tefé-AM motivaram o meu interesse pelo tema que aqui será discutido. Tefé está na Faixa de Fronteira, no Arco Norte, e centraliza o Comando das Unidades Militares que estão nesta Faixa, que atende o 8º Batalhão de Infantaria de Selva com sede em Tabatinga-AM e com desdobramento em Pelotões localizados em Ipiranga, Estirão do Equador, Vila Bittencourt e Palmeiras. Também atende ao 61º Batalhão de Infantaria de Selva – 61º BIS em Cruzeiro do Sul-AC, que se ramifica em dois destacamentos, o de São Salvador e o de Marechal Taumaturgo.

Enquanto militar do Exército, tive acesso a vários municípios do Estado do Amazonas, pois a Unidade Militar em que estava lotado, a 16ª Bda. Inf. Sl., é um instrumento de ação

operacional de pronto emprego do Poder Central no âmbito da Segurança Nacional naquele território. A 16ª Bda. Inf. Sl., por ser o centro de comando das Unidades Militares do Exército, que estão situadas na Tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, pelas cidades gêmeas de Tabatinga-Brasil; Letícia-Colômbia e a cidade de Rosário-Peru, que está situada à margem esquerda do rio Solimões, desenvolve várias atividades de combate a crimes transfronteiriços e de apoio humanitário às comunidades dos três países.

Meu envolvimento profissional nas atividades desenvolvidas pelo Exército, como integrante da 16ª Bda. Inf. Sl., por quase dez anos, teve início em 12 de março de 2000 e seguiu até 10 de janeiro de 2010, consistiu na experiência militar em áreas de fronteiras a partir das percepções das relações transfronteiriças. Essa experiência possibilitou minha transferência para a cidade de Foz do Iguaçu, por interesse do serviço do Exército para a Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina. Apresentei-me para o serviço, no 34º BI Mec., em 16 de fevereiro de 2010 e, a partir dessa data, iniciei um novo ciclo de vivência militar.

Minha atuação profissional na Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru, pela 16ª Bda. Inf. Sl., e a experiência adquirida na Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina, como integrante da nova Unidade Militar, o 34º BI Mec., estabelecido em Foz do Iguaçu a partir da Colônia Militar, em 1889, como instrumento estratégico de defesa do território de fronteira como relações de poder do Estado-Nação, permitiu-me reforçar o conhecimento de vivência regional.

Essa experiência militar atrelada à experiência acadêmica, por ter graduação em Geografia e ser aluno do 2º ano do curso de Bacharelado em Turismo, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, campus de Foz do Iguaçu, deu-me suporte para ingressar no curso de Mestrado Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras, pela mesma Universidade, tendo a seguinte proposta de pesquisa: “O Exército Brasileiro – 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado e as Territorialidades na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina”.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as territorialidades estabelecidas pelo 34º BI Mec., na Tríplice Fronteira, como Segurança Nacional e identificar as possíveis aproximações transfronteiriças entre Brasil, Paraguai e Argentina.

Os objetivos específicos foram:

a) Analisar a interdisciplinaridade com as abordagens conceituais das territorialidades transfronteiriças com o 34º BI Mec.;

b) Identificar as atividades estabelecidas pelo Exército como relações de poder na Tríplice Fronteira associadas ao desenvolvimento de Foz do Iguaçu;

c) Identificar as interconexões do 34º BI Mec. e as territorialidades entre Brasil, Paraguai e Argentina.

Nessa perspectiva apresentada, a pesquisa traz uma abordagem interdisciplinar com viés geográfico e histórico, com foco nas atividades desenvolvidas por essa Unidade Militar na Tríplice Fronteira do Brasil, Paraguai e Argentina, em Foz do Iguaçu. O trabalho trata da historicização da Tríplice Fronteira, no contexto histórico da Bacia do Prata, pelas questões que envolveram os três países do ponto de vista de sua formação geográfica e a conexão dos territórios.

A localização geográfica da Tríplice Fronteira apresenta características intrínsecas de sua formação territorial, histórica e de relações humanas no espaço-tempo. A ocupação desse território pelo poder público, a partir de uma perspectiva militar e o viés geopolítico, pela importância estratégica de sua localização, consistiu em dar dimensões a novas perspectivas do ponto de vista político, social e econômico, tais como: criar estruturas que possibilitassem elevar as condições da Tríplice Fronteira, de um plano micro ao plano macro, no que diz respeito as suas dimensões comerciais, que girou num primeiro instante em torno do cultivo de erva-mate e madeira e, posteriormente, em torno do comércio e do turismo; e, também, elevar as condições sociais pela diversidade religiosa e cultural por meio das relações humanas de distintos contextos sociais e com várias formas de visualizar as questões em torno da sociedade e sua relação com o território.

Essa Tríplice Fronteira, em estudo, guarda em seu contexto social e territorial fatores que, ao longo da história, contribuíram para estabelecer condições para realizar investigações diversas com o objetivo de elucidar questões que concernem ao pensamento e às práticas humanas, com vistas à construção de um ambiente propício ao desenvolvimento de suas atividades e realizações de seus anseios. Nara de Oliveira (2012, p. 17) afirma que “uma cidade de fronteira é uma sociedade poliédrica”. A autora utilizou esse termo para retratar Foz do Iguaçu no contexto da Tríplice Fronteira, por ser um território múltiplo em termos econômicos, sociais e culturais.

Esses fatores apresentados colaboram para inserir o território fronteiriço num viés interdisciplinar. As atividades sociais condicionam as ações do poder central e concentram as formulações estratégicas no sentido de assegurar as condições físicas do território em meio à diversidade de atuações derivadas das práticas humanas e, com vistas a possibilitar as conexões pelas territorialidades transfronteiriças. A figura 1 possibilita a visualização das territorialidades transfronteiriças que estão sendo analisadas nesta dissertação.

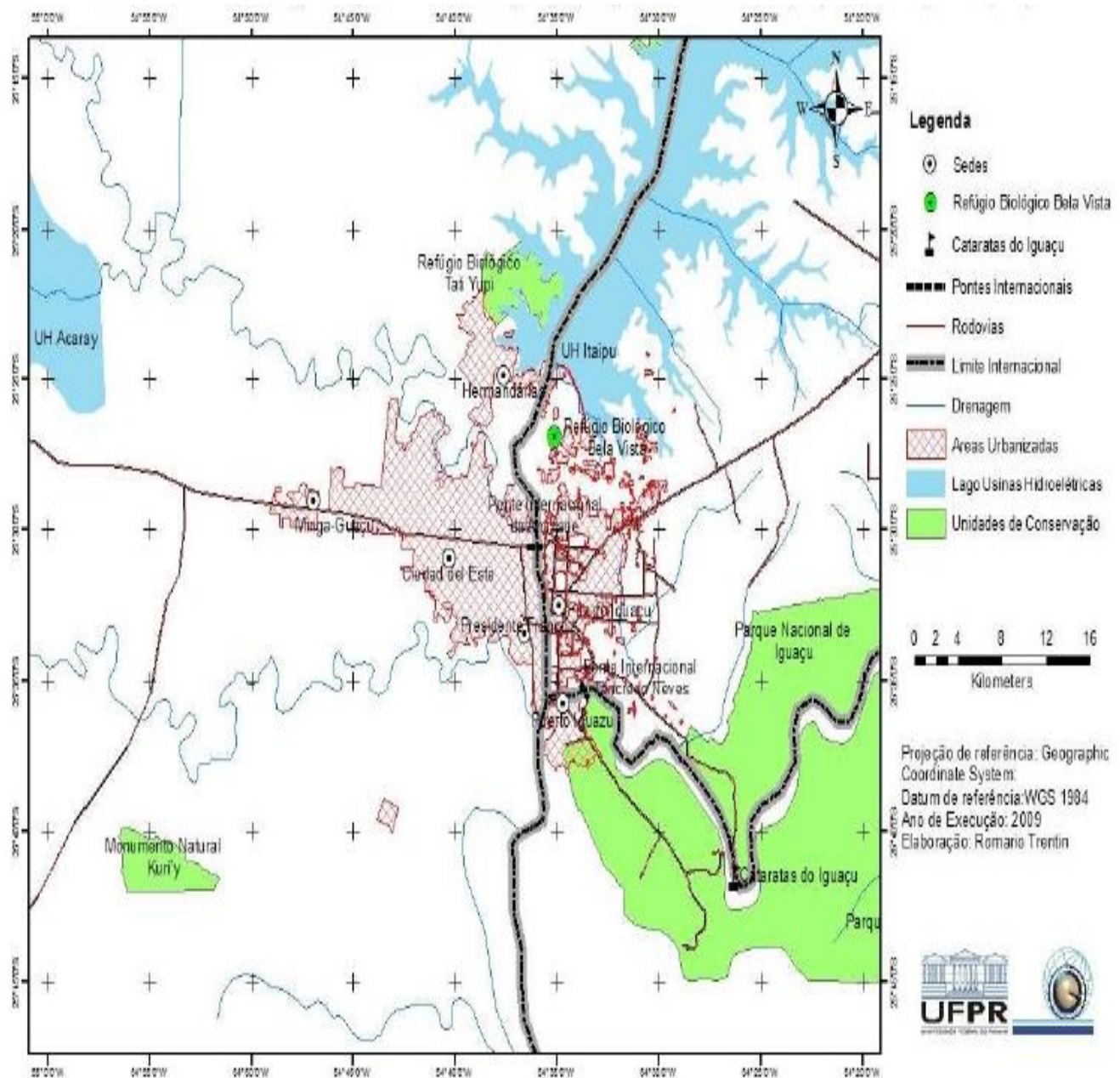


Figura 1: Localização da Tríplice Fronteira.

Fonte: CURY, 2010.

A formação das territorialidades da Tríplice Fronteira, do ponto de vista geopolítico, consolidou-se a partir de tratados, conflitos e negociações diplomáticas ocorridos em seu contexto histórico. As questões do Prata, tais como a Guerra da Cisplatina, entre os anos de 1825 e 1828; a Guerra do Prata, entre os anos de 1851 e 1852 e a Guerra da Tríplice Aliança, entre os anos de 1864 e 1870, que envolveram Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, foram fatores que influenciaram nas delimitações territoriais desses países.

A Guerra Cisplatina foi provocada pela disputa da foz do rio da Prata entre Brasil e Argentina. O rio da Prata era utilizado como ponto chave de ligação entre o interior da

América ao Oceano Atlântico e o caminho de acesso ao Oeste do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso. O desejo do Brasil e da Argentina em manter o Uruguai em suas zonas de influências e interesses econômicos possibilitou o aumento da rivalidade entre os dois países.

Conforme Carneiro Filho (2014, p. 61), as rivalidades entre esses dois países aconteceram “em virtude de questões como: a liberdade de navegação dos rios; disputas fronteiriças; rixas políticas entre grupos locais e outras rivalidades seculares”. Entre essas disputas fronteiriças, vale destacar as questões de Palmas ou Misiones, entre os anos 1857 e 1895, que contribuíram para ampliar as discussões a respeito da ocupação, exploração e a colonização das fronteiras a Oeste do Estado do Paraná.

Os interesses de domínio geopolítico no território da Bacia do Prata por Brasil, Paraguai e Argentina geraram a Guerra do Paraguai. Denominada como Guerra da Tríplice Aliança, ocorrida entre os anos de 1864 e 1870. Brasil, Argentina e Uruguai, com o Tratado da Tríplice Aliança, somaram esforços militares e, com incentivos políticos da Inglaterra, conseguiram depor Solano Lopez ao poder do Paraguai e impedir o crescimento econômico do país. Essas questões geopolíticas ocorridas no contexto da Bacia do Prata contribuíram para a fortificação militar dos países e a configuração de suas fronteiras, vale destacar a Tríplice Fronteira, em estudo nesta pesquisa. Conforme Carneiro Filho (2014, p. 60), “as fronteiras entre Brasil, Paraguai e Argentina passaram a tomar os contornos atuais somente após a Guerra do Paraguai- 1864-1870”.

As questões que existiram entre esses países geraram preocupações para o Estado brasileiro e, com isso, a criação de estratégias com o objetivo de gerar uma ocupação militar e, dessa forma, assegurar e povoar as fronteiras por meio da instalação de colônias militares em várias partes do território brasileiro como Segurança Nacional.

As principais colônias militares implantadas entre os Estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina foram as seguintes: a Colônia Militar de Chopim, em 1882; a Colônia Militar de Chapecó, em 1882; a Colônia Militar de Jataí, em 1855 e a Colônia Militar do Iguassu, em 1889, que será abordada no decorrer desta dissertação.

O Exército brasileiro, na Tríplice Fronteira, foi constituído como instrumento de controle geopolítico do Estado-Nação e centro das formulações estratégicas de Segurança Nacional como relações de Poder. A atuação em Foz do Iguaçu consiste num aparato militar que tem como objetivo a formulação de estratégias de controle e proteção do território e de representar o Estado nas relações geopolíticas com Paraguai e Argentina.

As concepções político-militares, numa abordagem geopolítica, estabelecem estratégias de proteção dos recursos territoriais e de integração nacional do povo, com vistas a garantir as estabilidades previstas pelo Estado-Nação por meio de instrumentos específicos de planejamento estratégico e de Segurança Nacional. Nesse cenário, vale destacar o 34º BI Mec. em Foz do Iguaçu, que é um dispositivo essencial no tocante ao controle das ações sobre sua área de atuação na Tríplice Fronteira, em sua extensão e amplitude que lhes são próprias, por meio de estratégias que propiciam atividades voltadas à Segurança Nacional.

O 34º BI Mec. como parte do Potencial Nacional, é um recurso básico em Foz do Iguaçu que integra em seu quadro pessoal um efetivo de 700 homens, constituído por oficiais superiores e subalternos e, as praças, que são constituídas de Subtenentes, Sargentos, Cabos e Soldados. Vale ressaltar que nesse efetivo militar está incluso 7 mulheres, que atuam na área da saúde e em atividades relacionadas a administração do Batalhão.

Ao longo de sua história, essa Unidade Militar representa o Governo do Brasil como instrumento de intervenção por meio de múltiplas relações, tais como, a integração populacional ao território, o desenvolvimento de ações que permitem reforçar a integridade social, cultural e a manutenção das territorialidades entre os países da Tríplice Fronteira.

As relações de poder do Estado brasileiro, no que se refere ao território fronteiriço, busca atender às necessidades do país e estabelecer condições necessárias para solucionar as questões relacionadas à Segurança Nacional e às relações transfronteiriças com Paraguai e Argentina. Com base nas demarcações dos limites territoriais na Tríplice Fronteira, o Estado-Nação preconiza a formulação de estratégias com a finalidade de manter sua independência e sua soberania geopolítica em relação aos seus vizinhos, isso ocorre a partir do fortalecimento do Potencial Nacional. Golbery do Couto e Silva enfatiza que:

Num país onde se adote a planificação mais ou menos extensiva com vistas ao desenvolvimento econômico e ao progresso social, evidentemente o planejamento da Segurança Nacional, na parte que diga respeito, sobretudo ao fortalecimento do Potencial, deverá ajustar-se ao mesmo ritmo estabelecido para aquela planificação, inscrevendo-se aí os planos estratégicos como simples complementação que de fato são com finalidades especiais. (SILVA, 1979, p. 115).

Diante desse discurso militarista, compreende-se que as estruturas do Potencial Nacional como planejamento estratégico de fortificação e Segurança Nacional, constituem-se fatores importantes para a planificação do desenvolvimento econômico e o progresso do Estado-Nação em sentido amplo, além de estabelecer condições favoráveis ao

desenvolvimento de ações que assegurem o bem estar da sociedade em seu território, como um direito constitucional. Conforme Carlos de Meira Mattos (1977).

O poder nacional, é a soma dos recursos materiais e dos valores psicológicos de que dispõe o Estado, tendo em vista os objetivos que pretendem alcançar ou preservar. É exercido através do Estado, por meio de um governo, com a incumbência de, na ordem interna, defender os interesses da nação que representa. (MATTOS, 1977, p. 48).

Isso ocorre a partir do componente militar como relações de poder exteriorizado por meio do Exército brasileiro como um dos instrumentos de integração social aos planos estratégicos de desenvolvimento nacional como parte das atribuições estabelecidas pelo poder central. Essas relações de poder que imprimem as conexões do povo com o Potencial Nacional, estabelecem a superioridade de uma Nação em relação à outra, pois essa superioridade não se mede tão somente em campo de batalha, leva-se em consideração o equilíbrio político, social, econômico e, também, as conexões do povo com o Estado, com vistas a estabelecer relações de poder, de forma a assegurar os anseios do Estado-Nação.

As conexões estabelecidas entre o povo e o Poder Central do Estado determinam o equilíbrio político e econômico, tendo como objetivo desenvolver as articulações constitucionais de estratégias, com vistas a programar os instrumentos fundamentais do Estado para, assim, controlar os antagonismos, isto é, as ameaças externas ao Estado-Nação.

O discurso militar atual vislumbra manter a paz em relação a outros países e a ordem pública interna por meio de instrumento estabelecido em lei, como suporte de atuação estratégica. No entanto, a experiência acadêmica e, a atuação profissional militar em território de Tríplice Fronteira permitiu observar a atuação do Potencial Nacional por meio de forças militares e levar em consideração a importância do estabelecimento de ações político-militares como formulação estratégica contra as ameaças externas, que sempre existirão, uma vez que as aspirações humanas são divergentes.

Por entender as fronteiras como territórios fundamentais de articulações estratégicas e de ordenação geopolíticas dos Estados Nacionais, e como fatores decisivos na construção de um ambiente de guerra ou de paz entre os países, que o Estado dispõe de instrumentos militares voltados à defesa territorial.

Portanto, a existência de antagonismos externos na Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina, são os motivos pelos quais o Estado-Nação estabeleceu estratégias de fortificação dos aparatos militares em Foz do Iguaçu, com um pensamento ideológico de que as nações vizinhas, ao mesmo tempo em que formulam políticas de conexões amigáveis,

também constituem instrumentos de defesa de suas projeções geopolíticas. Conforme Carlos de Meira Mattos (2011).

As fronteiras são um dos objetos principais da política internacional e devem se constituir na preocupação permanente da diplomacia dos Estados. Os problemas fronteiriços não devem escapar das mãos da ação diplomática dos Estados, porque, quando isto acontece, o dever de defender as fronteiras passa para a responsabilidade do poder militar, o que apresenta a guerra ou sua ameaça. A proteção do território nacional é o objetivo principal da fronteira, tanto na paz quanto na guerra. Na paz, garante os interesses econômicos, políticos e sociais do Estado. Na guerra, marca a linha ou faixa a ser defendida na preservação da inviolabilidade do território nacional. (MATTOS, 2011, p. 39).

As relações de poder estabelecidas nos territórios de fronteira a partir de antagonismos diplomáticos tendem a permanecer estabelecidas com o objetivo de mantê-lo inviolável, mesmo no decorrer do tempo em que as relações entre países se ampliam a um ambiente pacífico. Portanto pode-se entender que a presença do Exército brasileiro, pelo 34º BI Mec., desde a implantação da Colônia Militar em 1889 e suas transformações no decorrer do tempo histórico como instrumento de controle territorial da Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina, em busca de ampliar sua área de atuação pautado numa visão estratégica de consolidação das relações de poder, é vista como necessário do ponto de vista político-militar pela expressiva dinâmica dessa Tríplice Fronteira, levando em consideração seu aspecto geopolítico.

Esta dissertação tem como elemento de discussão a presença do Exército brasileiro e as relações de Poder do Estado como estratégia de Segurança territorial de Fronteira por meio do 34º BI Mec., por ser a primeira unidade militar estabelecida nesse território transfronteiriço. Foram consideradas as atividades de cunho ostensivo desenvolvidas em conjunto com os órgãos de segurança pública da esfera Federal, Estadual e Municipal do Estado brasileiro no combate aos crimes transfronteiriços relacionados a armas, munições, drogas e ações terroristas.

Além da Introdução e dos aportes metodológicos, o trabalho está estruturado em dois capítulos. O Capítulo 1 refere-se à abordagem conceitual de territorialidades transfronteiriças e Segurança Nacional e segue um viés geopolítico, a partir das concepções de Golbery do Couto e Silva e de Carlos de Meira Mattos, com as contribuições da interdisciplinaridade, a filosofia e a constituição dos territórios.

A geografia, o território e as territorialidades transfronteiriças, como parte integrante nesta investigação, permitem visualizar a amplitude da Tríplice Fronteira como área



estratégica. Faz-se necessário destacar os fatores que implicam na construção da problemática do objeto em estudo, o desenvolvimento de aparatos técnicos como forma de controle das ações humanas do ponto vista social, político e econômico e da incidência desses fatores na construção das relações da sociedade com o território.

A Segurança Nacional e a historicização da Tríplice Fronteira unem-se na concretização das interfaces transfronteiriças, de forma a direcionar as ações governamentais por meio da apropriação do território de fronteira pela Colônia Militar do Iguassu, em 1889. A ocupação territorial por militares e a presença dos povos já existentes na região, oriundos dos países vizinhos Paraguai, Argentina além de remanescentes do povo guarani, que ocupavam parte deste território, constrói parte da história regional.

O Capítulo 2 refere-se às conexões, inter-relações do Exército brasileiro na Tríplice Fronteira e serão abordados os conceitos de Segurança Nacional no Brasil, no decorrer da formação histórica desse território de fronteira, pelo Exército, como instrumento estratégico formulado com objetivo de caracterizar a presença do Estado como relação de poder.

As estratégias de Segurança Nacional, no território em que a presença do Exército brasileiro, em conexão com o Exército argentino e paraguaio, pretende contribuir para a defesa conjunta, a fim de proteger os interesses vitais de cada Nação.

A segurança, no contexto dos três países de fronteira, constitui um modelo geopolítico de cunho estratégico de âmbito regional e pretende estabelecer um processo de segurança conjunta. Golbery do Couto e Silva esclarece que:

Geopolítica e Geoestratégica de integração e valorização espaciais, de expansionismo para o interior, mas igualmente de projeção pacífica no exterior, de manutenção de um império terrestre e também de ativa participação na defesa da civilização Ocidental, de colaboração íntima com o mundo do continente e de além-mar e, ao mesmo passo, de resistência às pressões partidas dos grandes centros dinâmicos de poder que configuram a atual conjuntura de uma Geopolítica e Geoestratégia para o bloco latino-americano (SILVA, 1981, p. 171).

A atuação conjunta do potencial militar, com base nas relações estabelecidas pelos Exércitos de Brasil, Paraguai e Argentina, na Tríplice Fronteira, consiste em ampliar a construção da integração diplomática entre esses países; e tem o objetivo de ativar o controle econômico, político e social e configurar um contexto Geopolítico e Geoestratégico no âmbito de programas de união de Nações, como é o caso da União de Nações Sul-Americanas-UNASUL que, consoante com o Art. 2, do decreto 7667, de 11 de Janeiro de 2012, da Presidência da República, tem o propósito de “construir, de maneira participativa, um espaço

de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre os povos” e, com isso, a integração do poder militar, com destaque para o âmbito político-militar.

Por fim, as Considerações Finais, em que se pretende reafirmar as atividades em torno da Segurança Nacional e das territorialidades transfronteiriças, que são desenvolvidas por meio das conexões entre os Exércitos do Brasil, do Paraguai e da Argentina, como instrumentos básicos de domínio territorial de cada Estado-Nação. É importante chamar a atenção para as territorialidades transfronteiriças, como sendo norteadoras das discussões que delimitam esta dissertação e o Exército brasileiro, representado pelo 34º BI Mec., como mecanismo de Segurança Nacional na Tríplice Fronteira, pelo dinamismo, sob o ponto de vista social, político, econômico e de relações de poder geopolítico.

## 1.1 APORTES METODOLÓGICOS

Esta investigação tem uma abordagem interdisciplinar, com enfoque geográfico, histórico, filosófico e político. A análise parte das concepções de geografia, geopolítica, território e de territorialidade. Tem como referencial as percepções teóricas de Rogério Haesbaert, Marcos Aurélio Saquet, Mauro José Ferreira Cury, Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Claude Raffestin. A abordagem filosófica está embasada em Michael Foucault. A história regional está pautada nas perspectivas de José Augusto Colodel, Sergio Lopes, Valdir Gregory e Antonio Marcos Myskiw.

O processo metodológico parte de levantamento bibliográfico sobre a temática em estudo: de fontes primárias, por meio de observação direta e qualitativa; e de fontes documentais, por meio de documentos extraídos dos arquivos do 34º BI Mec., em Foz do Iguaçu.

Os procedimentos metodológicos foram elaborados conforme Antonio Carlos Gil (2010, p. 30), ao afirmar que a pesquisa bibliográfica “fundamenta-se em material elaborado com o propósito [...] de ser lido por públicos específicos”; em Richardson (2010, p. 74), que afirma que “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”; e Gil (2010, p. 30) que, em relação à pesquisa documental, adverte que “vale-se de documentos com finalidades diversas [...]. Por exemplo, relatos de pesquisa, relatórios e boletins e jornais de empresas, atos jurídicos [...]”. Portanto, pretende-se, com o auxílio desses métodos, fazer uma abordagem do território de fronteira estabelecido entre Brasil, Paraguai e

Argentina e as territorialidades transfronteiriças do Exército Brasileiro em torno das formulações estratégicas da Segurança Nacional e suas conexões na Tríplice Fronteira.

As Fronteiras são territórios em constante sensibilidade, em vários aspectos, seja na questão diplomática ou na inter-relação da população local com a população dos países vizinhos. Carlos de Meira Mattos (2011, p. 30) concretiza essa abordagem ao afirmar que “as fronteiras são, portanto, regiões sensíveis, onde os direitos soberanos dos Estados se contatam fisicamente”.

Os contatos físicos do ponto de vista territorial, social e econômico, são fatores um dos fatores contribuem para a construção da noção de sensibilidade fronteira a partir das diferenças culturais. Essas diferenças existentes nas territorialidades fronteiriças em estudo, portanto, contribuíram para a formação dos conflitos sociais existentes no decorrer do processo evolutivo das territorialidades no contexto fronteiro. Rogério Haesbaert (2010, p. 78) destaca que “O território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referências às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido”.

Dessa forma, entende-se que para a formação do território de fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina deve-se levar em consideração aspectos que vão além das questões relacionadas à delimitação territorial, ou seja, às questões sociopolíticas, socioeconômicas, socioculturais. A historicidade reforça o processo da formação territorial fronteira, de modo a tornar evidente na concepção político-militar que a construção de instrumentos de relações de poder por meio de aparato militar, busca a proteção da sociedade, da estruturação do território e dos aspectos sociais, políticos e econômicos.

A amplitude humana, do ponto de vista rotativo populacional e pelas relações econômicas em sentido amplo constitui a Tríplice Fronteira, como um território de múltiplas faces. O território fronteiro e as conexões populacionais dos três países, atrelados às migrações no decorrer do tempo histórico e o fluxo turístico pelo comércio legal/ilegal, constroem os problemas sociais e, com isso, vem à necessidade de manter a presença militar no território de fronteira com o objetivo de controlar as ações humanas e assegurar as leis e ordens constitucionais.

A formação do Exército como relações de poder em Foz do Iguaçu é estrategicamente coordenada pelo poder central, pela sua exposição e maior frequência dos impactos das atividades ilegais na Tríplice Fronteira. Com isso, o Estado a partir de uma visão futurística busca ampliar os instrumentos de manobra militar concretizando o papel do Exército como instrumento de domínio territorial pela importância do ponto de vista geopolítico em que

apresenta o território brasileiro no contexto transfronteiriço. Assim sendo, Golbery do Couto e Silva propala que:

[...] é esse poder, atuante desde o tempo de paz como trunfo decisivo e sustentáculo real nas discussões diplomáticas, já desde então supervalorizado pela sombra prestigiosa que sempre o acompanha, de um potencial mais amplo [...] que se venha a concretizar, assumindo, a partir de então, sua componente militar, exteriorizada nas Forças Armadas, o papel dominante (SILVA, 1981, p. 13).

Entende-se que a facilidade de penetração estrangeira no território brasileiro por meio da Tríplice Fronteira no pós-guerra do Paraguai, suscitou o interesse do Governo brasileiro em estabelecer um sistema de ocupação territorial com o objetivo de manter as relações de poder atuantes. Essas relações, caracterizadas pelo domínio do território com a exteriorização de força militar, constituiu-se com a chegada da comissão estratégica, que deu início à Colônia Militar de Foz do Iguaçu.

Esta pesquisa, além de outros aspectos inerentes a formação da Tríplice Fronteira discorre acerca da Colônia Militar do Iguassu, que teve o objetivo de desenvolver a região Oeste do Estado do Paraná e ocupar a fronteira, com o propósito de estabelecer o controle territorial e projetar as estratégias de Segurança Nacional como relações de poder.

As relações sociais já existentes entre os povos da Tríplice Fronteira, em meados dos anos 1889, na ocasião do estabelecimento da Colônia Militar, reforçou a ampliação estratégica de atuação militar com o objetivo de fortalecer a segurança na região, e impedir penetração estrangeira no território. No entanto, a partir das modificações políticas ocorridas no cenário mundial no transcorrer do tempo histórico, foram estabelecidas medidas com o propósito de alcançar estabilidade econômica e diplomática entre países.

A criação de blocos econômicos e conselhos de segurança no pós-guerra do Paraguai possibilitou o envolvimento de países da América do Sul, e conjecturou um cenário de aproximações diplomáticas e cooperações militares reforçando as conexões entre os Exércitos do Brasil, do Paraguai e da Argentina, e as relações sociais na Tríplice Fronteira.

Foucault (2008, p. 409) destaca que “a guerra já não é outra face da atividade dos homens”. A partir dessa perspectiva e de observar o discurso militar atual que apresenta uma ideologia visionária, concretiza-se que o Exército brasileiro além de suas atividades convencionais como instrumento estratégico de Segurança e controle territorial, busca dimensionar as interfaces das relações humanas por meio de suas relações de poder, com o objetivo de manter as atividades da sociedade no contexto de suas articulações estratégicas de

cunho político-militar, estabelecidas pelo Estado-Nação. Dessa forma é possível entender a atuação militar na Tríplice Fronteira, como sendo um instrumento de promoção da paz entre países e de garantia das leis e ordens, pautando-se na integração com a sociedade brasileira no território fronteiriço.

Fundamentando-se nos objetivos, na análise qualitativa dos dados primários e na revisão de literatura, esta pesquisa desenvolveu uma abordagem das relações militares estabelecidas pelos Exércitos dos três países, e das formulações estratégicas estabelecidas por esses setores militares, como possibilidades de articulações estratégicas de Segurança conjunta. Atrélado a esses fatores, realizou-se uma investigação histórica de Foz do Iguaçu, respeitando o território da Tríplice Fronteira.

A pesquisa documental foi realizada em setores diversos do 34º BI Mec. Por meio de Documento Interno do Exército - DIEX, anexado ao ofício expedido pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu, com a finalidade de solicitar autorização ao Comandante do 34º BI Mec. para ter acesso a documentos dos setores do Batalhão, tais como: o salão de honras, a seção de operações e a secretaria.

No salão de honras encontra-se o livro histórico, com anotações manuscritas e datilografadas, que versam sobre a formação da Colônia Militar, em 1889; a instalação da 1ª Companhia Independente de Fronteira, em 1932; a transformação para o 1º Batalhão de Fronteira, em 1943 e, depois, para 34º BI Mtz. em 1980.

Além desse documento, existem outros no salão de honras que relatam a chegada dos militares da Colônia Militar e da 1ª Companhia Independente de Fronteira, além de informações sobre visitas de autoridades brasileiras e estrangeiras as instalações do quartel no decorrer de sua formação.

Na seção de operações encontram-se documentos relacionados às formulações estratégicas militares para a segurança interna da fronteira, as articulações conjuntas com militares dos Exércitos Paraguaio e Argentino, tais como exercícios, operações e curso de formação militar. Na secretaria, encontram-se documentos relacionados ao quadro efetivo do batalhão, isto é, refere-se aos recursos humanos e relatos das atividades do Batalhão desde o ano 1942.

O acesso a esses setores de documentações do Exército em Foz do Iguaçu contribuiu para a estruturação dos resultados desta pesquisa, pois foram as principais fontes de coleta de dados. Vale ressaltar que, não foi possível ter acesso a todos os documentos necessários, visto que há uma política de manutenção do sigilo de alguns assuntos que são restritos, e que certamente se apresentariam como os mais ricos documentos de estruturação da pesquisa.

## **2. ABORDAGEM CONCEITUAL DE TERRITORIALIDADES TRANSFRONTEIRIÇAS E SEGURANÇA NACIONAL**

Este capítulo tem como objetivo apresentar os conceitos de Território e Territorialidade por meio de uma abordagem interdisciplinar, com vistas a analisar o processo de Segurança Nacional na Tríplice Fronteira. Com foco no Exército brasileiro, representado pelo 34º BI Mec., como instrumento de articulação político-militar e de estratégia de Segurança Nacional. Foram abordadas as Territorialidades na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina e as relações militares das conexões estabelecidas entre os Exércitos dos respectivos países.

Essas relações se confirmam pela atuação conjunta no âmbito da Tríplice Fronteira e fora dela, a começar pelas reuniões militares de cunho estratégico nos centros de poder de cada Estado, pelas atividades de formação militares articuladas pelas Escolas Militares de Guerra do Exército Brasileiro, Paraguaio e Argentino, além das atuações em atividades desenvolvidas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a destacar a missão de paz no Haiti.

A construção da abordagem conceitual de territorialidades transfronteiriças teve como base as contribuições da interdisciplinaridade, com base nos conceitos de geografia, filosofia e história como aporte para historicizar a formação do território fronteiriço.

### **2.1 - A INTERDISCIPLINARIDADE, OS TERRITÓRIOS E AS TERRITORIALIDADES.**

A relação sistêmica na constituição do território perpassa por interconexões entre a esfera social, política, cultural e econômico; são fatores que estão relacionados ao entendimento das territorialidades na Tríplice Fronteira. Esses elementos são essenciais no desenvolvimento das territorialidades transfronteiriças no âmbito da sociedade dos países em estudo e, nesta perspectiva, é possível realizar uma investigação interdisciplinar com vistas a abarcar as problemáticas existentes no contexto da estruturação das estratégias de segurança do território.

Vale ressaltar que, em meio a complexidade na formação conceitual do campo de atuação interdisciplinar, deve-se levar em consideração a concepção da formação do conhecimento como forma de elucidar as problemáticas existentes em torno do objeto de

estudo. Fazenda (2008, p. 98) contribui para esclarecer, “a pesquisa interdisciplinar somente torna-se possível, onde várias disciplinas se reúnem a partir de um mesmo objeto”.

Assim sendo, visualiza-se a interdisciplinaridade como uma interação das diferentes disciplinas e a incorporação de seus conceitos e métodos como procedimento de investigação e criação de novos conceitos, uma vez que a junção de esforços que permitem a formulação de uma investigação profícua e conhecimento abrangente da problemática. Para Coimbra, é válido retomar os conceitos sob a ótica do conhecimento, nesse sentido, o autor declara que o interdisciplinar:

Consiste num tema, objeto ou abordagem em que duas ou mais disciplinas intencionalmente estabelecem nexos e vínculos entre si para alcançar um conhecimento mais abrangente, ao mesmo tempo diversificado e unificado. Verifica-se, nesses casos, a busca de um entendimento comum e o envolvimento direto dos interlocutores. Cada disciplina, ciência ou técnica mantém a sua própria identidade, conserva sua metodologia e observa os limites dos seus respectivos campos. É essencial na interdisciplinaridade que a ciência e o cientista continuem, a ser o que são, porém intercambiando hipóteses, elaborações e conclusões. (COIMBRA, 2000, p. 58).

Observa-se que, além da junção do conhecimento disciplinar, pode-se levar em conta o ponto de vista científico ou formação acadêmica do pesquisador atrelado ao conhecimento empírico e à abrangência do objeto de estudo como parte integrante da formação do conhecimento interdisciplinar. Pimenta (2008, p. 66) elucida o termo interdisciplinaridades como sendo “um processo de aproximação de saberes, científicos ou outros, que até esse momento se encontravam separados”.

Desta maneira, é possível entender que o processo de aproximação das disciplinas consiste na formação de um mecanismo favorável à investigação detalhada do objeto, isso acontece por meio da multiplicidade de esforços estabelecidos que objetivem a elucidação do problema. Compreende-se, então, que o termo interdisciplinaridade relaciona-se com as territorialidades transfronteiriças, uma vez que ambos abarcam uma multiplicidade de discursos incidentes sobre as ações sociais.

A interdisciplinaridade, como mecanismo de investigação científica, ultrapassa as fronteiras do conhecimento localizado, oportuniza novas formas de investigação para que haja a compreensão do problema do micro ao macro, isto é, permite fazer uma abordagem aprofundada do objeto desde sua base até sua estruturação final por meio de seus diversos instrumentos investigativos que, nesse caso, são os conhecimentos científicos e suas peculiaridades. O conceito de Maria de Fátima Gomes Silva reforça o entendimento da

interdisciplinaridade como instrumento que permite visualizar o objeto de pesquisa em sua amplitude. A autora afirma que:

A interdisciplinaridade se constitui na teoria de sistemas, que estabelecem a partir do mesmo ponto de vista, novos e similares instrumentos conceituais e metodológicos para promover a compreensão do mundo que permita o homem resolver os problemas da sociedade atual (SILVA, 2008, p. 114).

A busca interdisciplinar, no contexto territorial, pelo desenvolvimento do saber coletivo por meio das ciências humanas, com o objetivo de provocar mudanças no âmbito social, político, econômico e cultural, depara-se com divergências no pensamento filosófico das diversas ciências, no sentido de interconectar os saberes científicos para o entendimento das problemáticas territoriais. A inserção da interdisciplinaridade no processo de investigação das atividades humanas nessa pesquisa requer a compreensão da geografia, da filosofia, da história e da compreensão linguística dos povos fronteiriços no processo de historicização sociocultural e formação territorial.

O pensamento interdisciplinar gera uma gama de discussões em diversos âmbitos. Por isso a prática de investigações em bibliografias que enfatizam o assunto, proporcionou uma apreensão mais aprofundada das questões que giram em torno da temática em estudo. Compreende-se que a discussão em torno do pensamento científico, em determinados momentos viabilizam certa dificuldade na interação interdisciplinar com as ciências sociais e as exatas. A junção do conhecimento viabiliza o entendimento das contradições existentes na vida humana e possibilita a criação de soluções para desconstruir tais contradições.

A interdisciplinaridade, como prática de inovação da ciência e da tecnologia, convive num intenso conflito com as propostas pragmáticas do positivismo científico, que esboçam certo preconceito com o conhecimento interativo das ciências sociais e humanas, causando-lhes bloqueios no tocante à junção do conhecimento que possibilita uma abordagem com mais afinco das relações humanas com suas práticas cotidianas. Essa concepção é ancorada em Frigotto, ao afirmar que:

Uma primeira consequência é que o trabalho interdisciplinar não efetiva se não formos capazes de transcender a fragmentação e o plano fenomênico, herança forte do empirismo e do positivismo. (FRIGOTTO, 2008, p. 44).

As ciências sociais têm um viés inteiramente interdisciplinar em relação às demais ciências, pela complexidade de investigação das modificações do pensar humano e as diferentes abordagens que giram em torno dos aspectos intrínsecos do contexto social. No



entanto, a construção do pensamento interdisciplinar, nas ciências, vislumbra um entendimento mais alargado do saber científico, para ir além da individualidade e propiciar uma conexão dos campos distintos do saber, com vistas a refletir as possíveis inovações sociais, tecnológicas e econômicas. Assim sendo, o entendimento do processo interdisciplinar contribuiu para a observação de maneira isolada, de forma que a junção dos conhecimentos proporcione um olhar crítico na formação do conhecimento científico que buscará elucidar a problemática proposta nessa pesquisa. Neste sentido, Frigotto afirma que:

O conhecimento não tem como ser produzido de forma neutra, tendo em vista que as relações em que ele tenta apreender não são neutras. É justamente nesse âmbito que percebemos que a interdisciplinaridade, na produção do conhecimento, nos é uma necessidade imperativa (FRIGOTTO, 2008, p. 46).

Essa justificativa fortalece o entendimento de que o uso da interdisciplinaridade como instrumento da pesquisa científica, pode ser um caminho a se escolher para o estudo de dado objeto, apesar das limitações encontradas em seu processo de consolidação em meio às diversas técnicas existentes, e as concepções disciplinares no desenvolvimento de métodos e propostas investigativas, como produção do saber científico. No entanto, vale destacar a importância do conhecimento especializado ou disciplinar como instrumento básico e profícuo na formulação de novos saberes, com o objetivo de nortear as ações humanas na construção do conhecimento e das várias formas de entender o mundo por meio das relações sociais.

As ações humanas e as conexões com o dinamismo territorial transfronteiriço, consistem na formação natural de uma prática interdisciplinar que permite detectar as problemáticas por meios de uma junção de conhecimentos científicos, uma vez que a população estabelece relações com o Estado por meio da economia, da política, do direito como instrumento regulador das ações humanas, e da ciência, geografia e suas relações com o território.

As diferenciações teóricas do conceito de território, sobretudo os conceitos pautados na Geografia, caracterizam o espaço enquanto categoria de análise geral. Haesbaert (2010, p. 37) enfatiza que “território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, têm certa tradição também em outras áreas, cada uma com enfoque centrado em uma determinada perspectiva”. Nessa conjuntura, a abordagem conceitual de território, do ponto de vista socioespacial, tem suas ramificações em outras vertentes do conhecimento científico além da Geografia; vale destacar a Filosofia, em dimensões que vão do físico ao mental, e a

política, com as representações simbólicas. Na concepção de Bourdieu (1989, p. 159), “a política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo grupo”.

A política como instrumento de poder sobre a sociedade tem o território como ponto de incidência, uma vez que sua ação é coletiva e essa coletividade social situa-se no território, tendo o poder simbólico como força de ação sobre a sociedade, sob uma visão retórica, como estratégias de domínio social. Na concepção de Raffestin (1993, p.58), “o território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e lugar de todas as reações, mas sem a população se resume apenas a uma potencialidade, a organizar e a integrar uma estratégia”.

Pode-se afirmar que a ciência política assume seu papel na sociedade como trunfo governamental e expressões de poder, que delimitam faixas de fronteiras firmadas pelos atos simbólicos do poder, ou seja, a força da lei tendo a ciência como forte contribuição para entender a realidade regional. A lei se constitui num instrumento eficaz de controle social e atua como poder simbólico, que determina a construção das formas gestacionais das ações humanas sobre o território.

A construção do poder sobre as coisas, o território, seus símbolos e as ações sobre as relações sociais e suas territorialidades têm a população como alicerce, ou seja, ponto de partida das relações territoriais. Assim, vale ressaltar que o poder é o mecanismo de uso indispensável em que o Estado toma posse para controlar as massas por meio de seus instrumentos disponíveis.

O Exército, em atividades no território de fronteira, constituiu-se como um desses instrumentos que possibilita entender as relações de poder do Estado e atua como rede das relações da sociedade transfronteiriça. Saquet (2013, p. 32) afirma que “compreende o poder como uma rede de relações variáveis e multiformes; é exercido e se constitui na relação, historicamente. O poder é produzido nas relações, em cada instante”. Isso significa que o poder se encontra nas ações do Estado, das instituições, das empresas e das relações sociais em sociedade.

A abordagem das relações sociais enquanto relações de poder, a partir das formas em que a sociedade se coloca e se movimenta no território, constroem as leis que determinam as várias ações da sociedade e suas interações sobre as propriedades, riquezas, recursos pertinentes de cada território e que dão suporte ao suprimento das necessidades com vistas a promover o bem-estar da população.

As instituições como instrumento de poder do Estado buscam proporcionar as condições necessárias à população em termos sintagmáticos, ao mesmo tempo em que

formulam estratégias de domínio social do ponto de vista político como gestão do poder institucional e como controlador das ações humanas sobre o território.

Haesbaert (2010, p. 93) admite o território “enquanto mediação espacial do poder, [que] resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões de poder”. É por meio das relações de poder que se compreendem as multiplicidades dos territórios e das territorialidades. O poder, no sentido simbólico, deve ser levado em consideração nas concepções de território, uma vez que território e população se constituem como alicerce das construções da Soberania Nacional.

O espaço delimitado e controlado pelo poder político do Estado, como localização num espaço sólido, constitui-se num território. As territorialidades agregam-se numa dimensão política, econômica e cultural na proporção em que a terra é utilizada pelo homem e adequada para as atividades no espaço, como significado simbólico ao lugar. Com isso, a interação das ciências sociais com as ciências exatas, como a engenharia, a matemática e a física, contribuem na investigação dos problemas existentes no contexto das sociedades e para encontrar as soluções para tais.

Além da implicação das várias ciências na investigação do ser social para o reconhecimento das características da sociedade, deve-se levar em consideração o conhecimento empírico como um dos instrumentos utilizados na formulação ideológica das ciências como reestruturação social. Rogério Haesbaert da Costa (1990) relata que:

Os múltiplos sentidos da concepção empirista, muitas vezes utilizada tanto por aqueles que priorizam a observação e a descrição direta (o trabalho de campo), quanto por aqueles que, mesmo fazendo uso de “n” formulas e modelos teóricos, acabam sempre sobrevalorizando a “objetividade” dos dados empíricos [...] e pela pretensa exatidão que os próprios dados asseguram (COSTA, 1990, p. 67).

Dessa maneira, entende-se que assim como o conhecimento científico, o conhecimento empírico pode ser utilizado na investigação do território transfronteiriço e elucidar questões do ponto de vista socioespacial. A multiplicidade de ações desenvolvidas pelo homem, de forma natural, por meio de seu dinamismo e que envolvem aspectos ambientais, econômicos, políticos, sociais, históricos e culturais são fatores que possuem certa ligação com as territorialidades e a formação do território transfronteiriço e a historicização da Tríplice Fronteira.

De acordo com Saquet (2013, p.128), “a natureza contém o homem multidimensional. Assim, não há sociedade sem natureza, nem natureza sem sociedade”. Essa multiplicidade de

fatores e as ações humanas implicam na construção de sua historicidade e concretizam as territorialidades sob o ponto de vista social, político, econômico e geopolítico como relações de poder. As territorialidades concentram ferramentas que permitem auxiliar o Estado na constituição das relações de poder como estratégias de controle da sociedade. Saquet esclarece que:

A territorialidade é conceituada pela multiplicidade de contextos históricos, nos quais se definem as estratégias e os efeitos territoriais. A territorialidade como um componente do poder, não significa somente criação e manutenção de ordem, mas é um esquema para criar e manter o contexto geográfico através do qual experimentamos o mundo e lhe damos significado. (SAQUET, 2013, p. 43).

Nessa perspectiva, o leitor compreenderá o contexto desta pesquisa, de forma a confirmar as territorialidades do Exército na Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina por meio das definições de território e de territorialidades e com o uso das concepções da ciência geográfica como estruturação de mecanismos de investigação de um dado objeto. Ao se tratar de territorialidades transfronteiriças, Cury afirma que:

A especificidade das Territorialidades Transfronteiriças em Iguassu, está no fato de ser um território transfronteiriço. A ideia desta confirmação é evidenciada pela experiência no espaço que une culturas e povos, sociedades que apresentam os princípios sociais de forma integrada na sua diversidade, sem que se dispense o fato de que os brasileiros são brasileiros, paraguaios são paraguaios e argentinos são argentinos. (CURY, 2013, p. 6).

As territorialidades construídas como uma forma de controle social abarcam as relações de poder, as relações econômicas no território e as conexões do entendimento científico como um instrumento que dimensiona as concepções humanas nas relações de dependência povo/Estado. A utilização da Geografia, como instrumento de investigação social, e as conexões dessa com as demais ciências sociais, inclusive com a filosofia, oportuniza uma amplitude de discussão inerente à sociedade.

As inter-relações do saber científico na investigação dos acontecimentos, no âmbito das sociedades, são fatores que contribuem para nortear o desenvolvimento e a objetividade material da realidade social. Sendo assim, esta pesquisa é interdisciplinar, referenciada nos conceitos da geografia, da filosofia e da ciência política atrelada aos conhecimentos de história, como aporte para a investigação das ações humanas no território transfronteiriço.

As conexões do conhecimento científico mostram ao pesquisador novas concepções com vistas a delimitar as percepções em torno do objeto de pesquisa proposto, de forma a

obter um entendimento aproximado de sua totalidade. A partir de uma aproximação mais aprofundada do objeto de pesquisa, estabelecem-se as possíveis soluções para os problemas existentes em torno dos fenômenos que norteiam as dinâmicas sociais. Nesse contexto, a socialização do conhecimento parte das práticas desenvolvidas pelo homem em todas as áreas do saber e, essa socialização de conhecimentos, fortalece o processo de investigação das territorialidades no âmbito da Tríplice Fronteira. Frigotto enfatiza que:

A produção do conhecimento não é prerrogativa apenas das ciências sociais. Todavia, nelas, sem dúvida se mostra mais crucial já que o alcance de uma objetividade [...] somente se atinge pelo intercâmbio crítico intersubjetivo dos sujeitos que investigam um determinado objeto ou problemática. (FRIGOTTO, 2008, p. 45).

Entendem-se as conexões científicas como uma forma viável na quebra de paradigmas em torno da investigação das territorialidades transfronteiriças e permite estruturar potencialidades com vistas a formar um sujeito coletivo de investigação e de resolução de determinado problema, que implique no território e em seu processo de formação.

As territorialidades estabelecidas na Tríplice Fronteira do Brasil, Paraguai e Argentina firmam-se mediante o ir e vir transfronteiriço, conjecturado pelas relações econômicas, políticas e sociais e, também, pelas relações estabelecidas nas atividades turísticas, que atraem para as cidades de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú um fluxo humano crescente no decorrer de sua historicidade. Raffestin (1993, p. 161) afirma que “a territorialidade se manifesta em todas as escalas sociais e espaciais; ela é consubstancial a todas as relações”.

As relações transfronteiriças constituídas, no decorrer do tempo, pela conurbação consolidada com o dinamismo humano das três cidades de fronteira construíram territorialidades a partir das vivências humanas e suas criações, que resultaram em reestruturações no contexto social da Tríplice Fronteira em suas distintas temporalidades. Conforme Silveira:

As territorialidades são, portanto, visões do tempo, visões do período, que se fazem com recursos e constrangimentos, como a formação, a educação, o acesso às coisas e as ideias ou sua falta, as limitações de classe, entre outros. É uma interpretação do período e a produção de uma territorialidade. (SILVEIRA, 2013, p. 44).

Portanto, entende-se que a utilização do território em diferentes temporalidades produz as diferenciações históricas da humanidade e, nesse espaço de mudanças e fases temporais, a

construção de novas territorialidades. Nessa perspectiva, compreende-se a ciência geográfica como ferramenta de articulação estrutural das novas bases sociais e das territorialidades transfronteiriças como relações de poder.

## 2.2 A GEOGRAFIA, O TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES TRANSFRONTEIRIÇAS.

A ciência geográfica, como aporte metodológico na discussão dos conceitos referentes à formação do território e das territorialidades na Tríplice Fronteira, admite a construção das práticas sociais como construção das relações humanas. Essas relações buscam promover as modificações no espaço, que implicam em dimensionar o processo político e econômico como fatores norteadores no desenvolvimento territorial urbano.

Milton Santos (2006, p. 97) aborda que “a relação geográfica mais simples, a relação homem/terra, é cada vez mais determinada pelas características da área e pelo processo de organização”. Essa perspectiva remete ao contexto da Tríplice Fronteira, por entender que as relações homem/terra são um dos fatores que contribuíram na formação do território e na construção do processo de organização territorial que implicou em mudanças da produção econômica e no processo de formatação política e social.

A produção do conhecimento a partir da Geografia contribui para entender a formação urbana da Tríplice Fronteira e as mudanças socioespaciais provocadas, de forma a adequar o território fronteiriço às novas configurações impulsionadas pelo desenvolvimento econômico. Para Saquet (2013, p. 37), “é um movimento de mudanças na produção do conhecimento que acompanha transformações socioespaciais (degradação ambiental, expansão urbana, acirramento das desigualdades sociais)”. Na tríplice Fronteira essas transformações promovidas pelos fatores mencionados por Saquet, contribuíram para dimensionar a expansão urbana das três cidades de fronteira e deram origem ao acirramento das desigualdades sociais e à degradação de parte do ambiente natural.

A construção do desenvolvimento urbano no território fronteiriço apoia-se nas conexões dos povos da Tríplice Fronteira, que são constituídas com a interligação do aglomerado populacional formado pelas cidades de Foz do Iguaçu – Brasil, Ciudad del Este – Paraguai e Puerto Iguazú – Argentina. Essa conurbação cria elementos fixos e elementos fluxos, que implicam em reordenar as ações no território, tais como as abordadas nas concepções de Saquet (2013), a degradação do meio ambiente, a expansão populacional e

urbana e, atrelado a isso, as desigualdades sociais dimensionadas pelos fatores econômicos. De acordo com Milton Santos:

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor (SANTOS, 2006, p. 38).

As modificações inseridas no contexto territorial urbano, por meio das ações humanas, constroem novas configurações territoriais e, essas modificações determinam as ações estratégicas do Poder Central, como formulação de ações que condicionam a construção das relações de poder entre o povo, o Estado-Nação, e suas dimensões no território.

A geografia toma parte no processo de construção das dimensões territoriais que envolvem o povo e suas relações de dependência a partir da constituição do território, que abarca fatores que demonstram as estratégias elaboradas pela ação do Estado por meio do contexto histórico, que atrela o domínio geopolítico aos fatores que constituem as relações sociais.

A perspectiva geopolítica do Estado-Nação, com a pluralidade dos fatores que giram em torno da ciência geográfica, mediante as relações humanas com o território, torna-se um instrumento que consiste em dimensionar as concepções estratégicas de atuação governamental e permite um olhar amplo das relações territoriais. Isso remete o pesquisador à obtenção de aporte para investigar o objeto proposto partindo das estratégias formuladas pelo Estado com o uso da geografia política, que consiste em estabelecer relações de poder com vistas a coordenar as atividades sociais no território.

Raffestin (1993, p. 40) afirma que “o Estado é um ator sintagmático por excelência quando empreende uma reforma agrária, organiza o território, constrói uma rede rodoviária etc.”. Dessa forma, pode-se afirmar que o sintagmatismo se caracteriza pela dependência da sociedade em relação às articulações governamentais, no que diz respeito à integração social no território por meio de programas que buscam organizar as ações do Estado, considerando os valores sociais e culturais como relação de poder.

As ações do Estado consistem em realizar mudanças no meio social e, em consequência dessas mudanças, a elaboração de múltiplas produções no território. A geografia política é um trunfo utilizado nas formulações de estratégias militares e dimensiona a gestão territorial do Estado Nação. Nessa perspectiva, Claude Raffestin (1993) aborda que:

A geopolítica é unidimensional na exata medida em que constitui o suporte ideal para desenvolver estratégias cuja finalidade é a dominação. Não é por acaso que a geopolítica continua a ser ensinada nas escolas militares. (RAFFESTIN, 1993, p. 199).

As contribuições da geografia, como instrumento profícuo na análise das relações humanas abordadas nesta pesquisa, permitem entender o território como o campo de atuação das diversas atividades que dimensionam as relações socioespaciais no contexto da Tríplice Fronteira. Sendo assim, o conceito de território perpassa por diferentes interpretações. Para Haesbaert (2010, p. 80), o “Território construído a partir de uma perspectiva relacional, do espaço é visto completamente inserido dentro de relações social-históricas, ou de relações de poder”.

Logo, entende-se que o território, enquanto concretude do espaço geográfico constrói-se nas relações entre os homens e por meio de suas conexões sociais, com isso, as sociedades transformam-se na história, e tais transformações geram atividades territoriais em sentido amplo, que exigem estratégias de controle por meio dos mecanismos de segurança, que emanam do conjunto de relações de poder que, por sua vez, surge das relações sócio-políticas e das relações territoriais.

Esse conjunto de atividades incide no desenvolvimento territorial e gera no seio social mudanças de comportamento, por meio das quais são formuladas as estratégias de segurança territorial de modo a disciplinar as ações geradas com o dinamismo da sociedade no território. Raffestin (1993, p. 60) enfatiza que “o território é espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos”. Nesse sentido, o território, como campo de ações políticas, envolve as dimensões econômicas e, nesse caso, a utilização da terra é fator principal de produção e de ações culturais que consistem em determinar a forma de como será conduzida a utilização do território.

As dimensões culturais e históricas da Tríplice Fronteira atreladas ao dinamismo humano estruturam a produção econômica, enquanto fator de contribuição no desenvolvimento do território fronteiriço. Essas conexões culturais, históricas e de desenvolvimento geoeconômico, por meio das relações existentes entre as sociedades da conurbação formada pelas cidades de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú, respectivamente, Brasil, Paraguai e Argentina, determinam as articulações do poder público, que coordena as atividades econômicas, uma vez que estas atividades perpassam os limites fronteiriços.



O contato entre os habitantes da Tríplice Fronteira por meio das múltiplas atividades, em destaque a econômica, contextualiza as ações humanas e as relações de poder como forma de conexões territoriais, pois é uma área de diferentes proporções urbanas, regionais e nacionais. A esse respeito, Saquet (2013, p. 104) dá sua contribuição ao afirmar a partir de suas perspectivas que “o território é um sistema de integração no mercado e possibilita a relação de diferentes atores sociais; há uma pluralidade de sistemas de integração, com inovações e não inovações, abertura internacional e, simultaneamente, enraizamento local”.

As concepções da ciência geográfica, em relação ao conceito de território, definem as diferenciações físicas territoriais e as dimensões das ações da sociedade humana em termos políticos, econômicos e culturais. Essas diferenciações correlatas à formação territorial unem-se no processo de construção das relações sociais, uma vez que é por meio dessas relações e das pluralidades instrumentais que se fundamentam as inovações no processo de gestão do território, que elucidam os fatores formadores das territorialidades transfronteiriças.

A característica dos procedimentos relacionais da sociedade permite que suas governanças utilizem as práticas de relações de poder como estratégias de controle das múltiplas atividades. Na Tríplice Fronteira é perceptível a incidência de políticas que têm como objetivo regular tais ações, isso se torna um fator inevitável diante dos modelos relacionais apresentados pela sociedade ao Estado, que produz as relações de poder equivalente à complexidade do território fronteiriço.

Cabe aqui fazer uma abordagem conceitual de território a partir dos autores utilizados como aporte teórico na construção desta investigação, com objetivo de fundamentar e estabelecer para o leitor uma forma prática de entender a construção do território da Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina e suas transformações do ponto de vista geopolítico. Saquet (2013, p. 34), afirma que, “o território é um lugar de relações a partir da apropriação e produção do espaço geográfico, com o uso de energia e informação, assumindo desta maneira, um novo significado, mas sempre ligado ao controle e à dominação social”. Pode-se entender que o Poder Central conjectura as relações de controle e dominação do povo como parte da construção do território.

No contexto da formação do território, Raffestin conceitua que “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (que realiza um programa em qualquer nível), o ator territorializa o espaço”. Outro conceito de território, que permite o entendimento de parte dos fatores que constituem suas dimensões é a partir da concepção de Haesbaert (2010, p. 78) ao abordar que “o território, de qualquer forma, define-

se antes de tudo com referências às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido”.

Foucault (2008, p. 128) aborda o território como “o elemento fundamental da soberania jurídica do soberano, tal como definem os filósofos ou os teóricos do direito”. Esse elemento, o território, é o campo de atuação do Estado-Nação que permite materializar as estruturas básicas de manutenção de controle populacional e de articulação dos princípios básicos de construção da relação de dependência do povo e as conexões com o Poder Central.

A partir desses conceitos de território conjecturados por diversos autores, que tomam posse da ciência geográfica e da ciência política como instrumentos centrais em suas investigações, e das concepções construídas no decorrer dessa pesquisa, reforça-se a possibilidade de visualizar as modificações territoriais que se desenvolvem por meio das relações sociais.

As relações de poder se concretizam no contexto histórico humano conforme as características de cada sociedade. No contexto social da fronteira em estudo, as estruturas do poder central como relações de poder, inserem-se no território como instrumentos de controle das questões relacionadas aos anseios do Estado-Nação e como forma de domínio social, com vistas a fortalecer as relações entre o povo e o território.

O Estado-Nação tem o território como um trunfo governamental e como objeto central das estratégias de dominação geopolítica interna e externa. É no território, portanto, que as relações de poder do Estado e as relações de dependência do povo, pelas estruturas realizadas pelo próprio Estado, se conectam. Tendo como objetivo garantir a posse e a proteção dos recursos existentes, como forma de sobrevivência para ambas, o Estado e o povo.

As relações de poder sobre o território, do ponto de vista simbólico, procedem por meio de ideologias políticas, como formas de planejamento estratégico de domínio social. O discurso persuasivo como poder simbólico sobre a sociedade pelo seu governante, ou pelo seu representante legal e, até mesmo, por meio de instituições governamentais, consiste num instrumento de controle social, que produz efeito sobre o território, uma vez que esse é a base de todas as atividades sociais e, por isso, desenvolve as ações políticas econômicas e sociais.

Nesse sentido, justifica-se a presença do Exército em Foz do Iguaçu como instrumento estratégico de relações de poder do Estado e com objetivo de regular as atividades territoriais e promover o controle das interfaces geopolíticas por meio de atividades militares cotidianas e pela forma de externar suas crenças e ideologias militares de amor à pátria e de defesa da

Soberania Nacional. O discurso persuasivo militar, como poder simbólico, condiciona o soldado a defender a pátria, mesmo que custe a própria vida.

Bourdieu (1989, p. 14) trata do poder simbólico como “poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo”. As discussões sobre o espaço social, como meio de estabelecer as conexões humanas, leva em consideração às transformações sociais no tempo histórico e no espaço, como forma de construção do pensamento filosófico com objetivo de elucidar as características simbólicas do território. Assim sendo, o poder simbólico, por meio das concepções e dos discursos persuasivos de âmbito político-militar, permite dimensionar o espaço social e a construção dos valores que estabelecem a construção do poder simbólico em relação ao território.

A construção das estruturas sociais no território envolve uma análise complexa sobre a interação humana e tem o espaço geográfico como base das atividades em sentido amplo. Milton Santos (2011) conceitua o território enfatizando que:

O território, pela sua organização e instrumentação, deve ser usado como forma de alcançar um projeto social igualitário. A sociedade civil é, também, um território, e não se pode definir fora dele. Para ultrapassar a vaguidade do conceito de avançar da cidadania abstrata à cidadania concreta, a questão territorial não pode ser desprezada. Há desigualdade social que são em primeiro lugar desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais. O cidadão é o indivíduo num lugar. A república será realmente democrática quando considerar todos os cidadãos como iguais, independentemente do lugar onde estejam. (SANTOS, 2011, p. 204).

Com esse conceito, pode-se compreender o território como uma instituição formada por meio das representações concretas e simbólicas que, a partir de um olhar que abarca várias concepções do ponto de vista científico, permite reunir esforços em conjunto com a concepção ideológica do poder central, tendo como objetivo resolver as problemáticas intrínsecas da sociedade.

As perspectivas das várias ciências, tais como a filosofia, a ciência política e econômica, a antropologia, com suas dimensões simbólicas, e a sociologia, como instrumento de intervenção na compreensão dos fenômenos sociais, consistem em formar um conjunto de pensamento científico em torno das atividades humanas no território fronteiriço, a fim de identificar as múltiplas facetas da formação geopolítica que envolve as questões sociais, políticas e econômicas.

As relações econômicas desenvolvidas no território, atreladas às ações políticas e sociais e à historiografia cultural, constitui o desenvolvimento das transformações dos

conceitos inerentes às relações povo-Estado-território, pois é por meio dessa tríade que se forma o Estado-Nação. A formação do território, do ponto de vista simbólico, e das suas estruturas, a partir das demarcações fronteiriças, e a multiplicidade das relações humanas que envolvem as atividades políticas e econômicas mediante as conexões sociais dos povos transfronteiriços, constituem as territorialidades transfronteiriças como ferramenta de relações de poder. Na concepção de Raffestin:

A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ ou produtivas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os setores, sem se darem conta disso, se autmodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele [...]. (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Assim, pode-se entender a Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina como um espaço multidimensional, pela amplitude de atividades humanas e pelo desenvolvimento do território a partir de sistemas de relações existenciais e produtivas. Esses fatores, que implicam no processo de relações humanas e produzem as modificações nas atividades territoriais, constituem as territorialidades transfronteiriças e as relações de poder por meio de instrumentos conjecturados pelo Poder Central. Raffestin afirma que:

A vida é tecida por relações, e daí a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível com os recursos do sistema (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

Esse discurso se aplica ao território de fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, uma vez que as relações entre esses se caracterizam segundo um conjunto de sistema tridimensional.

As sociedades dos três países, cada uma com suas peculiaridades históricas e culturais herdadas dos países que os colonizaram, nesse caso, Portugal e Espanha, atrelam-se e relacionam-se no espaço/território e no decorrer do tempo histórico de suas formações econômicas, políticas e, também, no que tange à religião, uma vez que essa prática está ligada à cultura de cada povo. Portanto, as territorialidades transfronteiriças formam-se nas relações

estabelecidas entre as sociedades da Tríplice Fronteira por meio dos aspectos econômicos, políticos e sociais. Dessa forma, cada território produz as suas territorialidades por meio das ações humanas intrínsecas de suas historicidades e culturalidades, de forma a determinar as estratégias de controle dos territórios e das ações humanas sobre eles estabelecidas.

O termo transfronteiriço é largamente usado por diversos autores como sendo regiões que ultrapassam os limites internacionais e que promovem a integração das cidades fronteiriças ao mesmo tempo em que compartilham das ações territoriais com os aspectos culturais, históricos e simbólicos peculiares de cada povo. Carneiro Filho (2013, p. 45) argumenta que “em uma região transfronteiriça como a Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, a territorialidade nacional coexiste com diversas escalas de territorialidade acima e abaixo do Estado-Nação”. Assim, entende-se que as relações de poder estabelecidas pelas políticas de controle territoriais constroem-se com base na interação entre as forças nacionais de Segurança, que serão investigadas nesta pesquisa, segundo as atuações do Exército brasileiro e as conexões na Tríplice Fronteira como processo de domínio territorial e de integração nacional.

A Tríplice Fronteira, formada por uma aglomeração de povos sobre o território dos três países, constitui um polo urbano e essas aglomerações são partes que completam a formação das territorialidades transfronteiriças que envolvem Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú. Mauro José Ferreira Cury assegura que:

As Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu é o espaço ocupado por grupo de pessoas que vivem e convivem numa conurbação transnacional, interpenetradas e interconexas. As Territorialidades do Iguassu constituem uma região em si e esta se dá pela população que a vive em interconexão e interpenetrada e, inclusive com interdependência. E mais, ela é centro de um território-rede de fluxos nas regiões geográficas oficiais do Oeste paranaense (Brasil), do Leste paraguaio e do Nordeste argentino (CURY, 2010, p. 23).

As interconexões sociais no contexto transfronteiriço, e a centralidade da Tríplice Fronteira, como território-rede, determinam as relações de interdependência socioeconômica e das trocas culturais. Parafraseando Cury (2010), pode-se afirmar que esses fatores constituem as territorialidades transfronteiriças e estabelecem as relações de poder como instrumento de domínio territorial e de conexões dos territórios que compreendem os Estados Nacionais de Brasil, Paraguai e Argentina.

Essa Tríplice Fronteira será frequentemente abordada neste trabalho com a finalidade de compreender suas peculiaridades e problemáticas, que se desenvolvem no decorrer do tempo histórico de sua formação socioespacial; e, também, verificar as relações de poder

estabelecidas pelos poderes centrais de cada Estado-Nação com a finalidade de perceber a existência das territorialidades transfronteiriças estabelecidas pelos atores sociais e seu contexto sociocultural.

Além dos atores sociais, que são os principais elementos formadores das territorialidades transfronteiriças, vale ressaltar as conexões diplomáticas entre Brasil e Paraguai, estabelecidas por meio da construção da Hidrelétrica de Itaipu e da Ponte da Amizade, que apresenta importância política e de desenvolvimento regional, pois permite à união dos dois países, Brasil e Paraguai em termos geopolíticos e na estruturação econômica, política e social. Assim como a Itaipu Binacional, vale ressaltar as Cataratas do Iguaçu e a construção da Ponte da Fraternidade, que envolve questões socioambientais e oportuniza as atividades turísticas entre Brasil e Argentina, além de ter facilitado as atividades comerciais de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, contribuiu para impulsionar as relações comerciais dos três países.

Essas atividades desenvolvidas no território transfronteiriço constituem arranjos centralizadores de população, com relevância econômico-social e isso possibilita as articulações regionais pelo fluxo de pessoas, bens, mercadorias e capitais e garante a integração internacional. Todavia, essas atividades determinam as problemáticas incidentes no território de fronteira, o que exige o fortalecimento das articulações estratégicas de segurança pelos poderes locais, regionais e nacionais por meio dos instrumentos de segurança estabelecidos nas constituições de cada Estado-Nação, nesse caso, as relações estabelecidas pelos Exércitos dos três países da Tríplice Fronteira.

### 2.3 HISTORICIZAÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA: A COLÔNIA MILITAR DO IGUASSU.

A História da Tríplice Fronteira decorre das formações culturais de diferentes épocas e conceitos, que no decorrer dessa pesquisa, permitiu constituir uma base referencial com um viés sócio-histórico e cultural, que nos conduziu a entender o processo de constituição dos territórios e as transformações decorrentes no espaço-tempo com as apropriações e delimitações formais atribuídas pelo Estado. Nessa perspectiva, torna-se inadequado pensar a Tríplice Fronteira sem inserir a cultura indígena Guarani e as atuações religiosas dos Jesuítas, pois são fatores que contribuíram na construção do contexto histórico e sócio-cultural transfronteiriço.

Os povos Guarani são responsáveis pela formação de parte da cultura existente na região de fronteira que abarca os territórios do Brasil, Paraguai e Argentina por meio da formação do Guairá. Conforme Schallenger:

O Guairá passou a configurar como uma fronteira de intensas relações interculturais, marcadas por assimilações, rejeições e fricções, que, de uma ou de outra forma, influenciaram os processos de apropriação do território e da organização societária. As informações contidas nas narrativas das primeiras expedições ao Guairá dão conta da predominância dos povos guaranis na região. Os Guaranis eram povos caminchantes em busca constante da terra que lhes oferecesse sólida base alimentar e proporcionasse espaços de vivências e convivências para a manutenção e recriação de suas práticas culturais (SCHLLENBERGER, 2011, p. 25).

Nos territórios transfronteiriços existiam tribos de diferentes etnias e com formas próprias de sobrevivências. Sendo assim, torna-se possível pensar que foram estabelecidas fronteiras imaginárias e a criação de seus espaços de atividades. Certamente, as trocas culturais fizeram parte das relações firmadas entre os povos nativos da Tríplice Fronteira, pelas possíveis aproximações, por meio das crenças religiosas e do intercâmbio de hábitos e costumes.

Schallenger (2011, p. 44) afirma que “a desterritorialização das tribos de índios do Guairá, em face da presença dos colonos espanhóis, foi intensificada a partir de 1607, quando a região passou a ser percorrida por várias bandeiras em busca de riquezas”. Entende-se que a desterritorialização causada pela presença do homem branco dispersou as tribos indígenas para locais distantes de seus estabelecimentos e provocou instabilidade e a perda parcial de suas culturas e memórias.

Os jesuítas foram responsáveis pela reestruturação de parte das aldeias. Por meio das evangelizações eles possibilitaram a reterritorialização das tribos dispersas. Ao mesmo tempo em que as atividades desempenhadas pelos missionários buscaram fazer uma reaproximação das raízes territoriais, estabeleceram novas formas de sobrevivência, do ponto de vista histórico e cultural, ao povo Guarani que vivia nessa região platina.

Para Schallenger (2011, p. 47) “a fronteira Cultural teria que ser concebida a luz de um significado que pudesse aproximar culturas diferentes de sentido comum construído”. Nessa perspectiva, pode-se compreender que, apesar das reconstruções estabelecidas pelos missionários, foi inevitável a desestruturação cultural e histórica do povo Guarani que residia nas territorialidades transfronteiriças do Iguaçu.

A história da Tríplice Fronteira que envolveu o povo Guarani ao longo do tempo, perpassou pela presença dos Jesuítas com o processo de evangelização, até as formalizações dos territórios e as delimitações transfronteiriças, e estabeleceram-se as relações de poder com a militarização do território.

O processo formal de delimitação da fronteira, em estudo, tomou dimensões a partir da Guerra do Paraguai, que ocorreu entre os anos de 1864 e 1870. Esse conflito contribuiu para a tomada de decisão do governo brasileiro em estabelecer as estratégias de ocupação territorial e estruturar as formulações de Segurança Nacional. Fatores como os gastos com envio de militares ao Paraguai, a desestruturação do Exército em termos logísticos e humanos ao findar a guerra e as divergências políticas decorrentes no país, foram as principais causas que contribuíram para que as estratégias de relações de poder e Segurança Nacional fossem estabelecidas na Tríplice Fronteira 19 anos após o fim da guerra do Paraguai com a instalação da Colônia Militar do Iguassu em 1889.

O isolamento do território oeste paranaense e o receio, por parte do governo brasileiro, de uma possível ocupação pelos países vizinhos, a destacar a Argentina, que era a principal interessada no território oeste do Brasil, que abarca os Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, foi um dos fatores que motivaram a delimitação do território fronteiro por meio de militarização. Sobre esse tema, Carneiro Filho elucida que:

A fronteira entre Brasil e Argentina foi definida através do Tratado de Limites de 1898 que foi complementado pelos Artigos Declaratórios (1910) e pela convenção complementar (1927). Não obstante a assinatura de tratados, alguns conflitos entre esses países vêm perdurando por questões legais e ilegais no decorrer de suas fronteiras (CARNEIRO FILHO, 2014, p. 2).

A historicização da Tríplice Fronteira será abordada nesta pesquisa por meio das concepções de autores que trataram do contexto histórico e da formação territorial fronteira, destacam-se os relatos de José Maria de Brito, que estão documentados no livro “Descoberta de Foz do Iguaçu e a Fundação da Colônia Militar”. O autor foi um Sargento da Expedição Militar que se deslocou do Rio de Janeiro para Guarapuava, em 1888, sob o comando do Capitão Belarmino de Mendonça e ocupava a função de almoxarife e, atrelado a isso, relatava as atividades desenvolvidas pela Expedição e, posteriormente, as atividades da Colônia Militar.

O livro apresenta uma narrativa da Tríplice Fronteira e destaca vários fatores, tais como, o pensamento ideológico de ocupação territorial fronteiro pelo Governo Imperial no



Pós-Guerra do Paraguai e a formação da Comissão Estratégica, que tinha o objetivo de formar a Colônia Militar do Iguassu. Esses fatores contribuíram para estabelecer as atuais configurações da Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina.

Parafraseando Brito (2005), o objetivo da comissão estratégica militar foi estabelecer relações de poder na fronteira Brasil, Paraguai e Argentina, e tomar posse do contexto territorial que abarca as cidades de Foz do Iguaçu e Guaíra. Esse território de fronteira encontrava-se ocupado por uma maioria de paraguaios e argentinos que exploravam as riquezas naturais da região.

A foz do Rio Iguaçu, aos poucos, se tornava patrimônio desses países vizinhos e, isso permitiu que o Governo Imperial, por meio do Ministério da Guerra, tomasse medidas estratégicas de demarcação e ocupação do território de fronteira, para assim, estabelecer as relações de poder geopolítico. Conforme Brito (2005, p. 29), “em 1880, a descoberta de Foz do Iguaçu já era um dos assuntos mais discutidos entre os militares”. Porém, foi em virtude da conjuntura política do Brasil e as transformações ideológicas do Ministério da Guerra que as articulações de ocupação da fronteira só tiveram início no ano de 1888.

Antes da fundação de Foz do Iguaçu e da instalação da Colônia Militar do Iguassu, o plano do Governo Imperial era a implantação de colônias militares nas regiões de fronteira, objetivando estabelecer a presença do Estado como Segurança Nacional e, assim, promover atividades que condicionassem a ocupação do território por meio da colonização. No entanto, as condições políticas vividas pelo Império, naquela conjuntura, interferiram no desenvolvimento das articulações de domínio territorial do interior do Brasil, que eram previstas pelos oficiais do Exército dos anos de 1880.

Brito (2005) faz uma abordagem da história do Exército no período que antecedeu a construção da Colônia Militar do Iguassu e, dá a entender os motivos pelos quais a fronteira oeste paranaense permaneceu esquecida pelo Governo Central por vários anos. Brito (2005, p. 30) afirma que “no ano de 1881 o Governo moveu perseguições contra muitos oficiais do Exército, por tomarem parte na propaganda republicana dirigida por um grupo de alunos da Escola Militar da Praia Vermelha.” Além da propaganda republicana, que tinha como objetivo desfazer o Governo Imperial, o Exército apoiou o fim do sistema escravocrata no Brasil. Para Santa Rosa:

Além de o exército contribuir para a queda do Império, outro fator de desagregação do Império foi a questão dos escravos, já que, após a Abolição, a base social do governo imperial se desfaz. Uma base, em sua grande maioria, composta por grandes proprietários rurais que, por sua vez, contavam com o trabalho intenso dos cativos para ostentar a fortuna e prestígio na sociedade (SANTA ROSA, 2014, p. 6).

Esses fatores acarretaram problemas mais sérios entre Exército e Governo e, como forma de conter as ideologias políticas de parte dos militares que apoiavam tais movimentos, o Governo Imperial tomou atitudes punitivas para conter os ideais militares. Brito afirma que:

A atitude do governo contra os militares tornou-se mais tensa. O Ministro da Guerra, Conselheiro Alfredo Chaves, aplicou o primeiro golpe contra os militares, mandou punir o Tenente Coronel Antonio de Senna Madureira. (BRITO, 2005, p. 31).

Esse militar em que Brito menciona, era considerado um dos que possuíam vasto poder persuasivo dentre os oficiais do Exército e articulava as estratégias de oposição ao Governo Imperial. Tais fatores aconteceram em virtude das reivindicações dos militares por melhores condições financeiras e participação ativa no cenário político do Brasil ao findar a guerra do Paraguai, período em que se tornaram esquecidos pelo Império.

A consequência desses atritos entre militares e autoridades do Governo foi à provocação do que chamaram de “Questão Militar”, que foi um ato de oposição e crítica às ideologias do Império. Conforme Nascimento (2010, p. 6), “os episódios da Questão Militar foram, em sua essência, manifestações de uma crise política que agravou a crise orgânica responsável pela derrubada da monarquia”. Esses fatores contribuíram para o esquecimento do território fronteiro pelo Governo Central e contribuiu para atrasar a instalação da Colônia Militar e a fundação de Foz do Iguaçu.

A Questão Militar era pautada por várias reivindicações dos militares coordenados pelo Marechal Deodoro da Fonseca ao Governo Imperial e girava em torno de uma possível organização do Ministério das Armas, dando-lhe autonomia política. Em contrapartida, o Governo Imperial pedia o fim da Questão Militar e uma resposta positiva do Marechal para que se estabelecessem acordos entre militares e governo. Conforme Brito (2005, p. 38), “o horizonte político com a resposta de Deodoro; desobstruiu assim o caminho, para a organização do gabinete em agosto de 1888”.

A abordagem desse contexto histórico, que envolveu o Governo Imperial e o Ministério da Guerra, permite compreender os aspectos históricos da Tríplice Fronteira e a formação da Colônia Militar do Iguassu como um instrumento estratégico de ocupação territorial e de Segurança Nacional. Brito (2005, p. 43) afirma que, ao findar o impasse entre o Império e os militares, “um dos primeiros atos do Ministério da Guerra foi o de nomear uma

comissão com encargos tão vastos como jamais houve”. Um desses encargos foi o de instalar a Colônia Militar como Segurança Nacional.

A ocupação de Foz do Iguaçu por estrangeiros de várias nacionalidades, tais como os países vizinhos, Paraguai e Argentina; e o fato de que o território que abarca os atuais Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul ser demarcado como território estratégico, sob o olhar político-militar e de articulação de domínio territorial, contribuíram para a implantação da Colônia Militar do Iguassu.

Além desses fatores, o cultivo da erva-mate e a extração de madeira, que eram as principais atividades econômicas na Tríplice Fronteira, estavam concentrados entre os paraguaios e argentinos e isso causava transtornos para o desenvolvimento econômico de Foz do Iguaçu uma. Brito relata que:

As matas brasileiras próximas às barrancas do rio Paraná estão esgotadas de madeira, devido as grandes e consecutivas extrações efetuadas pelos adventícios, cuja ação destruidora atingiu a 30 quilômetros para Leste. Presentemente, é difícil encontrar madeira de boa qualidade, sazoadada, para edificar, dentro daquela área. Ervas-mate exploraram até 120 quilômetros, para Leste e 180 para Norte. (BRITO, 2005, p. 80).

A partir desse relato de Brito, pressupõe que entre outros fatores, a presença argentina e paraguaia na exploração das riquezas existentes em território brasileiro, reforçou o entendimento do Governo brasileiro que, além de uma Colônia Militar, a povoação do território fronteiriço tornar-se-ia fatores importantes e contribuiriam para preencher as lacunas existentes no território.

Assim, as colônias militares foram utilizadas como instrumentos estratégicos de relações de poder. Permitiram estabelecer as conexões territoriais e assegurar o território Oeste do Brasil, que compreende as fronteiras com Paraguai e Argentina, no que se refere às questões econômicas, a integração territorial e o estabelecimento de estratégias de Segurança Nacional, motivadas pelas disputas territoriais existentes entre Brasil e Argentina. Como explica Myskiw:

A ideia de se implantar Colônias Militares para promover o avanço da fronteira a Oeste dos campos do Chagú surgiu com o acirramento da disputa jurídica entre Brasil e Argentina pelo território das Missões. No entanto, os militares decidiram pela instalação das Colônias Militares de Chopim e Chapecó, tendo por função proteger o território brasileiro contra possíveis invasões por parte dos argentinos e a formação de povoações assentadas no trabalho agrícola e pastoril junto as Colônias Militares (MYSKIW, 2009, p. 112).

A Colônia Militar do Iguassu, assim como as de Chapecó e Chopim, foi instalada com o objetivo de conter as possíveis tentativas dos países vizinhos, Paraguai e Argentina de ampliarem suas demarcações fronteiriças e adicionarem parte das terras brasileiras a seus territórios. Estabelecida como instrumento de relações de poder pelo Estado brasileiro, a Colônia Militar do Iguassu buscou desenvolver atividades que permitissem o controle do território de fronteira, nas questões relacionadas ao cultivo de erva-mate e madeira e a ocupação do território por estrangeiros.

A posição geográfica do território que compreende a cidade de Foz do Iguaçu possibilitou as articulações estratégicas de cunho militar. As questões territoriais vivenciadas por Brasil e Argentina, com as disputas pela Bacia do Prata e a Guerra da Tríplice Aliança, em que Brasil e Argentina se voltaram contra o Paraguai, reforçou o entendimento do Governo brasileiro de que era necessária a fortificação do território por meio de um viés militar. O meio militar foi a principal ferramenta de articulação estratégica de domínio territorial utilizada pelo Governo do Império brasileiro. O Exército brasileiro, que era denominado de Ministério da Guerra, por ocasião do Governo Imperial, fazia frente nos planejamentos estratégicos de ocupação territorial das regiões que compreendiam os sertões brasileiros, nesse caso, as áreas de fronteira.

Dessa forma, o Governo, por entender a fronteira do Brasil com Paraguai e Argentina como um território desprovido de um dispositivo que condicionasse o controle das atividades econômicas, que se faziam pelo cultivo da erva-mate e madeira, e de articulações de Segurança Nacional no território fronteiriço, expediu do Comando do Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, a comissão estratégica que tinha o objetivo de estabelecer na Tríplice Fronteira a presença militar como relações de poder.

A Colônia Militar do Iguassu foi antecedida pelas Colônias Militares de Jataí em 1855, Chapecó em março de 1882 e do Chopim em dezembro do mesmo ano. Essas Colônias contribuíram para o desenvolvimento de atividades diversas, a fim de atender as necessidades do Estado-Nação, no que se refere às demarcações territoriais na fronteira entre Brasil e Argentina. Ritt complementa esta reflexão afirmando que:

Os políticos brasileiros haviam debatido e aprovado, no congresso nacional, a instalação de duas Colônias Militares na região, a de Chapecó e Chopim, atualmente oeste de Santa Catarina, a fim de instituir nessas terras uma organização do Estado brasileiro para que assim fosse caracterizado como pertencentes ao território do Brasil (RITT, 2011, p. 20).



As demarcações territoriais entre Brasil e Argentina contribuíram para a construção das Colônias Militares de Chapecó e Chopim, em 1882, e da Colônia de Iguassu, em 1889. A figura 2 aponta a localização das Colônias Militares do Chopim e Chapecó e mostra a localização estratégica da Colônia Militar do Iguassu.



Figura 2: Localização das Colônias Militares de Chapecó, Chopim e do Iguassu.

Fonte: [http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas\\_itcg.html](http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg.html). Acesso em 13/11/2015.

Essas Colônias Militares em destaques apresentavam importância estratégica por serem estabelecidas nos territórios contestados pela Argentina. A intenção do Império, com a

instalação das Colônias, foi manter a presença militar nas fronteiras entre Brasil e Argentina e estabelecer as relações de poder geopolítico para assegurar o território brasileiro e evitar que a Argentina avançasse para além das fronteiras já demarcadas. Além das atividades relacionadas à Segurança Nacional, as Colônias Militares ajudaram a organizar o território na distribuição de terras, que possibilitou a chegada de migrantes europeus no Oeste do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A Colônia Militar do Iguassu, por localizar-se numa região que abarca os territórios paraguaios e argentinos, tornou-se a de maior articulação estratégica, pois sua área de atuação compreendia da foz do Rio Iguaçu até as Sete Quedas, onde está localizada atualmente a cidade de Guaíra.

Os deslocamentos de Foz do Iguaçu até Guaíra eram realizados por meio de picadas, que foram construídas pela comissão estratégica. Eram a única maneira de acesso a várias localidades, inclusive ao centro regional de articulação de estratégia militar, que foi estruturado pelo Ministério da Guerra e sua sede era em Guarapuava. Para que as atividades logísticas do Ministério da Guerra transcorressem normalmente, era necessário que a manutenção das picadas fosse feita continuamente pela Colônia Militar. Nesse contexto, Ritt aponta que:

A manutenção dessas picadas era muito dispendiosa pela distância entre a cidade mais próxima e a sua extensão, por isso o diretor da Colônia, por meio do Marechal Bernardo, pedia que viabilizasse um transporte marítimo, que navegasse do rio Paraná até a cidade de Guaíra. (RITT, 2011, p. 72)

A distância existente entre a Fronteira e o poder central influenciou negativamente no desenvolvimento das atividades da Colônia Militar, pois o setor logístico do Ministério da Guerra não supria as necessidades básicas dos militares, tendo em vista a dificuldade de acesso à região. Para Colodel:

Dependente dos paupérrimos recursos enviados pela sede da Comissão Estratégica em Guarapuava, a Colônia via-se privada de quase todos os meios que lhe proporcionaram um desenvolvimento mais acentuado. Não havia dinheiro disponível para que se contratasse trabalhadores civis e, por isso, ela tinha que depender do trabalho executado por pequenas turmas de soldados que eram retirados das suas funções originais causando, dessa maneira muitos inconvenientes na execução da fiscalização do contrabando que por ali imperava tranquilamente. (COLODEL, 1988, p. 48).

As dificuldades da Colônia Militar para desenvolver suas atividades ocorreram desde sua fundação em 1889, mesmo ano em que o Brasil passou de Império à República. Com o

desenvolvimento das atividades em torno da extração da erva-mate, aumentou o fluxo humano na região e, com isso, o aumento no contrabando das riquezas oferecidas pelas terras brasileiras.

A extensão do território delimitado como área de atuação e fiscalização da Colônia Militar foi um dos motivos que facilitou a entrada de estrangeiros em território brasileiro, que tinham a intenção de instalar companhias de exploração dos recursos existentes no território. Ruy Wachowichz (2002) afirma que:

O Brasil assinou tratados de navegabilidade fluvial com a Argentina e o Paraguai. Esses países permitiram ao Brasil a navegabilidade dos rios Paraná e Paraguai, a fim de que os brasileiros pudessem chegar à isolada província de Mato Grosso. Em contrapartida, a Argentina obteve do Brasil a permissão de navegar o rio Paraná, da foz do Iguazu até as Sete Quedas. (WACHOWICHZ, 2002, p. 231)

Essa abertura para navegação nas águas brasileiras fez com que aumentasse o fluxo de pessoas estrangeiras, fragilizando as estruturas materiais e humanas da Colônia Militar para fiscalizar e desenvolver o policiamento, e conter o cultivo desordenado de erva-mate e madeira na região de fronteira. Ainda assim, as atividades da Colônia Militar no que se refere às estratégias de Segurança Nacional, e o processo de colonização prosseguiram com o objetivo de inibir ações estrangeiras em território brasileiro.

Conforme Colodel (1988, p.49) “os trabalhos de edificação no núcleo urbano continuou a ser desenvolvido. A pouca ajuda enviada pelo Governo foi destinada à construção de alojamento para a diretoria, uma farmácia, a casa do médico e o quartel das praças”.

As tentativas de ampliar as atividades agrícolas e a criação de gado, no território de fronteira, foram um dos objetivos previstos pelos militares. No entanto, o cultivo de erva-mate passou a ser a atividade que deu suporte aos integrantes da Colônia, do ponto de vista econômico, porque os recursos enviados pelo Governo não supriam todas as necessidades. Esses fatores gerados pela distância entre a fronteira e o Poder Central contribuíram para o fim da Colônia Militar do Iguassu.

O cenário político e econômico brasileiro e as transformações ideológicas possibilitaram novas dimensões aos planos governamentais, em relação à ocupação territorial por meio da Colônia Militar. Esses fatores reforçaram a tese da extinção da Colônia Militar e a criação de novo contexto administrativo, que consistiu em dimensionar o território em seu aspecto social, político e econômico. Nos arquivos do 34º BI Mec existe a cópia do decreto nº

10.024 do Presidente Hermes da Fonseca que diz o seguinte sobre a extinção da Colonia Militar do Iguassu:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização conferida pelo art. 29, letra j, da lei 2738, de 4 de janeiro de 1913, resolve emancipar as colônias militares á Foz do Iguassu, NO Estado do Paraná, e do Alto Uruguay, no do Rio Grande do Sul, as quais passarão para o regime civil, reservados a União o material do Exército e próprios nacionais existentes nas mesmas colônias assim como as áreas necessárias para os diversos serviços militares. (BRASIL, 1913, p. 359).

Esse decreto assinado no Rio de Janeiro pelo Presidente Hermes da Fonseca deu por encerrada as atividades das colônias militares no Brasil, a destacar a Colonia Militar do Iguassu, que passou a ser administrada pelo Governo do Estado do Paraná. Conforme Myskiw:

Extinguir a Colônia Militar de Foz do Iguaçu e fazer nascer uma comunidade independente, com características de Vila, passou a ser a estratégia adotada pelo Governo Federal e pelo Governo Estadual, visando por em prática uma ação mais enérgica com o objetivo de abasileirar a fronteira tendo como instrumento a prática política do coronelismo (MYSKIW, 2009, p. 223).

Com a extinção da Colônia Militar, Foz do Iguaçu passa a ser administrada pelo Governo do Estado do Paraná. As novas práticas administrativas buscaram redimensionar o desenvolvimento político e econômico para, assim, estabelecer condições favoráveis para o desenvolvimento do território de fronteira. O isolamento da fronteira, pela falta de estradas que estabelecesse ligação ao centro do poder, continuava a ser um fator determinante das precárias condições econômicas e de segurança da fronteira.

A força policial estabelecida pelo governo do Estado do Paraná não possuía aparatos técnicos e condições humanas suficientes para atender às necessidades de segurança na fronteira. A área de atuação policial continuou a ser a mesma da Colônia Militar, abarcava desde a foz do Rio Iguaçu até Guaíra e a falta de transporte adequado impossibilitava a atuação policial nos conflitos existentes na região fronteira. Colodel enfatiza que:

Em 1919, a força pública paranaense contava com apenas 18 homens destacados em Foz do Iguaçu, que deveriam exercer vigilância sobre milhares de quilômetros quadrados desde Foz até Guaíra. A morosidade dos meios de transporte, constituídos basicamente por vapores que subiam e desciam a cada dois dias o rio Paraná, também contribuía para a impunidade daqueles que cometiam crimes em regiões mais afastadas (COLODEL, 1988, p. 61).



As atividades em torno do cultivo da erva-mate e do comércio de madeira contribuíram para o dinamismo socioeconômico da Tríplice Fronteira. Todavia, o contrabando desses recursos naturais da fronteira brasileira por argentino, paraguaios, imigrantes europeus e brasileiros, viabilizou as estratégias de ocupação territorial, com aspectos políticos estabelecidos pelo Governo brasileiro e com vistas a estabelecer relações de poder e organizar o território, no âmbito da segurança da fronteira e por meio de colonização e distribuição de terras.

Nesse contexto, vale destacar o início da era Vargas, em 1930, com o governo provisório. Nesse Governo, o Brasil adquiriu novas dimensões políticas e ideológicas de desenvolvimento, isso pautado pelo espírito nacionalista que Getúlio Vargas apresentava para a sociedade brasileira. A pesquisa de Sérgio Lopes, que traz uma abordagem do Território Federal do Iguaçu no período da Marcha para o Oeste, apresenta parte das práticas administrativas do Governo Vargas, que pretendia dimensionar o desenvolvimento do país em sentido amplo. Lopes aponta que:

No âmbito do Governo Federal, uma vasta gama de ações foram implementadas no desempenho de suas novas funções de caráter nacionalista e desenvolvimentista que passaram a marcar as políticas governamentais no Pós-30. Em 12 de dezembro de 1930, o Governo publica o decreto nº 19.482, que ficou conhecido como a “lei dos dois terços”. Esse decreto proibia, pelo prazo de um ano, o ingresso de passageiros de terceira classe no território nacional e exigia as empresas ter em seus quadros de empregados dois terços de trabalhadores brasileiros (LOPES, 2008, p. 51).

Essas atitudes adotadas pelo Governo colaboraram para reintegrar o território nacional e desfazer as estruturas estabelecidas por estrangeiros na região fronteiriça, que tinham o objetivo de explorar as riquezas naturais. Entende-se que, as novas diretrizes governamentais reforçaram o ideal de ocupação territorial por pessoas legitimamente brasileiras e com o objetivo de estabelecerem definitivamente os limites territoriais entre países.

O emprego de forças militares nas fronteiras do Brasil, a partir de 1930, passou a ser prioridade estratégica de Defesa e Soberania Nacional. Isso possibilitou dimensionar as ideologias político-militares e estabelecer, na região Oeste do Brasil, quartéis do Exército com a finalidade de militarizar as fronteiras do Brasil com a Argentina, isso ocorreu em virtude dos conflitos diplomáticos entre os dois países no decorrer da história. Nesse contexto, vale destacar a presença do Exército Brasileiro, em Foz do Iguaçu, no ano de 1932, dessa vez com a instalação da Companhia Isolada do Iguassu, parte integrante das novas ideologias governamentais de planejamento estratégico e domínio geopolítico. Conforme Curvo (1965,

p. 14), foi “em julho de 1932 que o Exército retornou a esta cidade de fronteira com um efetivo de 125 homens, constituindo a Companhia Isolada do Iguassu conduzida pelo Capitão Edgard Buxbaun”.

Ademar Marques Curvo, autor do livro de Ouro do 1º Batalhão de Fronteira, faz uma abordagem histórica do Exército em Foz do Iguaçu a partir da Colônia Militar. Aborda as atividades desenvolvidas pelo Exército e suas contribuições no desenvolvimento social, político e econômico da Tríplice Fronteira. Faz uma narrativa da instalação da Companhia Isolada do Iguassu, em 1932, destaca a sua importância para o território fronteiriço, de maneira a dar continuidade às atividades iniciadas em 1889.

Curvo trata da transformação da Companhia Isolada do Iguassu para o 1º Batalhão de Fronteira – 1º Bfron., em 1943, e aborda as atividades desenvolvidas por esse Batalhão no contexto histórico de Foz; ainda acrescenta a participação desse em conflitos de fronteira com o objetivo de manter as leis e a ordem em defesa do Estado-Nação.

Pressupõe-se que no decorrer do tempo, houveram modificações nos aspectos territoriais e humanos de Foz do Iguaçu, e as condições encontradas pelos militares da Companhia Isolada do Iguassu em 1932, eram diferentes dos aspectos territoriais deixados pelos integrantes da Colônia Militar do Iguassu, em 1889. Foz do Iguaçu encontrava-se em processo de desenvolvimento, e para estruturar-se como cidade, novas atividades seriam planejadas pela sociedade em conjunto com os militares, visando o seu crescimento econômico, social e político.

Entre outras funções, a Companhia Isolada desempenhou atividades consideradas importantes para a sociedade existente na fronteira pela falta de estruturas oferecidas pelo Estado. Curvo (1965) relata que:

Convidado a dirigir a Santa Casa Mon Senhor Guilherme, entidade civil e único estabelecimento hospitalar da região, o Comandante da Companhia saneou as finanças do mesmo capacitando-o ao cumprimento de sua missão. Ao mesmo tempo influiu junto ao departamento de Saúde do Estado para que o posto de Saúde local fosse dotado dos recursos necessários ao seu bom funcionamento. Reuniu colonos e comerciantes objetivando criar medidas para que não faltasse gênero para a população. (CURVO, 1965, p. 18)

Além desses fatores, Curvo descreve que a Companhia por meio de seu serviço de saúde, desempenhou valiosas atividades para a população de Foz do Iguaçu e das cidades dos países vizinhos, Paraguai e Argentina, haja vista a escassez de serviço médico na Tríplice Fronteira.

Em 23 de Agosto de 1943, foi publicado no Diário Oficial da República o Decreto-Lei nº 5.770, que transformou a Companhia Isolada do Iguassu no 1º Batalhão de Fronteira. A intenção era ampliar as atividades militares no território fronteiriço e adequar o poder bélico para possíveis conflitos armados diante das transformações decorrentes no cenário político mundial. Nesse período, o mundo passava pelas turbulências da Segunda Guerra Mundial, que ocorreu no período de 1939-1945. As ampliações do campo militar no Brasil eram necessárias a fim de conter possíveis pretensões externas em relação ao território brasileiro. Conforme Pavanelli:

O alto comando do Exército temia que a guerra chegasse a América, pois o Brasil não estava preparado para tal. O alto comando tinha agudo interesse na política comercial encarando-a como único meio de satisfazer as exigências imediatas de Segurança Nacional (PAVANELLI, 2014, p. 9).

No transcorrer da Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos da América apresentava interesse em ter parte dos países da América Latina em suas relações comerciais. Nesse contexto, o Brasil alinhou-se aos Estados Unidos para, então, fortalecer as relações comerciais e adquirir incentivos financeiros para ampliação do poder bélico e reestruturar o Exército.

Além desses fatores, o Governo brasileiro visualizava no mercado Norte Americano a possibilidade de melhorar a economia com a exportação de seus produtos. Conforme Bandeira (2003, p. 202), no período da Segunda Guerra Mundial, “o Brasil dependia do mercado Norte Americano para o escoamento da produção de café, que ainda tinha grande importância na economia brasileira”.

A República Argentina fazia parte dos planos americanos de alinhamento diplomático e acordos comerciais voltados para os países da América Latina, no entanto, as contradições da Segunda Guerra Mundial condicionaram o afastamento diplomático entre Argentina e Estados Unidos. Nessa perspectiva, pode-se entender que as ampliações militares na Tríplice Fronteira por parte do Brasil, que possibilitou a transformação da Companhia Isolada do Iguassu em 1º Bfron., em 1943, foram motivadas pelos desarranjos diplomáticos entre esses países e porque existia um acordo de cooperação militar estabelecido entre Brasil e Estados Unidos.

Curvo (1965) relata que, em anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, houveram visitas de militares norte americanos a essa instituição com a finalidade de obter conhecimento estratégico-militar da fronteira, por ser um território de abrangência multinacional e com perspectivas de crescimento político e econômico.

Dentre estes visitantes estiveram o Major General Mullins Junior, no mês de junho de 1950 e em agosto de 1951; o Major General William Berderlinger, em maio de 1963. Esses militares pertenciam à Comissão Militar Mista Brasil Estados Unidos-CMMBEU. Conforme o acordo de reestruturação, firmado em 20 de setembro de 1955:

A CMMBEU foi estabelecida no Rio de Janeiro durante a Segunda Guerra Mundial pelos dois Governos, como um meio de assistência mútua para atingirem o seu objetivo comum de segurança, funcionou como a principal agência nos Estados Unidos do Brasil para facilitar a cooperação militar entre os dois países (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS 2015).

Assim como no Brasil, a CMMBEU manteve uma agência nos Estados Unidos com a finalidade de facilitar a cooperação de cunho político-militar entre os dois países. Além de cooperação militar, essa comissão mista teve como finalidade promover o desenvolvimento econômico no Brasil, com objetivos específicos de formulação de planos de investimentos destinados a suprir as deficiências em transporte e energia do país. As relações militares com os Estados Unidos e a formação da Comissão Mista eram parte dos planos desenvolvimentista do Governo brasileiro, o que justifica o fluxo de militares estrangeiros em visita ao Batalhão como formulação estratégica de segurança e cooperação militar.

Tais formulações possibilitaram a manutenção das relações do Brasil com os Estados Unidos em busca de recursos para alavancar o plano desenvolvimentista do país. Em contrapartida, os Estados Unidos tinham pretensões em manter controle sobre a América Latina e, visualizavam o Brasil como base de articulação política por apresentar condições favoráveis nos aspectos econômico e político-militar. Conforme Pavanelli:

Desde o final do século XIX, os Estados Unidos definiam como área de segurança o Pacífico, a América Central e o Caribe. Nos anos de 1930, passaram a incluir nessa área de segurança toda a América do Sul. (PAVANELLI, 2014, p. 32)

Nesse contexto, Foz do Iguaçu passa a ser ponto estratégico de proteção territorial, por ser uma zona de fronteira de acesso à Argentina e ao Paraguai.

O entendimento diplomático entre Brasil, Paraguai e Argentina tomaram novos rumos a partir das relações comerciais e as conexões dos territórios. As amarrações territoriais estabelecidas entre Brasil e Paraguai, com a construção da Ponte da Amizade, entre os anos de 1950 e 1960 e a construção da Hidrelétrica de Itaipu, entre os 1975 a 1982, possibilitaram para esses países o avanço nas relações políticas e econômicas. A ligação dos territórios, com

a construção da Ponte da Amizade, gerou para Brasil e Paraguai, condições favoráveis para escoar seus produtos para outros países, pois ampliou suas vias de acesso com a ligação dos países pela BR 277 ao porto de Paranaguá, no estado do Paraná, Brasil.

A geração de energia pela Hidrelétrica de Itaipu fortaleceu as conexões diplomáticas entre Brasil e Paraguai, e contribuiu para o desenvolvimento industrial e o crescimento econômico dos dois países. Atribuiu novas dimensões a região de fronteira com o aumento das atividades comerciais e o fluxo turístico de pessoas oriundas de várias partes do Brasil e de outros países. Entre Brasil e Argentina as conexões territoriais foram estabelecidas com a construção da Ponte da Fraternidade, entre os anos de 1982 a 1985, que possibilitaram o fortalecimento econômico na região de fronteira por meio do turismo nos Parques Nacionais de Iguazu, em Foz do Iguazu-BR e em Puerto Iguazú-AR.

No decorrer desta abordagem histórica observam-se, na formação da fronteira, relações sociais, políticas e econômicas e o alinhamento diplomático com os países vizinhos, além da formação do território e a presença militar do Exército Brasileiro, que contribuiu como instrumento de Segurança Nacional do Estado Brasileiro, na Tríplice Fronteira, e apresentou forte influência na formação do cenário político e econômico e na construção das estratégias de alinhamento diplomático. As estruturas militares, em Foz do Iguazu, no decorrer de sua história, passaram por várias fases.

Como abordado anteriormente, as atividades militares em Foz do Iguazu concretizou-se a partir da instalação da Colônia Militar, que teve início em 1889 e permaneceu até o ano de 1913. Após um período de tempo que compreendeu a partir desta data até 1932 foi instalada a Companhia Isolada do Iguassu que marcou o reinício das atividades militares na região de Foz do Iguazu para atender o processo de desenvolvimento regional previsto pelo Governo cooperar para a evolução da cidade e as relações com os vizinhos Paraguai e Argentina. Ao passar do tempo, com o crescimento populacional e os conflitos transfronteiriços houve a necessidade de aumentar o efetivo militar, o que gerou a transformação da Companhia Isolada do Iguassu em 1º Bfron, em 1943.

O 1º Batalhão de Fronteira, em sua trajetória histórica, desenvolveu várias atividades no contexto territorial entre Foz do Iguazu e Guaíra, tais como a intervenção em problemas relacionados à posse ilegal de terras, operação contra guerrilheiros, serviço de policiamento ostensivo na calha do Rio Paraná e serviço de patrulha na BR-277 em combate ao contrabando de produtos e mercadorias na Tríplice Fronteira. Em relação aos problemas de posse da terra, Curvo constata que:

As fertilíssimas terras virgens do Sudoeste e Oeste paranaense vêm sendo palco de renhidas disputas. As ricas terras têm suscitado questões que fogem ao controle das autoridades civis, degenerando por vezes em sangrentos conflitos. O 1º Bfron, além de manter a ordem nas zonas litigiosas, exerce um papel de mediador onde cabe tal influência, fazendo ainda cumprir as decisões emanadas da justiça, onde as mesmas se vêem desrespeitadas. Cumpre, assim, uma valiosa colaboração com as autoridades civis, por solicitação destas, agindo ainda dentro da esfera de suas atribuições, por controlar explosivos focos de turbulência social (CURVO, 1965, p. 34).

Uma das atividades desenvolvidas pelo 1º Bfron em torno da Segurança Nacional na Tríplice Fronteira e que foram julgadas como atividade importante, do ponto de vista militar, refere-se à atuação de uma fração militar em combate a guerrilheiros que pretendiam interferir no evento de inauguração da Ponte da Amizade. Sobre o tema, Curvo relata que:

Em 26 de março de 1965, por ocasião da inauguração da Ponte da Amizade, quando Foz do Iguaçu se preparava para receber a visita do Marechal Castelo Branco, presidente do Brasil e do General Alfredo Stroessner, Presidente do Paraguai, o 1º Bfron tem a notícia de que guerrilheiros comunistas penetrando pelo sul do país dirigiam-se para Foz do Iguaçu. Foi, pois, vibrante que partira um pelotão objetivando impedir o inimigo de transpor o Rio Iguaçu ou atingir Foz do Iguaçu através da BR-277, antiga estrada de Guarapuava (CURVO, 1965, p. 40).

As atividades contrabandistas na Tríplice Fronteira são registradas pela Colônia Militar, com a colheita da erva-mate e a extração de madeira. E, com o passar do tempo, e as mudanças em torno do comércio transfronteiriço, o contrabando toma novas dimensões. O contrabando de armas munições e drogas passaram a apresentarem-se como as principais atividades criminosas desenvolvidas na Tríplice Fronteira, exigindo o fortalecimento dos instrumentos de segurança.

As novas configurações do território fronteiriço, do ponto de vista político, social e econômico, implicaram em novas dimensões do Exército. Desta forma, em 16 de Dezembro de 1980, com base nos Decretos-lei 85.533 e 85.534, o 1º Batalhão de Fronteira passou a ser nomeado de 34º Batalhão de Infantaria Motorizado-BI Mtz. Em 21 de julho de 1997, por intermédio da Portaria Ministerial nº 509, o Ministro de Estado do Exército resolveu conceder ao 34º BI Mtz a denominação histórica de “Batalhão República do Paraguai”.

Essa denominação foi em homenagem ao país vizinho, Paraguai, e em honra às tradições da Unidade Militar e suas atribuições na Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina. Em 24 de Maio de 2013 passou para 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado-BI Mec., essa última foi formalizada com a Portaria nº 1.128, de 21 de outubro de 2014, publicada no Boletim do Exército nº 43/2014.

Essas mudanças ocorridas na Unidade Militar relacionam-se ao desenvolvimento econômico, político e social e, com isso, passou a exigir tecnologias militares adequadas para as soluções das possíveis problemáticas do território brasileiro.

A abordagem interdisciplinar, como junção de conhecimento em resolução de problemas, conduz a pensar na Tríplice Fronteira como um cenário amplo de discussões, pois abarcam questões sociais, econômicas, políticas e relações de poder. As formulações estratégicas militares de defesa nacional compreendem as questões relacionadas à sociedade.

Com isso, a necessidade do Exército, como instrumento de múltiplas ações em resolução das questões transfronteiriças. Além das contribuições do Exército na formação do território por meio da prática de colonização como estratégia de Segurança da fronteira, vale destacar a presença de descendentes europeus como contribuição para povoar e colonizar o Oeste do Paraná, no contexto formal estabelecido pelo Governo brasileiro. Gregory (2002) relata que:

A conjuntura mundial em crise e as incertezas das companhias estrangeiras que operavam no Oeste do Paraná fizeram com que fossem desativados seus empreendimentos ou entrassem em falência, abrindo fabulosos espaços para o investimento de capitais nacionais no pós-Segunda Guerra Mundial. Esses fatores foram fundamentais para criar as condições de colonização da Região. Outro fato importante já tinha dado sinais vigorosos no contexto da história do Sul do País: a migração de colonos, num processo de expansão das fronteiras agrícolas. As velhas colônias de imigrantes europeus do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina já tinham excedentes populacionais suficientes dispostos a tentar reproduzir suas condições de colonos. Nos primeiros anos da década de 1930, num processo de ocupação de terras, aqui chegaram os primeiros colonos desse período intermediário entre a ocupação esporádica e a colonização propriamente dita. (GREGORY, 2002, p. 91).

O Território forma-se em conexão com a sociedade e suas relações produzem instrumentos próprios de segurança do Estado-Nação, que permitem a solidificação dos limites territoriais. O processo migratório estabelecido pelo Estado para povoar o Oeste paranaense contribuiu nas configurações territoriais da Tríplice Fronteira, em seu aspecto social, político e econômico, por meio da junção de povos de diferentes atividades econômicas e culturais.

A migração para o Oeste do Paraná está inserida do contexto da “Marcha para o Oeste”, que teve como objetivo atender parte dos projetos de nacionalização pretendida pelo Governo brasileiro e a ocupação das fronteiras. Nesse contexto, entende-se que as migrações para o Oeste do Paraná contribuíram na formação do território do Iguaçu, como parte da ideologia política de divisão territorial do Governo Vargas, em 1943.

Lopes afirma que:

O interventor nomeado para governar o território, o Major João Garcez do Nascimento, após percorrer a região do território decidiu-se por estabelecer a capital em Laranjeiras por achá-la mais apropriada do ponto de vista de segurança. (LOPES, 2008, p. 117).

Com vistas a estabelecer melhores condições de Segurança na fronteira, o Governo viabilizou a construção de um quartel do Exército, em Foz do Iguaçu, para abrigar adequadamente a tropa do 1º Bfron. De acordo com Lopes (2008, p. 117) “Luiz Carlos Pereira Tourinho foi o militar incumbido de construir o quartel do 1º Batalhão de Fronteira”. Além desse, Lopes faz uma relação das atividades militares na construção do Território do Iguaçu, começando pelos primeiros governadores: o Major Garcez, nomeado por Getúlio Vargas, em 1944 e o Major Frederico Trotta, nomeado pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, em 1946.

A criação do Território do Iguaçu pelo Presidente Getúlio Vargas, condicionou-se pelos planos de Segurança Nacional e o fortalecimento militar nas fronteiras, com a implantação de novos quartéis, e aparelhamento dos já existentes com a finalidade de estabelecer a presença do Estado nas regiões com pequena densidade demográfica.

O crescimento populacional das fronteiras, a destacar a fronteira em estudo, faz parte de um processo geopolítico em que o Estado brasileiro formulou para condicionar a ocupação efetiva desses territórios, pois a falta de população permitia a entrada de pessoas dos países vizinhos para ocupação territorial e utilização dos recursos naturais. As fronteiras como parte das formulações geopolíticas do Brasil, são espaços territoriais em que o Estado visualiza como um campo de controle tendo como base de apoio as instituições de Segurança para possibilitar a estabilidade territorial em termos políticos e diplomáticos.

As preocupações com os territórios de fronteira no momento atual do Brasil, diferentemente dos tempos das colônias militares, giram em torno das interconexões entre os Estados Nacionais. No entanto, o poder militar continua a se destacar como instrumento convencional de defesa do Estado-Nação para a resolução de possíveis problemas. Conforme Carlos de Meira Mattos (2011):



Estados soberanos querem caracterizar um aspecto fundamental das fronteiras modernas- sua convencionalidade. Realmente, sejam linhas naturais ou artificiais, são, sempre, convencionais, dependem de um acordo entre Estados limítrofes. Assim é que as fronteiras são um dos objetos principais da política internacional e devem se constituir na preocupação permanente da diplomacia dos Estados. Os problemas fronteiriços não devem escapar das mãos da ação diplomática dos Estados, porque, quando isso acontece, o dever de defender as fronteiras passa para a responsabilidade do poder militar, o que representa a guerra ou a sua ameaça. (MATTOS, 2011, p. 39)

Carlos Meira Mattos enfatiza que a proteção do território nacional é o objetivo principal da fronteira, tanto na paz quanto na guerra. Na Tríplice Fronteira, é possível observar a presença Militar contribuiu no decorrer no tempo para a construção do Oeste do Paraná no que se referem as suas demarcações territoriais, e permitiu estabelecer as configurações atuais da fronteira, em seu âmbito socioeconômico e de cunho geopolítico.

Além disso, apresenta-se como um instrumento que cumpre suas obrigações constitucionais de defesa do território e segurança da sociedade, e contribui para garantir os interesses políticos, econômicos e sociais, por meio da construção de sistemas que permitem a fiscalização das ações humanas nas territorialidades transfronteiriças entre Brasil, Paraguai e Argentina.

### **3. CONEXÕES, INTER-RELAÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA TRÍPLICE FRONTEIRA.**

Este capítulo trata das conexões e as inter-relações estabelecidas pelo Exército Brasileiro na Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina após o processo de Segurança Nacional estruturado pelo Governo Brasileiro, que teve o propósito de constituir as relações de poder em Foz do Iguaçu para, assim estabelecer e manter o domínio territorial. A abordagem sobre as relações geopolíticas entre países e as formulações estratégicas militares do Brasil com Paraguai e Argentina assumem uma perspectiva político-militar, que concerne em contextualizar as estratégias de Segurança Nacional por meio de cooperação entre países no espaço transfronteiriço. O intercâmbio militar formalizou a construção dessas estratégias e contribuiu para o relacionamento entre os Exércitos brasileiro, paraguaio e argentino, envolvendo os Estados Nacionais em sentido amplo, isto é, das relações diplomáticas às relações territoriais construídas em suas fronteiras.

Vale destacar que as relações econômicas, políticas e sociais, sempre estiveram presentes na formação territorial da Tríplice Fronteira e contribuíram para dimensionar o pensamento político-militar no sentido de fortalecer as relações estratégias de cooperação, em virtude do dinamismo do território em estudo e, também, valorizando as relações humanas.

As atividades humanas na Tríplice Fronteira forjaram seu dinamismo territorial em diferentes momentos históricos. Nessa perspectiva, entende-se que esse dinamismo gerou a possibilidade de se utilizar as relações de poder como suporte para assegurar a integridade do Estado, no que se refere ao desenvolvimento econômico e social e nas relações diplomáticas com os países vizinhos Paraguai e Argentina.

As conexões militares na fronteira desenvolveram-se por meio de atuações conjuntas, como os exercícios de adestramento, reuniões estratégicas de segurança e cursos de formação nas escolas militares. Além dessas ações, destaca-se o apoio logístico prestado constantemente pelo Brasil ao Exército Paraguaio. Essas atividades de cunho militares são previstas nas legislações atuais e nos planos de defesa brasileiro como forma de fortalecer as relações de poder regional. Conforme Jobim 2008:

O Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores promoverão o incremento das atividades destinadas à manutenção da estabilidade regional e a cooperação nas áreas de fronteira do país. O Ministério da Defesa e as Forças Armadas intensificarão as parcerias estratégicas nas áreas cibernéticas, espacial e nuclear e o intercâmbio militar com as forças armadas das nações amigas, neste caso particularmente com as do entorno estratégico brasileiro e as da comunidade de países de língua portuguesa. O

Ministério da Defesa, o Ministério das Relações Exteriores e as Forças Armadas buscarão contribuir ativamente para o fortalecimento, a expansão e a consolidação da integração regional, com ênfase na pesquisa e desenvolvimento de projetos comuns de produtos de defesa. (JOBIM, 2008, p. 55)

Essas conexões reforçavam as estratégias para atuação conjunta em tempo de paz, pelo intercâmbio de conhecimentos e tecnologias militares; e em tempo de guerra, pela cooperação entre os Estados Nacionais, pelo uso de força militar em defesa dos seus interesses.

Em situação de guerra ou de paz, o território de fronteira de um país costuma ser guarnecido, e os dispositivos militares são fatores intrínsecos nesse aspecto. Portanto, entende-se que a instituição de um Exército é um fator importante para o Estado-Nação. Faz-se necessária a sua estruturação, em tempo de paz, de equipamentos e inovações tecnológicas, além do preparo pessoal com vistas à aplicação das técnicas militares em possíveis manobras reais. Nessa perspectiva, Gibler afirma que:

Exércitos são mais adequados para controlar territórios reclamados. Depois, Exércitos precisam de tempo para serem desmobilizados e poucos líderes pretendem arriscar-se a uma desmobilização unilateral, mesmo depois de um acordo de paz. Isso faz do Exército uma ferramenta próxima e permanente para a defesa da terra natal, e assegura que estados com territórios ameaçados irão manter grandes Exércitos permanentes, para sua proteção (GLIBER, 2015, p. 96).

As Unidades Militares destacadas nos territórios de fronteira do Brasil com o Paraguai não são de formação recente. Suas estruturações se firmaram depois da Guerra da Tríplice Aliança e no decorrer do tempo, com a implantação de aparatos tecnológicos para aprimorar os aspectos militares e sua preparação para o uso em defesa territorial.

Sabe-se que o Brasil vive em condições pacíficas com seus vizinhos. No entanto, o preparo para a consolidação do Exército, como ferramenta permanente de controle geopolítico e de defesa da soberania nacional, deve ser mantida. Isso justifica a criação de Unidades Militares ao longo da linha de fronteira do Brasil, a destacar os territórios de fronteira que abarcam Brasil, Paraguai e Argentina, com um número considerável de unidades militares do Exército, por ser um território que, historicamente, teve maior envolvimento em conflitos de terra.

O Arco Norte, que abarca os Estados do Norte e o Arco Central que abarca os Estados da parte central do Brasil dispõe de territórios considerados importantes, do ponto de vista geopolítico, e apresentam riquezas naturais intrínsecas, que são necessárias às articulações de

Segurança Nacional, pelo poder central com a instalação de Unidades militares, além da criação de políticas que permitem gerar desenvolvimento socioeconômico e organização geopolítica do espaço.

No entanto, o Arco Sul apresenta maior concentração urbana e potencial econômico atrelado à densidade demográfica, além dos recursos naturais como a Bacia do Paraná, que comporta os rios Paraná e Iguaçu, que abrigam a Hidrelétrica de Itaipu e as Cataratas do Iguaçu, além do Aquífero Guarani, que compreende parte do território paraguaio, argentino e uruguaio. Esses fatores apresentam influências nas relações diplomáticas entre países.

Em face disso, foi gerado no Arco Sul, por ser um território de múltiplas fronteiras, um campo de articulação estratégica político-militar com o objetivo de estabelecer as relações de poder do Estado Nação. Conforme Carlos de Meira Mattos (2011):

Os conflitos militares no Sul, operações no território rio-grandense, intervenção no Uruguai, a guerra contra Rosas, a guerra da Tríplice Aliança, caracterizaram-se mais como resultado de antagonismos políticos insuperáveis pela via diplomática do que como movimentos visando a expansão fronteiriça. (MATTOS, 2011, p.73).

Entende-se, portanto a partir das concepções de Meira Mattos, que a quantidade de quartéis existentes nas fronteiras do sul do Brasil, se devem ao fato dos constantes conflitos territoriais entre países no decorrer do tempo histórico.

Apesar da não existência de tensões territoriais na atual conjuntura, a manutenção de bases militares na linha de fronteira brasileira é um fator indispensável do ponto de vista político-militar com o objetivo de manter a soberania nacional e assegurar a garantia das leis e ordens como requisitos básicos de do Estado-Nação.

A Figura 3 ilustra as principais Bases do Exército na linha de fronteira do Brasil com países da América do Sul e permite uma visualização das Unidades Militares nas fronteiras do Arco Sul.

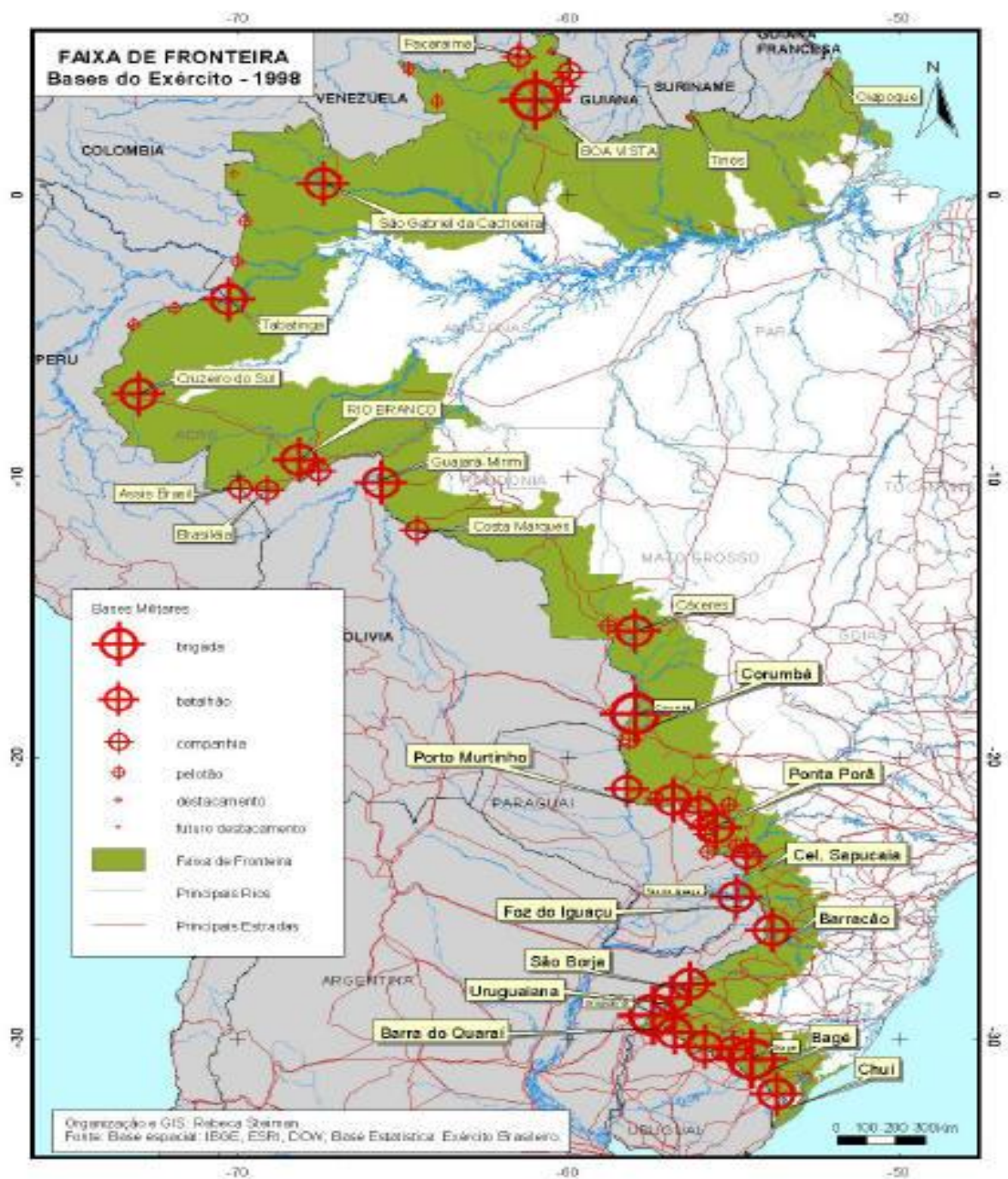


Figura 3: Bases do Exército na Linha de Fronteira do Brasil.

Fonte: Ministério da Integração Nacional 2016.

Além dos fatores econômicos, políticos e sociais, os aspectos geográficos das fronteiras entre Brasil, Paraguai e Argentina, estabelecidas no Arco Sul, apresentam condições que permitiram as formulações estratégicas para comportarem os estabelecimentos militares disponibilizados pelo Exército. O condicionamento das estratégias de Segurança Nacional destaca as Unidades de pronto emprego operacional como fatores necessários nas fronteiras, tendo em vista seu aspecto geopolítico. Sendo assim, o Exército representa o

Estado nas relações de poder e como peça de manobra operacional nos territórios transfronteiriços. Há um número considerável de quartéis na linha de fronteira dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, que são estrategicamente formulados para atender aos interesses do Estado Nação no que tange ao possível emprego de força militar.

Conforme a página eletrônica do Exército, as seguintes unidades militares destacam-se como unidades operacionais nas regiões de fronteira:

Nas fronteiras do Mato Grosso do Sul destacam-se, como força operacional do Exército Brasileiro, a 18ª Brigada de Fronteira em Corumbá-MS, que é composta pelo 17º Batalhão, instrumento de ação rápida na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Bolívia e a 2ª Companhia de Fronteira em Porto Murtinho. Há, também, 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada sediada em Dourados-MS, que comanda o 11º Regimento de Cavalaria em Ponta Porã, o 17º Regimento de Cavalaria, sediado em Amambai e o 10º Regimento de Cavalaria Mecanizado sediado em Bela Vista.

No Estado do Paraná as atribuições do Exército tomam maiores proporções pelo fato dos territórios fronteiriços abarcarem parte das fronteiras da Argentina. Dessa forma, destaca-se a 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada - 15ª Bda. Inf. Mec., sediada em Cascavel-PR, que tem uma área de atuação operacional que exige melhores qualidades estruturais em termos materiais e em número de pessoal, assim como, condições básicas para apresentar, de forma adequada, as ações estratégicas estruturadas pelo Comando de Operações Terrestre do Exército-COTER, sediado em Brasília.

A 15ª Bda. Inf. Mec. concentra uma quantidade de quartéis que estabelecem o apoio necessário para as manobras de ações operacionais de pronto emprego previstas pelo Exército, são distribuídos em pontos estratégicos para serem empregados em caráter imediato no território, pois estão instalados nas cidades de fronteira. Esses quartéis destacados nas cidades fronteiriças contam com o apoio das Unidades Militares de cidades mais afastadas da fronteira, pois, se preciso for, agregam forças por meio de cooperação logística de cunho material e humano, além de manterem as relações de comunicações com o centro do poder militar. As unidades militares pertencentes a 15ª Bda. Inf. Mec. estão localizadas no Estado do Paraná e Rio Grande do Sul, em cidades consideradas estratégicas pelo Exército.

A 15ª Bda. Inf. Mec. foi instalada na cidade de Cascavel por apresentar importantes condições estratégicas no que se refere à logística de apoio às Unidades Militares que estão sob suas jurisdições. Para desenvolver as atividades de apoio logístico, a Brigada conta com o 33º BI Mec. como força de reação rápida e o 15º Batalhão Logístico-15º B. Log., que tem a missão de apoiar, com material de serviço e campanha, todos os quartéis da Brigada. Na

cidade de Apucarana, no Centro-Oeste do Estado do Paraná, está destacado o 30º BI Mec. como ligação estratégica da Brigada aos centros militares em Mato Grosso do Sul e São Paulo. Em Guarapuava, no Centro-Sul do Estado do Paraná, o Exército conta como base de apoio à fronteira, o 26º Grupo de Artilharia e Campanha - 26º GAC. Essa Unidade Militar caracteriza-se como elo entre a Brigada de Cascavel e a 5ª Divisão de Exército - 5ª DE, em Curitiba, centro de comando dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O Sudoeste do Estado do Paraná é uma região estratégica pela aproximação com as fronteiras da Argentina. Dessa forma, a presença militar teve o objetivo de construir estratégias de proteção territorial, para isso, há duas unidades militares implantadas em Francisco Beltrão, com o 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado e, na cidade de Palmas, com a 15ª Companhia de Engenharia de Combate - 15ª Cia de Eng. Do estado do Paraná ao Rio Grande do Sul se desenvolve, em caráter estratégico, a 15ª Companhia de Comunicações Mecanizada, sediada em Bento, Gonçalves-RS, que é subordinada à Brigada de Cascavel-PR. Essa Unidade Militar, por ser um instrumento comunicação, possui valor estratégico, já que funciona como elo entre o Comando Militar do Paraná e o Comando Militar do Rio Grande do Sul.

Entre as Unidades Militares da 15ª Bda. Inf. Mec. destaca-se o 34º BI. Mec., em Foz do Iguaçu, e a 15ª Companhia de Infantaria Motorizada, em Guairá. Localizam-se na região Oeste do Paraná e ocupam as fronteiras que apresentam maior valor estratégico Militar. Todas as informações dispostas anteriormente estão disponibilizadas na página eletrônica do Exército, e permite-nos ter uma compreensão das relações de poder estabelecidas nas regiões de fronteira com Paraguai e Argentina.

O território transfronteiriço do Brasil com Paraguai e Argentina, constitui-se num palco de articulação militar pelas relações de poder geopolítico do Estado Nação. Essas articulações, num território transfronteiriço, formam-se com a implantação de força militar e com as relações entre os países que, por meio das políticas de integração econômica, tomou novas formas para, assim, tornar inviáveis os antagonismos entre países.

Nesse contexto, Golbery do Couto e Silva (1981, p. 21) afirma que “o símbolo da nossa era é o símbolo da integração, processo solucionador por excelência de todos os antagonismos e que melhor convém ao espírito do homem moderno”. Essa abordagem tem um viés nas relações internacionais como um fator de liberdade humana, que se faz necessária para a sobrevivência e a soberania do Estado Nação.

Portanto, pode-se entender que o poder militar nas fronteiras entre Brasil, Paraguai e Argentina se concentra num conceito de defesa que vai além dos objetivos individuais do

Estado Nação e busca estruturar, por meio da integração dos Exércitos, estratégias de defesa coletiva.

As atividades de intercâmbio militar são práticas comuns entre países e o Brasil tem uma área de responsabilidade que envolve, principalmente, os países da América Latina, com vistas a criar estratégias para integrar os países por meio de cooperações que viabilizem a Segurança de cada Estado Nação, em particular e em caráter coletivo. A integração dos países a partir das atividades de intercâmbio das forças armadas se faz um fator importante do ponto de vista governamental diante dos fatores geopolítico brasileiro, que determinam as estratégias de cooperação militar entre países, que articulam os meios possíveis de atuação conjunta em prol da paz regional e da proteção territorial tendo como foco principal e campo de atuação político-militar as regiões de fronteira, por serem as principais vias de entrada dos Estados Nacionais.

A união dos aspectos militares como fatores diplomáticos, sem dúvida contribuem para a integração de outros setores os Estados Nacionais, tais como as dimensões geopolíticas e o crescimento dos setores que giram em torno do comércio com as ligações territoriais pelas rodovias, ferrovias e por meio fluviais. Conforme Carlos de Meira Mattos (2011):

A América do Sul, integrada num mercado solidário, terá um peso político e econômico respeitável no comércio internacional, gerando benefícios para todos os seus países. A integração trata-se, não ignorarmos, de tarefa política árdua e difícil, mais vale a pena intentá-la. Será o objetivo criador maior da diplomacia brasileira. (MATTOS, 2011, p. 219).

Os cursos militares são instrumentos que permitem a troca de experiência militar entre países. O quantitativo de efetivo militar no contexto latino-americano, que participa de curso nas escolas militares do Exército brasileiro, supera a participação de militares de outros continentes. Esse fator favorece as interconexões militares e reforça o espaço de atuação por meio de ajustes estratégicos a fim de adequar as políticas de administração territorial e a delimitação do campo geopolítico dos Estados Nacionais.

O dinamismo político-militar brasileiro, no que diz respeito à aplicação de disciplinas voltadas à inovação e ramificação de suas relações de poder em área fronteira, objetiva abarcar um espaço geopolítico transnacional para manter o desenvolvimento de suas projeções na América do Sul e delimitar as ações estratégicas.

O Quadro 1 apresenta a quantidade de militares estrangeiros em atividades de ensino nas escolas do Exército brasileiro entre os anos de 2001 a 2011, com ênfase para Paraguai, Venezuela, Peru, Equador e Argentina, com o maior número de participação.



| País      | Militares | País                 | Militares | País             | Militares | País             | Militares |
|-----------|-----------|----------------------|-----------|------------------|-----------|------------------|-----------|
| Paraguai  | 246       | Suriname             | 54        | El Salvador      | 9         | República Tcheca | 3         |
| Venezuela | 159       | França               | 37        | Portugal         | 9         | Nicarágua        | 3         |
| Peru      | 146       | México               | 29        | África do Sul    | 8         | Nigéria          | 3         |
| Equador   | 142       | República Dominicana | 27        | Coreia do Sul    | 8         | Belize           | 2         |
| Argentina | 134       | Guatemala            | 25        | Alemanha         | 7         | Bélgica          | 2         |
| Uruguai   | 102       | Espanha              | 23        | Honduras         | 7         | Índia            | 2         |
| Angola    | 82        | São Tomé e Príncipe  | 22        | China            | 6         | Indonésia        | 2         |
| Chile     | 74        | Timor Leste          | 21        | Namíbia          | 6         | Irã              | 2         |
| Bolívia   | 71        | Cabo Verde           | 19        | Guiana Francesa  | 4         | Irlanda          | 1         |
| EUA       | 70        | Guiné-Bissau         | 18        | Reino Unido      | 4         | Senegal          | 1         |
| Colômbia  | 68        | Moçambique           | 17        | Itália           | 4         | Tailândia        | 1         |
| Guiana    | 56        | Canadá               | 12        | República Tcheca |           |                  |           |

**Quadro 1:** Intercambio Militar do Exterior no Brasil 2001-2011.

Fonte: Livro Branco de Defesa Nacional (2012).

Nota-se que, no universo das interconexões dos países latino-americanos com o Brasil, o Paraguai aparece em 1º lugar e a Argentina aparece em 5º. Isso confirma suas aproximações em relação aos demais países, a destacar o Paraguai, que aparece com maior número de participantes e ocupa o primeiro lugar com 246 militares enviados para cursos no Exército Brasileiro.

Essa mobilidade, em termos transcontinentais e com olhares voltados para apreender a disciplina de atuação estratégica brasileira, atesta o nível das relações de poder apresentada

pelo Exército para atuação além das fronteiras que abarcam o contexto latino-americano. Isso implica na ampliação das relações entre países para, dessa maneira, estabelecerem estratégias para um conjunto maior de atuação.

Assim como os países apresentados no Quadro 1 mantêm militares nas escolas do Exército Brasileiro com a finalidade de fortalecer as relações e as atividades de cunho estratégico, o Brasil envia número considerável de efetivo com vistas a construir um círculo de integração e cooperação com outros países.

O Quadro 2 traz uma amostragem dos participantes do Exército Brasileiro, em cursos militares em outros países, a fim de atender as diretrizes de intercâmbio estabelecidas pelo Estado Nação.

| País        | Militares | País            | Militares | País      | Militares | País      | Militares |
|-------------|-----------|-----------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| EUA         | 171       | Uruguai         | 20        | Itália    | 7         | Bélgica   | 3         |
| Colômbia    | 70        | França          | 19        | China     | 7         | Áustria   | 1         |
| Canadá      | 60        | Equador         | 15        | Venezuela | 6         | Austrália | 1         |
| Argentina   | 51        | Portugal        | 12        | Paraguai  | 5         | Guatemala | 1         |
| Chile       | 44        | África do Sul   | 11        | Suécia    | 5         | Hungria   | 1         |
| Alemanha    | 42        | Guiana Francesa | 10        | Israel    | 5         | Irlanda   | 1         |
| Espanha     | 35        | Bolívia         | 8         | Finlândia | 4         | Tunísia   | 1         |
| Reino Unido | 33        | Noruega         | 8         | México    | 4         | Turquia   | 1         |
| Peru        | 23        | Índia           | 7         | Suíça     | 4         |           |           |

**Quadro 2:** Intercambio Militar do Brasil no Exterior 2001-2011.

Fonte: Livro Branco de Defesa Nacional (2012).

Diante dos números apresentados, observa-se que o Brasil se enquadra aos países que apresentam maior expressão no que diz respeito ao ensino e à tecnologia militar. Em face disso, os Estados Unidos, por serem um dos destaques nesses fatores, com aprimoradas técnicas de atuação e estratégias em relação a outros países, é o destino principal para onde o Brasil envia alunos do Exército. Como destacado no Quadro 2, entre os anos de 2001 e 2011, foram enviados 171 militares brasileiros para a realização de cursos com os norte-americanos.

Nesse mesmo espaço de tempo, além dos Estados Unidos, como destino principal dos militares, destacaram-se a Colômbia, Canadá, Argentina e Chile, que apresentam características técnicas consideradas importantes do ponto de vista político-militar.

A participação brasileira nos cursos das escolas militares paraguaias não apresentam expressões equivalentes aos outros países abordados, embora se saiba que existam consideráveis aproximações entre os dois países.

O relacionamento entre Brasil, Paraguai e Argentina torna-se mais presente pela existência de uma interligação territorial que, além de permitir a acessibilidade pelas fronteiras, abre precedentes para que as relações bilaterais sejam formalizadas com mais facilidades para a concretização de acordos que abarquem os interesses políticos, sociais, econômicos e de segurança de cada Estado Nação.

Do ponto de vista das relações comerciais, a política que formaliza a criação de blocos econômicos no contexto da América do Sul constrói um espaço de cooperação militar, que tem como objetivo a realização de práticas estratégicas de interesse mútuo. Atrelado a esses fatores, deve-se levar em conta as riquezas naturais de caráter transnacionais que, juntamente com os fatores econômicos, políticos e sociais tornam-se fontes de sobrevivência humana e permitem fortalecer o pensamento de cada Governo de Estado em estabelecer meios que visem à adequação de instrumentos que formalizem a defesa de seus territórios a partir de ações conjuntas.

Por meio das articulações diplomáticas no contexto da América do Sul, percebe-se que, com o passar dos tempos, os países buscam adequar políticas com vistas a gerar aproximações e delimitar o sistema de cooperação regional e fortalecer os Estados Nacionais. Nesse contexto, Clodoaldo Bueno (1997, p. 12) afirma que “a partir da gestão de Juscelino Kubitschek (1956-60) as relações do Brasil não só com a Argentina, mas com toda a América Latina entraram numa nova fase, uma vez que faziam parte do projeto nacional de desenvolvimento”.

A integração entre países da América do Sul, nas articulações comerciais do Governo Brasileiro, teve como objetivo fortalecer as relações políticas e construir um bloco econômico que possibilitasse o desenvolvimento regional para atender questões de caráter sociais, políticas e de integração diplomática. A consolidação dessas ações, com a criação do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, em 1991, além de influenciar o desenvolvimento das relações comerciais entre países deu novas dimensões às relações sociais, principalmente nas áreas de fronteira, pelo livre acesso aduaneiro.

A aproximação entre países por meio de suas fronteiras, por intermédio das relações comerciais, tem por objetivo atribuir avanços em termos econômicos e, assim, solucionar problemas em face dos antagonismos socioculturais, oriundos de contextos sociais adversos à realidade regional, e isso implica em aplicar as políticas emanadas do poder central com a finalidade de agregar força às estratégias já estabelecidas para garantir a segurança da sociedade e ampliar as relações territoriais.

### 3.1 EXÉRCITO BRASILEIRO E AS RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS DO BRASIL COM O PARAGUAI.

A presença militar em Foz do Iguaçu do Exército Brasileiro, por meio da Colônia Militar, em 1889 e da Companhia Independente do Iguaçu, em 1932, teve o propósito de ocupar o espaço teoricamente desabitado por brasileiro e tomar posse, em caráter definitivo, do território de fronteira para, assim, oportunizar o processo de colonização e a estruturação das condições políticas, econômicas e sociais do território fronteiriço.

É impossível pensar a história da Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina sem inserir a história militar no contexto de sua formação. Em virtude disso, vale ressaltar que o Exército Brasileiro é um instrumento importante, do ponto de vista geopolítico e das relações diplomáticas; e foi utilizado estrategicamente como peça principal no contexto da Segurança Nacional no território de fronteira e como um dos elementos de integração das regiões de fronteira do Brasil ao centro do poder.

Em relação à construção de Foz do Iguaçu, destacam-se as contribuições dos militares por meio do serviço de engenharia do Exército, com a estruturação do 1º Bfron. A logística militar em torno do serviço de Engenharia foi adequada ao plano desenvolvimentista previsto pelo Governo de Getúlio Vargas, gerou melhores condições para o processo de construção do Estado brasileiro, no que diz respeito à criação de rodovias, estradas de ferro e construção de pontes que fizessem as interligações dos territórios do interior ao centro mais desenvolvido do país.

Esses fatores consistiram num conjunto de relações geopolíticas que geraram novas formas de ações políticas e estratégias de convívio recíproco entre países. As aproximações entre Brasil e Paraguai na Tríplice Fronteira contribuíram para o desenvolvimento regional em termos econômicos, políticos e de conexões territoriais, com influência nas interconexões na área militar, por estar presente nas articulações diplomáticas a partir das cooperações de

cunho operacionais e nos projetos de construção do país em termos tecnológico, a destacar a engenharia militar, que proporcionou avanços consideráveis ao país.

No que diz respeito à operacionalidade entre Brasil e Paraguai na Tríplice Fronteira, o Boletim Interno nº 98 de abril do ano de 1950, do arquivo do 34º BI Mec., relata a cooperação militar do Brasil pelo 1º Bfron., em Foz do Iguaçu, à II Região Militar na cidade de Villarrica, Paraguai.

O documento escrito em espanhol encontra-se desgastado pelo tempo. No entanto, foi possível decifrar que se trata de um agradecimento do Capitão Ramon, do Exército do Paraguai ao Comandante do 1º Bfron., pela participação de militares brasileiros e o empréstimo de viaturas para conduzir tropas paraguaias ao local do exercício em Villarrica, em 17 de abril de 1950. O texto do documento diz o seguinte:

Cuartel General II Region Militar-Villarrica Paraguay. Puerto Adela 17 de abril de 1950. Al comandante del primer Batallón de Frontera Foz de Yguazú, Brasil. Tengo el honor de dirigirme al señor comandante a fin de presenta-le el testimonio de nuestra cooperación prestada por ese comando o objeto de facilitar el transporte de la dotación de tropa el destacamento militar nº 6 desde Puerto Presidente Franco hasta Puerto Adela abordo del guarda costa Duque de Caxias. Especialmente quiero destacar el alto espirito de camaradería y confraternidad a los componentes de las fuerzas armadas del Brasil para con nosotros y de cuyos sentimientos hernos recibidos prueba con el caballeresco comportamiento con nosotros por los señores oficiales e plazas. Quiero hacerle llegar el testimonia de nuestro agradecimiento, con esta misma fecha pongo a conocimiento del comando de la Región Militar-Villarrica los sentimientos expresa en la presente. Aprovecho la oportunidad de saludar al señor comandante mi distinguida consideración (CAPITÃO RAMON, 1950).

Esse relato confirma as territorialidades e as conexões militares entre Brasil e Paraguai na Tríplice Fronteira, mostra a existência de atuação conjunta dos exércitos dos dois países em busca de desenvolver técnicas operacionais e cooperações pelo uso compartilhado de instrumentos militares e de intercâmbio de conhecimentos para formularem ações de proteção territorial transfronteiriço.

O Exército em Foz do Iguaçu, além de ser uma peça de manobra operacional em torno de uma perspectiva voltada a estabelecer a Segurança Nacional no território de fronteira, contribuiu para o desenvolvimento econômico e nas relações diplomáticas. Nesse contexto, vale também chamar a atenção da construção da Hidrelétrica de Itaipu, um projeto considerado importante do ponto de vista geopolítico, voltado para as necessidades do Brasil

e Paraguai em torno dos fatores econômicos e de expansão industrial a partir da geração de energia elétrica, que teve a participação do Exército.

O domínio militar, no contexto político que envolveu Brasil e Paraguai no espaço-tempo da construção da Hidrelétrica, contribuiu para a participação do Exército como um dos componentes estruturais e fomentadores desse projeto geopolítico. Conforme Gomes Pinto (2009, p. 53), “o primeiro esboço para o aproveitamento das sete quedas, levado até o Presidente da República Jânio Quadros, foi resultado do trabalho do engenheiro do Exército Brasileiro Pedro Henrique Rupp”. O autor destaca, no mesmo texto, que o projeto apresentado a Jânio Quadros pelo engenheiro “sugeriu que o Rio Paraná fosse desviado para dentro do território brasileiro antes de atingir a fronteira do Paraguai, logo acima do Salto de Guairá” (p. 53). A conjuntura política do Brasil era favorável à perspectiva militar. O poder militar concentrava as decisões em torno do processo de desenvolvimento do país em termos sociais, políticos e econômicos. Gomes Pinto destaca que:

No dia 11 de março de 1966, o escritor João Guimarães Rosa, um dos maiores nomes da literatura brasileira e que respondia na época pela Chefia da Divisão de Fronteiras do Itamaraty, devia sentir-se pouco à vontade. Afinal, estavam ali todos os integrantes do Conselho de Segurança Nacional, o Presidente da República e seus futuros sucessores, o General Arthur da Cota e Silva, na época Ministro da Guerra, e Ernesto Geisel, na condição de Secretário Geral do Conselho. Estava todo o Governo Brasileiro representado pelo ministério de Castelo Branco. Participavam, como membros do conselho, o Chefe de Serviço Nacional de Informações, o General Golbery do Couto e Silva e mais os Chefes do Estado Maior das Forças Armadas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica (GOMES PINTO, 2009, p. 41).

Nesse argumento de Gomes Pinto, nota-se a presença dos militares nos altos cargos do Governo Brasileiro, o que comprova que as decisões diplomáticas, que implicaram no desenvolvimento do Brasil e suas relações com o Paraguai naquela conjuntura política dos dois países, foram pautadas nas perspectivas político-militares.

Esses fatores fortaleceram os laços diplomáticos entre esses países e contribuíram para a organização territorial, a fim de atender à necessidade de cada Estado Nação em firmar suas demarcações fronteiriças e estabelecer relações de poder no contexto geográfico que abarca essas territorialidades.

Entre essas interligações, destaca-se a Ponte da Amizade, como um elo de cooperação entre Brasil e Paraguai e que contou com os serviços do 1º Bfron em seu processo de

construção, no que se refere ao controle e transporte de material, além de disponibilizar, diariamente, um efetivo para exercer o serviço de polícia aduaneira.

Nesse contexto de desenvolvimento do país, o Governo Brasileiro voltou-se para essa Tríplice Fronteira e utilizou o Exército para além de suas atribuições normais estabelecidas na Constituição Federal, que é a manutenção das leis e ordens e assegurar a soberania nacional por meio da defesa do território. O serviço de engenharia do Exército foi um dos fatores utilizados pelo Governo Brasileiro e que contribuiu em vários aspectos no que se refere ao desenvolvimento urbano de Foz do Iguaçu. Conforme Emanuel Marcos Prado:

Foi criada, em pelo Decreto-Lei nº 3.196, de 14 de abril de 1941 e regulamentada pelo aviso nº 1.727, de 6 de junho de 1941, do então Ministério da Guerra, uma comissão de estradas e rodagens que recebeu a missão de construir a BR-277, antiga BR-35, entre Ponta Grossa e Foz do Iguaçu. O trecho rodoviário sob sua responsabilidade destinava-se a ligar o Porto de Paranaguá, no Atlântico a Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina com uma extensão de aproximadamente 750 km, liga-se pela Foz do Iguaçu pela Ponte da Amizade (PRADO, 2012, p. 251).

Para formar tal comissão, o Exército Brasileiro transformou o 1º Batalhão Rodoviário, sediado em Curitiba, em 5º Batalhão de Engenharia, que teve a missão de coordenar as atividades de construção de várias estradas nos Estados de Santa Catarina e Paraná, a destacar a BR-277. No processo de construção dessa BR, nas intermediações de Foz do Iguaçu, o 5º Batalhão de Engenharia contou com a cooperação de parte do efetivo militar do 1º Bfron, sediado em Foz do Iguaçu, para desenvolver atividades diversas. Conforme Curvo (1965), além de disponibilizar suas instalações para abrigar seu efetivo militar, o 1º Bfron disponibilizou para o contingente do 5º Batalhão de Engenharia, o suporte necessário de alimentação e hospedagem.

Na dinâmica das atividades desenvolvidas pelo Governo Brasileiro em torno da construção de estruturas que promovessem o crescimento econômico da Tríplice Fronteira e do país, o Exército teve sua parcela de cooperação e foi um dos instrumentos para fortalecer o relacionamento entre países na Tríplice Fronteira.

As relações entre Brasil e Paraguai, com essas atividades condicionadas por meio de acordos e tratados, deram novas dimensões ao processo econômico dos dois países. Possibilitou ao Paraguai o acesso ao oceano por meio do Porto de Paranaguá e oportunizou a integração com outros países com a finalidade de estruturar o setor econômico por meio da exportação de seus produtos para outras localidades do mundo.

Outro fator já abordado nesta dissertação, mas que vale a pena ser ressaltado é a construção da Hidrelétrica de Itaipu, pois é um fator de singular importância para o relacionamento diplomático entre os dois países.

A Itaipu Binacional, como um projeto geopolítico, foi o ponto central das relações diplomáticas entre Brasil e Paraguai, por ser um projeto que proporcionou o aproveitamento das condições geográficas comuns aos dois países. Surgiu como um plano estratégico e uma ferramenta do Estado Brasileiro para definir um campo de atuação política e programar a elaboração dos objetivos nacionais e sua permanência como fator de conexão estratégica entre os Estados Nacionais, a destacar as estratégias de Segurança Nacional. No tocante aos projetos geopolíticos, que permitem ao Estado Nação a elasticidade territorial e o alcance substancial dos objetivos nacionais com vistas a mantê-los em caráter permanente, Golbery do Couto e Silva relata que:

A geopolítica, igualmente elaboradora, que deve ser de proposições políticas com base na realidade geográfica, cabe-lhe, pois, sem dúvida, suprir e estimular viva a consciência do próprio valor espacial, o senso alerta a antagonismos potenciais, em permanência inscrita no modelado eterno da face da terra, a percepção dos condicionamentos, mais ou menos elásticos de fundamentação territorial. Coopera, assim, substancialmente na própria elaboração dos Objetivos Nacionais Permanentes - ONP (SILVA, 1981, p. 102).

O alcance dos objetivos do Estado Nação, em tempo de paz, consiste numa relação de dependência do seu vizinho territorial. E, no contexto da Tríplice Fronteira, as atividades conjuntas desenvolvidas entre Brasil e Paraguai destacam-se como visões estratégicas e vislumbram uma conexão coletiva de interesses e objetivos voltados para a fundamentação das relações e cooperações diplomáticas para, dessa forma, dimensionar as articulações que giram em torno do desenvolvimento econômico, político e social dos Estados Nacionais.

A Tríplice Fronteira, Brasil, Paraguai e Argentina, por se apresentar como uma territorialidade geográfica de intensas riquezas naturais e de concentração humana confluyente, que ao mesmo tempo compartilham de antagonismos sociais, culturais e políticos necessitaram, como em qualquer outro plano transfronteiriço mundial, de uma perspectiva militar para dar consistência à paz territorial e garantir a soberania do Estado.

As regiões de fronteira, por serem locais em constantes ameaças territoriais, permitem que os Governos de Estado se apresentem dispostos a estabelecerem políticas que norteiam as relações de poder no território, e o meio militar é um fator dominante, pois propõe uma



política de centralização de poder. Gibler (2015, p. 102) destaca que “a ameaça de extensa rivalidade de fronteira redundava na construção de um Exército para conquistar território”.

A política de militarização das fronteiras do Brasil parte de um plano que engloba, nas principais localidades fronteiriças, equipamento militar que proporcione ao Estado-Nação o equilíbrio das relações de poder em possíveis conflitos entre nações. O plano de Defesa Nacional 2008, elaborado pelo Ministro da Defesa Nelson Jobim, aborda que:

Em todas as circunstâncias, as unidades militares situadas nas fronteiras funcionaram como destacamentos avançados de vigilância e de dissuasão. Nos centros estratégicos do país - políticos, industriais, tecnológicos e militares - a estratégia de presença do Exército, concorrerá também para o objetivo de assegurar a capacidade de defesa antiaérea, em quantidade e em qualidade, sobretudo por meio de artilharia antiaérea de média altura (JOBIM, 2008, p. 25).

Essa perspectiva se confirma pelas ocupações militares na abrangência das fronteiras entre Brasil e Paraguai, nos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, no pós-guerra da Tríplice Aliança. A construção de estabelecimentos militares nas fronteiras desses países confirmou a presença do Estado Brasileiro por meio do Exército, com o objetivo de formalizar as estratégias de Segurança e a integração territorial de suas fronteiras.

Em relação às perspectivas de construção das relações de poder nos territórios fronteiriços, como delimitação territorial, os governos brasileiro e paraguaio buscaram estabelecer condições que viabilizassem relações inversas às de hostilizações e de emprego militar como único meio de consolidar a soberania dos Estados Nacionais. Ao contrário do uso militar, com o objetivo de apresentar o poder bélico de suas forças armadas como fatores de hostilizações e afastamentos, os governos buscaram fazer uma interconexão entre os poderes militares para estabelecerem aproximações diplomáticas entre os dois países no território de fronteira.

As aproximações dos Exércitos do Brasil e do Paraguai na Tríplice Fronteira se confirmam pelas conexões estabelecidas a partir dos centros de poder militar de cada país, que criam projeções de atuação mútua nas Unidades Militares em Foz do Iguaçu e em Ciudad del Este.

A interconexão do Exército Brasileiro, em Foz do Iguaçu, com o Exército Paraguaio têm a Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai - MMBIP como um dos instrumentos de articulação estratégica de aproximação militar entre países. O capítulo I, do

acordo firmado entre os governos do Brasil e do Paraguai, no ano de 1942 estabelece o seguinte:

A missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai - MMBIP tem por finalidade cooperar com o comandante em chefe de Forças Armadas do Paraguai na organização e instrução de formação e de aperfeiçoamento dos quadros e da tropa, das armas e serviços da Primeira Divisão de Cavalaria, nas Escolas: Militar no que concerne a seção terrestre; Nacional de Educação Física e de Saúde Militar; Curso de Transmissão de Educação Física e de aplicação naquelas Unidades e estabelecimentos, mediante entendimento entre o Chefe da MMBIP e o comandante em Chefe das Forças Armadas do Paraguai. (BRASIL, 1942, p. 1)

Conforme Souto (2014, p. 15), além das atividades de instrução militar em território paraguaio, “a MMBIP também tem a finalidade de criar canais alternativos aos diplomáticos de ligação com o Paraguai, considerando o ambiente de patrimonialismo para monitorar atividades relacionadas ao eixo dentro do solo paraguaio”.

As atividades que envolvem os Exércitos Brasileiro e Paraguaio no contexto da Tríplice Fronteira, a MMBIP, funcionam como um elo entre os Chefes Militares de cada país. Esse órgão está instalado em Assunção e seu quadro de funcionários é constituído por um oficial superior, com a patente de Coronel, que é o comandante, oficiais subalternos com patentes de Capitães e Tenentes e praças com a patente de Sargentos. Esses são os responsáveis pela aplicação de instruções e cursos para os militares do Exército do Paraguai e de manter as relações diplomáticas entre os Estados Nacionais.

Por serem estabelecidos como força terrestre, os Exércitos permanentes têm, entre outras responsabilidades, a de proteger os recursos naturais do país. Conforme o Livro Branco:

Cabe ao Exército o preparo da força terrestre para cumprir sua missão constitucional de defesa da pátria e da garantia dos poderes constitucionais, da Lei e da ordem. Além disso, deve cumprir as atribuições subsidiárias gerais previstas na legislação complementar que são: cooperar com o desenvolvimento nacional e com a Defesa Civil, apoiar a política externa do país e participar de operações internacionais de paz e ajuda humanitária. Tem como atribuições subsidiárias particulares atuar por meio de ações preventivas e repressivas na faixa de fronteira terrestre, contra delitos e crimes ambientais isoladamente ou em coordenação com outros órgãos (BRASIL, 2012, p. 112).

Podem-se considerar os recursos naturais e o uso compartilhado do meio ambiente como fatores de aproximações do poder militar e de consolidação geopolítica dos países em questão.

Destacam-se, como recursos naturais compartilhados, o Aquífero Guaraní e a Bacia do Prata, que tem como principais rios o Paraná, Paraguai e o Uruguai como condições geográficas que determinam a importância do fortalecimento das relações bilaterais entre os dois países, por favorecer o desenvolvimento econômico e atribuir condições que permitem a concentração das relações de poder político-militar no território.

O estabelecimento de acordos entre países na América do Sul proporcionou novas configurações de cunho econômico, político e social, a destacar O MERCOSUL, que possibilitou a união dos países em termos econômicos e de livre comércio, com políticas voltadas para atender às necessidades sociais e fortalecer a economia dos países parceiros. Compreende-se que a ligação do setor militar com esses acordos se faz pela política de livre circulação humana e aproximação aduaneira, que certamente implicam em gerar problemas causados pelas atividades comerciais, reforçados pela facilidade de livre circulação fronteiriça, que aumentam os crimes transnacionais, tais como o tráfico de drogas. Dessa forma, a adequação do poder militar como controle das ações delituosas em torno do território de fronteira se torna um fator importante para eliminar possíveis danos ao setor financeiro do país e a degradação social.

A UNASUL é um projeto estratégico criado em 2008 e teve como um dos objetivos a esquematização de planos para desenvolver atividades de defesa entre países e, para isso, foi instituído o Conselho de Defesa Sul-Americano – CDS, em 2011, que formaliza as articulações de cooperações para organizar um campo de relações político-militares. O CDS estabelece no Artigo 5º um total de 11 objetivos e, dentre eles, destacam-se os elencados nas letras:

- f) Promover o intercâmbio e a cooperação no âmbito da indústria da defesa;
- g) Incentivar o intercâmbio em matéria de formação e capacitação militar, facilitar processos de treinamento entre as forças armadas e promover a cooperação acadêmica dos centros de estudos de defesa;
- j) Trocar experiências a respeito dos processos de modernização dos Ministérios da Defesa e das Forças Armadas.

Essa articulação de interdependência entre países, por meio da criação de blocos econômicos e estabelecimento de diretrizes em torno das estratégias de defesa, justificam as conexões dos Exércitos na Tríplice Fronteira em estudo.

Na conjuntura atual das relações militares do Brasil com Paraguai em Foz do Iguaçu, o Exército Brasileiro apresenta condições que possibilitam a concretização do intercâmbio e

cooperação militar para reforçar a defesa entre países. O Boletim nº 36, de 20 de fevereiro de 2006, do 34º BI Mtz. relata que:

O Chefe do Departamento Logístico do Exército Brasileiro por meio do decreto 83.937 de 06 de setembro de 1979 e da portaria 260 do Estado Maior do Exército - EME, de 07 de novembro de 2005 resolve: Art. 1º subdelegar ao comandante do 34º BI Mtz., competência para assinar o termo de doação ao Exército Paraguai do material de comunicações e designar o oficial de comunicações do Batalhão para entrega em Ciudad del Este (BOLETIM 36, p. 17).

Essas atividades do Batalhão em Foz do Iguaçu são coordenadas pelo Estado Maior do Exército - EME, sediado em Brasília, que faz uso dessa Unidade Militar como instrumento estratégico de relações militares no contexto da Tríplice Fronteira.

A política de integração entre as forças militares pautadas no CDS estabelecem formas para intensificar a cooperação que permite compartilhar o uso das tecnologias voltadas à defesa sul-americana. Com as inovações tecnológicas implantadas pela indústria bélica brasileira, é possível alargar as possibilidades de cooperação entre as forças. Pautado nessa política de integração militar para a defesa sul-americana, o Brasil busca possibilidades de fortalecer o entendimento diplomático mediante contribuições de instrumentos de defesa. Destaca-se como um fator importante de relacionamento entre Brasil e Paraguai, a entrega de viaturas cedidas ao país vizinho pelo Exército Brasileiro.

Com o desenvolvimento tecnológico do Exército e as estratégias voltadas para a região fronteira, o modelo dos carros de transporte de pessoal passou a não atender às novas estruturas e à desenvoltura operacional de atuação no território, que gerou a motivação, por parte do Governo Brasileiro, de torná-las úteis em outro plano. Conforme a Gazeta do Iguaçu (2015), a solenidade de entrega das viaturas foi realizada no mirante da Itaipu Binacional e esteve presente o Comandante do Exército Brasileiro, General Eduardo Dias Villas Boas e o Comandante do Exército Paraguai, General Oscar Luiz Gonzales Cañete. O Noticiário do Exército - NE, publicado no dia 12 de junho de 2015 relata que:

As viaturas Mercedes Bens do Brasil, modelo 1418, fazem parte de um Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai e serão entregues, em forma de cessão, à nação amiga. Com o objetivo de serem empregadas, principalmente, em ações conjuntas de proteção das fronteiras, como combate ao tráfico de drogas, armas e munições, esses caminhões poderão suprir, ainda, uma deficiência logística em transporte de tropas e cargas do exército amigo. (NE, 2015)

Como ato contínuo das atividades tidas como cooperação militar, foi realizada no dia 09 de dezembro de 2015, no 34º BI Mec., uma solenidade para fazer uma nova entrega de materiais para o Exército do Paraguai, por meio do entendimento administrativo na versão em português, assinado pelo General Luiz Felipe Kraemer Carbonell, do Brasil e, na versão em espanhol, pelo General Oscar Luiz Gonzales Cañete, do Paraguai. Em relação a esse evento, que reuniu autoridades militares e civis dos dois países, o jornal *A Gazeta do Iguaçu* relata que:

A longa parceria entre as Forças Armadas do Brasil e do Paraguai foi reafirmada ontem, dia 09 de dezembro de 2015, em Foz do Iguaçu. Durante solenidade promovida no 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado - 34º BI Mec., o Exército Brasileiro entregou 40 pneus ao Exército Paraguaio. Os materiais, avaliados em R\$ 80 mil, são para utilização em veículos blindados modelos Urutu e Cascavel. Ação faz parte de acordo de cooperação militar, que existe há mais de 20 anos, entre os dois países. A entrega dos pneus foi feita pelo comandante da 5ª Divisão de Exército, general Luiz Felipe Kraemer Carbonell ao comandante do Exército Paraguaio, general Oscar Luiz Gonzales Cañete. (CÉSPEDES, 2015).

As atividades entre os Exércitos brasileiro e paraguaio, a partir das diretrizes estabelecidas por meio de acordos, viabilizam as técnicas e estratégias para a construção de um campo comum aos dois países, voltado para a coordenação conjunta do processo de Segurança Nacional na Tríplice Fronteira.

O território Transfronteiriço constitui-se num palco de formulações teatrais de cunho político-militar do ponto de vista geopolítico de cada Estado Nação, o objetivo é estabelecer as relações de poder como instrumento de controle das atuações antagônicas aos interesses dos países em integração.

A análise documental e o conhecimento profissional militar adquirido com a atuação em área de fronteira, por ser integrante do 34º BI Mec. em Foz do Iguaçu, permite constatar que as relações transfronteiriças do Brasil com o Paraguai existem pela cooperação militar que há entre os Exércitos.

### 3.2 34º BATALHÃO DE INFANTARIA MECANIZADO E AS RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS ENTRE BRASIL E ARGENTINA.

O relacionamento diplomático entre Brasil e Argentina, desde as questões da Bacia do Prata, foram pautadas por momentos de aproximações e afastamentos. As questões territoriais

e as delimitações fronteiriças foram as principais causas que geraram os impasses no contexto político, social e econômico entre os dois países em diferentes momentos no espaço-tempo de suas configurações geopolíticas. Um dos momentos de crise diplomática, provocada em torno de questões territoriais, foi à tomada de posse pelo Brasil das terras protestadas pela Argentina na questão de Palmas, que ocorreu em 1895.

Além dos problemas relacionados às demarcações territoriais, as relações econômicas fizeram parte dos problemas existentes, por exemplo, a aproximação comercial do Brasil com Estados Unidos, que causou desentendimento diplomático entre Brasil e Argentina, já que o Governo Argentino exigiu do Governo Brasileiro a diminuição das tarifas comerciais, para equipará-las às oferecidas ao Governo Norte- Americano, nas mercadorias brasileiras. Clodoaldo Bueno relata que:

O favor tarifário feria os interesses dos exportadores argentinos de farinha e trigo, pois o mercado brasileiro era importante consumidor. Por isso, em 1907 a Argentina sugeriu a assinatura de um tratado de comércio com o Brasil com a finalidade de propor a redução da taxa de importação de alguns produtos, invocando, para tal, favores idênticos aos concedidos aos Estados Unidos. (BUENO, 1997, p. 8).

As políticas de interconexões comerciais delimitaram os antagonismos entre Brasil e Argentina em diferentes momentos históricos. As articulações do Governo de Getúlio Vargas, no Brasil, e de Juan Domingo Perón, na Argentina, na década de 1950, foi um dos momentos em que houve a tentativa de uma organização diplomática entre os dois países, para reformular o pacto ABC, estabelecido em 1915, que buscou integrar o Chile aos planos políticos de organização regional. Victória Antônia Salomão (2015, p. 11) afirma que “a motivação de Perón na década de 1950, na iniciativa de buscar um pacto com Brasil e Chile, também se distanciou do princípio de equilíbrio de poder”.

As oscilações diplomáticas entre países geram transtornos que afetam setores importantes que determinam o desenvolvimento da sociedade, principalmente ao se tratar de países que compartilham recursos naturais em seus territórios de fronteira, como é o caso de Brasil e Argentina, com os Parques Nacionais do Iguaçu e o uso das águas dos rios Paraná e Iguaçu.

Os acertos e desacertos diplomáticos dos países da América do Sul, destacando os países em estudo, além das questões territoriais e as relações comerciais, foram pautados pelo uso dos recursos naturais estabelecidas pela situação geográfica em que estão inseridos.

A hidrografia que envolve os territórios desses países é importante em virtude da navegação e da geração de energia como processo de desenvolvimento socioeconômico. No contexto da Bacia do Prata, destaca-se o Rio Paraná, que abarca os territórios brasileiro, paraguaio e argentino e é responsável pela geração de energia elétrica distribuída nos respectivos países por meio da Hidrelétrica de Itaipu, entre Paraguai e Brasil e de Yacyretá, entre Argentina e Paraguai.

Em virtude da importância desses recursos naturais dos territórios transnacionais e o planejamento de uso hidrográfico por Brasil e Paraguai para construção de Itaipu, surgiram novos questionamentos pelos argentinos com o objetivo de interferir no início das obras. Gomes Pinto (2009, p. 62) relata que “os argentinos tentaram criar toda sorte de obstáculos à concretização de Itaipu”. Por entender que as águas do Rio Paraná faziam parte do contexto hidrográfico do território argentino. O Governo daquele país notificou que o Brasil não poderia fazer uso para construções da envergadura de Itaipu sem prévia autorização. Bueno relata que:

O Brasil teve problemas na esfera multilateral, especialmente na Conferencia Mundial do Meio Ambiente em Estocolmo, em 1972, quando a Argentina defendeu a tese da consulta prévia e das informações técnicas que um país deveria prestar a outro no caso de aproveitamento de recursos naturais compartilhados (BUENO, 1997, p. 13).

Argentina insistia no seu propósito e pleiteava tirar proveito dos projetos estabelecidos entre Brasil e Paraguai por meio de imposições diplomáticas e insatisfação da classe militar que comandava o país. Os problemas diplomáticos em torno da Itaipu Binacional terminaram com o acordo Tripartite, com novas perspectivas nas relações de aproximações diplomáticas entre Brasil e Argentina. Conforme Candéas:

Desanuviadas as tensões e acordados, os elementos técnicos que permitiriam a compatibilização de projetos hidrelétricos, ainda no final da gestão Geisel, os Chanceleres de Brasil, Argentina e Paraguai firmaram o Acordo Tripartite na cidade de Presidente Stroessner em 19 de outubro de 1979, já na gestão do Presidente Figueiredo. O instrumento estabelece que Itaipu pode operar com a flexibilidade a sua melhor utilização até a totalidade de sua potencia, mantendo, a jusante, caudais de água em parâmetro pré-determinado. Ademais o Acordo coordena operativamente os projetos de Itaipu e Corpus sem prejuízo ao regime dos riscos e a operação dos portos (CANDEAS, 2010, p. 210).

A Hidrelétrica de Itaipu binacional, além de ser um projeto geopolítico estabelecido entre Brasil e Paraguai, representa desenvolvimento econômico e humano para os dois países. É um marco histórico no contexto da Tríplice Fronteira pelos questionamentos de ordens diplomáticas, ambientais, sociais e culturais que surgiram durante o desenvolver de sua construção. A partir de Itaipu, os conceitos militares para a região fronteiriça tomaram novas proporções, a fim de estabelecer com mais consistência as relações de poder na fronteira e criar estratégia de Segurança Nacional entre países para garantir o equilíbrio das relações diplomáticas em torno desse projeto hidrelétrico. Do ponto de vista político e de interdependência econômica e recursos naturais, a integração entre países torna-se um fator importante para à manutenção de paz em âmbito regional e de relações equilibradas com países além das fronteiras continentais.

Com as projeções transfronteiriças, o desenvolvimento em torno da área militar se tornou inevitável para o Governo brasileiro. A modernização do Exército, como parte dos projetos estratégicos do Brasil, permitiu o fortalecimento militar nas áreas fronteiriças do país, a destacar a Tríplice Fronteira pelas evoluções das instabilidades diplomáticas existentes entre Brasil e Argentina.

Prova disso foi à implantação do 2º Grupamento de Fronteira na cidade de Cascavel, no ano de 1972, e a sua transformação para 15ª Bda Inf. Mtz., em 1980, para reforçar o efetivo militar na faixa de fronteira e apoiar o 1º Batalhão de Fronteira em Foz do Iguaçu. Com a implantação da Brigada em Cascavel, as atividades militares em Foz do Iguaçu, que eram coordenadas entre Guarapuava e Curitiba, passaram a ser atribuição 15ª Brigada, motivo pelo qual o 1º Batalhão foi transformado para 34º BI Mtz., em 1980, proporcionando um aumento do efetivo militar e reformulação logística para facilitar as atuações estratégicas na Tríplice Fronteira.

As articulações militares na região fronteiriça e as transformações no Exército Brasileiro causaram preocupações ao governo argentino. Gomes Pinto (2009, p. 72) relata que “a imprensa argentina passou a especular com insistência sobre os propósitos militares do Brasil no continente”. A inconsistência das relações diplomáticas e o antagonismo ideológico e político existente entre Brasil e Argentina continuaram, mesmo após o fim dos problemas gerados pelo aproveitamento do potencial hidrográfico da Bacia do Prata por Brasil e Paraguai. Esses fatores criaram expectativas de possível conflito armado e, em consequência disso, o preparo militar tornou-se uma constante entre os dois países, com o objetivo de estabelecerem as relações de poder por meio do uso de força militar.



As fronteiras são as principais regiões onde os Governos dos Estados Nacionais em contiguidade estabelecem as fortificações de segurança com implantação de quartéis e a instrumentação bélica necessária e condizente com o contexto geográfico do território em que serão desenvolvidas ações militares. O Exército como instrumento de Segurança Nacional do Estado, adequa-se para atuar em marcha nos diferentes aspectos geográficos do território brasileiro. Para isso, existem instruções militares e material adequado que possibilitam a atuação profícua em área específica. Carlos de Meira Mattos afirma que:

Em face das ambições internacionais suscitadas pelo seu imenso patrimônio geográfico e suas riquezas inexploradas, o Brasil precisa de uma força militar de dissuasão estratégica, capaz de desencorajar possíveis tentativas de aventura sobre o seu território; e na defesa de suas aspirações e objetivos, o Brasil terá que se apoiar numa diplomacia firme e convincente. (MATTOS, 2002, p. 91)

Em relação ao território de um país, as fronteiras são consideradas territórios importantes, do ponto de vista da Segurança Nacional, por apresentarem fatores diversos e antagônicos a partir do fluxo humano e das relações sociais. Assim como o Brasil, a Argentina ramificou suas Forças Armadas no território a fim de atender às necessidades de defesa do país, diante de sua extensa área de fronteira.

Construiu formulações estratégicas de ocupação fronteiriça, e assim estabeleceu as relações de poder nas delimitações territoriais com o Brasil e suas fronteiras, oportunizando as articulações de integração e cooperação militar entre os dois países com objetivos geopolíticos de estabelecer uma área de atuação conjunta em prol de concretizarem aspirações comuns no contexto da América Latina.

A Figura 4 detalha o desdobramento das Forças Armadas no território argentino e destaca os grandes comandos do Exército, as Brigadas e a distribuição em sua faixa de fronteira com o Brasil.

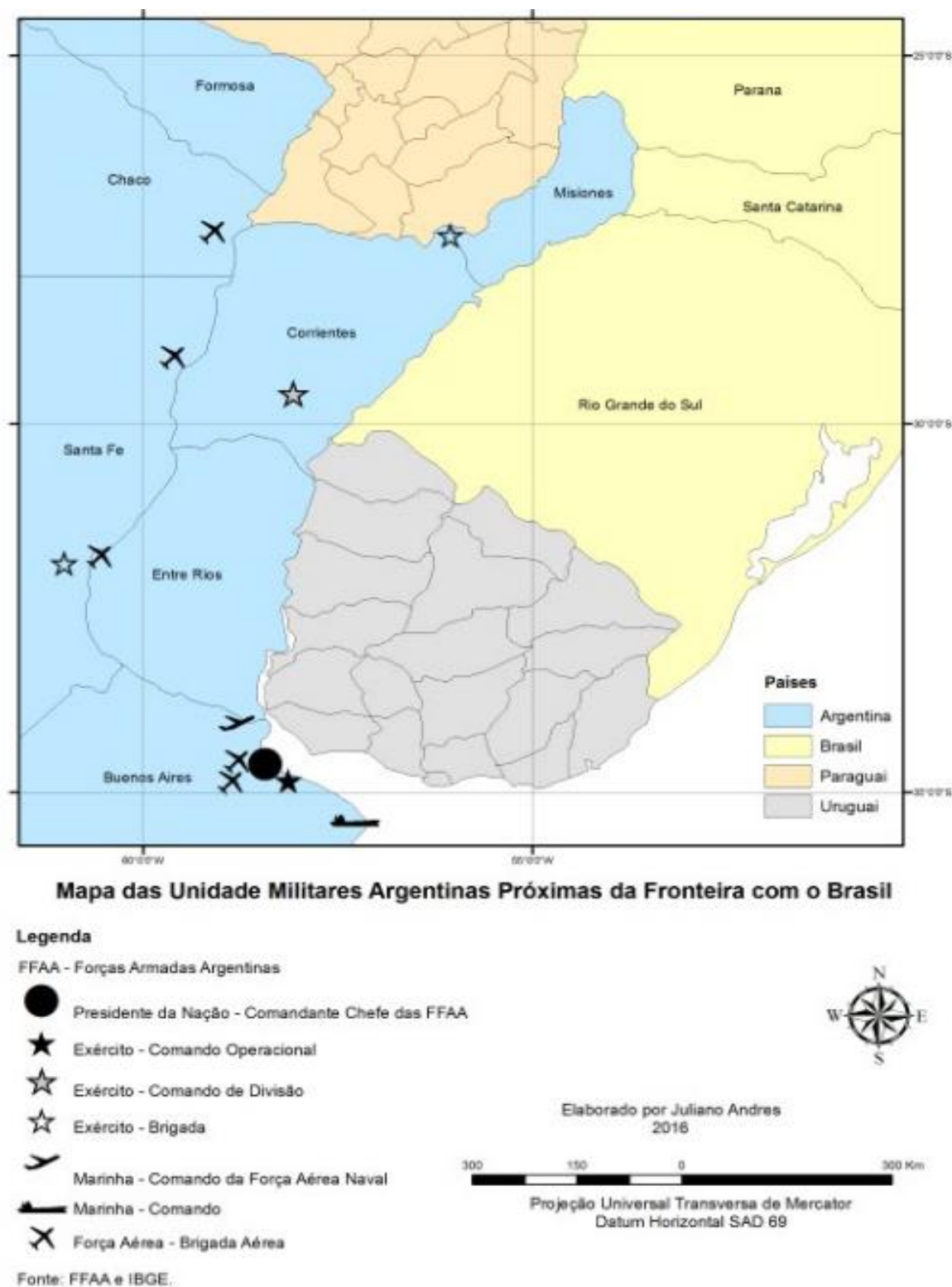


Figura 4: Mapa do território argentino e as instalações militares.

Fonte: Forças Armadas Argentinas e IBGE 2015.

Observa-se que a Argentina busca envolver um número considerável de unidades militares no território contíguo com o Brasil. As expansões militares do Brasil, nas fronteiras com a Argentina, tiveram início em outras fases históricas. No entanto, no início dos anos de

1970 acentuaram os projetos militares, tornaram-se mais amplos, pelas dimensões fronteiriças de norte a sul do Brasil com outros Estados Nacionais e com uma concentração de quartéis do Exército nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e na região Amazônica.

Parafraseando Moniz Bandeira, a interdependência econômica da Argentina, a partir dos de 1980, as ideologias políticas do país se reverterem e suas relações externas têm o Brasil como um dos principais componentes em suas conexões diplomáticas na América do Sul. Os projetos militares, estabelecidos pelas conexões econômicas dos dois países vislumbram um processo de cooperação e, desta forma, estabelecer a segurança por meio de estruturas militares, decorrentes nos países no contexto do Cone Sul.

Por ocasião da Guerra das Malvinas, apesar das relações militares entre os dois países estarem num nível equilibrado, o Brasil não se integra inteiramente no conflito a ponto de evitar o envio de soldados para a região litigiosa. Conforme Bandeira:

Embora o ânimo diplomático fosse solidarizar-se, plenamente com a Argentina, o que não convinha ao Brasil o Itamaraty evitou. O Presidente Figueiredo, a fim de evitar pressões, enviou a Buenos Aires o General Octávio Aguiar de Medeiros, Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) com a missão de informar-se sobre suas pretensões, e procurou ajudar como pode a Argentina. De qualquer modo, o respaldo do Brasil à Argentina, em meio da solidariedade prestada pelos demais países latino-americanos, foi de crucial significância. O Brasil, reiterando antiga posição, defendeu-lhe o direito sobre as Malvinas, assumiu a responsabilidade dos seus interesses em Londres e procurou evitar que a Grã-Bretanha empreendesse ataques ao território continental, o que o levaria a dar ainda maior apoio à Argentina (BANDEIRA, 2003, p. 448).

A influência militar é determinante das relações econômicas, políticas e sociais no âmbito interno e externo das relações de Brasil e Argentina. Os Exércitos foram as principais instituições militares que tiveram maiores participações no cenário político-militar e, por isso, as aproximações e afastamentos dos militares brasileiros e argentinos ocorriam conforme as relações políticas e econômicas dos dois países.

O processo de democratização, em meados dos anos de 1980, e a queda dos governos militares de Brasil e Argentina possibilitaram novas configurações para as relações diplomáticas. Houve a implantação de projetos estratégicos que possibilitassem o crescimento regional e estabelecessem políticas de integração dos dois países da América do Sul. Nessa perspectiva de desenvolvimento regional, vale ressaltar a construção da Ponte da Fraternidade, que foi inaugurada em novembro de 1985 e possibilitou a união dos dois países nesse território de fronteira e o acesso da Argentina à BR-277, no Brasil. Isso fez aumentar o

fluxo turístico na região, pois facilitou o acesso aos Parques Nacionais do Iguaçu, no Brasil e de Iguazú, na Argentina. Por apresentar um contexto territorial comum para Brasil e Argentina, no que diz respeito à conservação ambiental estabelecida pela UNESCO, foram criadas diretrizes para delimitar o uso da área pelos dois países. Conforme Cury:

Os Parques Nacionais do Iguaçu apresentam uma relevância internacional inquestionável, principalmente por sua localização no centro da Bacia do Prata e do bloco econômico, o MERCOSUL. Alguns acordos foram realizados em cooperação na área ambiental com programas, determinações e resoluções aprovadas em escala regional, o que configura as iniciativas de territorialidade transfronteiriça em um espaço regionalizado (CURY, 2010, p. 82).

Essa concentração ambiental abarca os territórios dos dois países, esse é um fator que implica em dimensionar os aspectos voltados para as relações de poder dos dois países, por estar localizado em seus territórios de fronteira e pelo fato de que as Leis que estabelecem as áreas de conservação ambiental impedem a ação humana e, na concepção de Cury (2010), torna-se uma Zona Tampão de Segurança Nacional.

Os presidentes José Sarney e Raul Alfonsín assinaram em novembro de 1988, em Buenos Aires, o tratado que estabeleceu a integração definitiva entre os dois países a fim de reconstruir suas condições econômicas. Candéas afirma que:

O Tratado de Integração consagra os princípios de gradualismo, flexibilidade, equilíbrio e simetria para a formação de um espaço econômico comum aos dois países, com vistas a permitir a adaptação das sociedades e empresas as novas condições de concorrência e legislação econômica. É muito significativo, nessa perspectiva o fim da resistência dos vizinhos sul-americanos um processo de concentração iniciado pelo eixo Brasil-Argentina (CANDEAS, 2010, p. 218).

As condições econômicas não só do Brasil e da Argentina, mas da maioria dos países da América do Sul, passavam por intensa crise econômica e a criação de políticas entre os países para restabelecer a economia se fez necessária. As articulações dos países para dar novas dimensões à economia originou-se por meio do Tratado de Assunção, assinado por Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai, a criação do MERCOSUL, em 1991. A criação do MERCOSUL, assim como promoveu a integração do Brasil com o Paraguai, por ser o ponto máximo da integração dos países sul-americanos, possibilitou maior aproximação de Brasil e Argentina, pela circulação comercial e as conexões sociais e turísticas.

Com o processo de estabilização econômica e a política de comercial entre esses países, o setor militar adotou novas metas para o contexto da Segurança Nacional de cada Estado Nação, com as cooperações, o intercâmbio de tecnologias e de conhecimentos estratégicos militares. A cooperação militar entre os países do MERCOSUL é uma estratégia de defesa de âmbito regional. Para isso, as conexões dos Exércitos, por meio de exercícios, fortalecem os conhecimentos e aprimoram as táticas militares para atuação em diferentes contextos geográficos dos países envolvidos.

Não obstante as cooperações militares, as relações econômicas sempre foram fatores decisivos nas relações diplomáticas entre Brasil e Argentina e, nessa perspectiva, nota-se que as constantes variações de aproximações e afastamentos levaram em conta a possibilidade do uso de força militar entre os países.

O cenário político do ano de 1999, em que o Brasil tinha no Governo o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o presidente da Argentina, Carlos Menem, propôs aos Estados Unidos a incorporação do país no contexto da Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN, que é uma aliança militar entre os Estados Unidos e outros países da Europa. Em relação a essa decisão do presidente argentino, Bandeira relata:

Fernando Henrique Cardoso publicamente considerou grosseira a atitude de Menem de pedir a Clinton, sem consultar os sócios do MERCOSUL, que ela fosse aceita como membro pleno da OTAN. O porta-voz do Itamaraty, ministro Luiz Fernando Ligiero, declarou que, se a vinculação da Argentina à OTAN efetivamente ocorresse, introduziria elementos estranhos no contexto da segurança regional sul-americana e produziria consequências palpáveis para o Brasil, que seriam analisados em todos os seus aspectos de natureza política e militar (BANDEIRA, 2003, p. 529).

Aos militares argentinos era inteiramente interessante a participação em operações militares administradas pelos Estados Unidos, já que o Exército Argentino passava por momentos de crise pelos cortes financeiros do país para o setor. Bandeira (2003, p. 530) aborda que “os militares argentinos procuravam adaptar-se às funções da vida civil, interessava participar de missões de paz da ONU ou mesmo de guerra, pois podiam obter maior treinamento e melhorar a sua remuneração”.

O contexto político e econômico entre Brasil e Argentina, na América do Sul, estabelecido por meio de acordos e tratados e as relações dos dois países com os Estados Unidos será mais bem abordado no decorrer desta pesquisa, assim será possível visualizar as aproximações militares entre os dois países, uma vez que as articulações político-militares

ocuparam um espaço notório na construção do sistema político, social e econômico desses países.

O processo de cooperação militar entre os países latino-americanos compreende as estruturas necessárias para a formulação estratégica de atuação militar em possíveis conflitos externos ao continente e que objetivem desestruturar as conexões existentes no contexto da segurança regional.

Argentina e Brasil concentram em suas Forças Armadas, a destacar o Exército, estruturas que possibilitam o intercâmbio entre si e com outros países do continente. O objetivo é estabelecerem adestramento conjunto para que possam desempenhar com eficácia as atividades em seus territórios.

O desenvolvimento em tecnologia militar e a assinatura de acordos estratégicos de segurança entre países fortaleceram o intercâmbio militar, com o compartilhamento de material bélico entre os Exércitos. Nesse sentido, Teixeira afirma que a Declaração do Iguaçu, que ocorreu em novembro de 2005, na cidade de Puerto Iguazú, Argentina, intensificou e regulamentou:

A cooperação nas áreas de desenvolvimento, aquisição, manutenção de materiais, fornecimentos de tecnologia militar e elaboração de projetos de sistemas de armas, entre a Dirección de Evolución Tecnológica do Exército argentino, e a secretaria da ciência e tecnologia do Exército brasileiro (TEIXEIRA, 2005, p. 65).

Por meio do processo de desenvolvimento e fornecimento tecnológico na área militar e o intercâmbio de material bélico, confirmam-se as conexões dos Exércitos brasileiro e argentino a partir dos comandantes militares de cada país.

Na conjuntura atual, as atuações político-militares e as interações dos Exércitos permitem construir um elo de cunho diplomático entre países, o que possibilita atuar em conformidade com os acordos firmados para a manutenção da paz no continente. Além das interconexões por meio da troca de tecnologia militar, existe o intercâmbio de conhecimento e formação nas escolas de ambos os Exércitos, que condicionam o entendimento das novas doutrinas de atuação estratégica.

A integração militar na América do Sul se tornou um fator importante do ponto de vista estratégico de Segurança Nacional e tem-se realizado ao mesmo tempo em que as mudanças comerciais formadas pelos blocos econômicos e que buscam consolidar a expansão da economia e da política dos Estados parceiros.

Os exercícios combinados entre os Exércitos têm a finalidade de criar estratégias de atuação conjunta por meio de diretrizes programadas pelos comandantes militares e que permitam gerar trocas de experiências militares para atuação em possíveis conflitos ou em missão de paz, que exija atuação conjunta em prol de um só interesse. Conforme o Livro Branco de Defesa da República Argentina (2015) escrito pelo próprio país em português:

Os exercícios combinados, nos quais participam forças armadas de dois ou mais países sob um comando centralizado e com uma finalidade comum, são planejados e coordenados por representantes das forças intervenientes, e executados com a condução de um comando combinado centralizado. Nas determinações próprias destes exercícios, a parte argentina atua no marco do oportunamente definido pelo planejamento. Nos exercícios conjuntos-combinados participam pessoal e material de duas ou Mais forças de um país com duas ou mais forças de outros países (ARGENTINA, 2015, p. 126).

Entre os anos de 2010 e 2014, as Forças Armadas da Argentina realizaram, em âmbito interno e externo, exercícios combinados de cunho estratégico com a participação de países latino-americanos.

Entre esses países destacam-se a presença do Brasil, como um dos países com grande potencial militar no contexto da América Latina e que dispõe de articulações táticas de atuação por meio de suas forças armadas com preparo técnico e características operacionais para atuação conjunta para além do contexto fronteiriço.

A interconexão militar dos Exércitos e a formulação de combates combinados consistem em agregar forças para atuação em possíveis conflitos na América Latina e que exija a utilização de grande potencial militar. No entanto o foco principal das atuações conjunta das forças armadas da América do sul é de se apresentarem como força persuasiva no contexto mundial. Conforme o discurso político-militar, a persuasão consiste em inibir as forças dos países inimigos por meio do potencial militar apresentado sem que seja preciso a atuação propriamente em conflito armado.

Além desses fatores, por levar em consideração o bem estar dos povos, promover ações de ajuda humanitária e participação em missão de Paz.

O Quadro 3 apresenta as atividades de exercícios combinados entre os Exércitos da América do Sul, a destacar Brasil e Argentina.

| <b>EXERCÍCIOS ESPECÍFICO-COMBINADOS (2010-2014)</b> |                       |                   |                                    |                          |
|-----------------------------------------------------|-----------------------|-------------------|------------------------------------|--------------------------|
| Força Armada                                        | Denominação           | País Sede         | Participação                       | Anos                     |
| EA                                                  | Aurora Austral        | Chile             | Argentina/Chile                    | 2011                     |
|                                                     | General Juana Azurduy | Bolívia/Argentina | Bolívia/Argentina                  | 2010-2011-2012-2013-2014 |
|                                                     | Ceibo                 | Argentina/Uruguai | Argentina/Uruguai                  | 2011-2012-2013-2014      |
|                                                     | Guarani               | Argentina/Brasil  | Argentina/Brasil                   | 2012-2014                |
|                                                     | Saci                  | Brasil            | Argentina/Brasil                   | 2014                     |
|                                                     | Duende                | Argentina         | Argentina/Brasil                   | 2014                     |
|                                                     | Hermanidad            | Argentina         | Argentina/Brasil                   | 2014                     |
|                                                     | Salvar 2014 CEA       | Argentina         | Argentina/25 países membros da-CEA | 2014                     |
|                                                     | Araucária             | Chile             | Argentina/Chile                    | 2010-2011                |

**Quadro 3:** Exercícios Combinados do Exército argentino.

Fonte: Livro Branco de Defesa da Argentina (2015).

Observa-se, no Quadro 3, que as aproximações dos Exércitos Argentino e Brasileiro acontecem com maior frequência em relação aos outros países. Em 2014, ocorreram quatro eventos distribuídos nos quartéis do Exército dos dois países, com os exercícios denominados de Hermanidad, Duende, Saci e Guarani.

Entre esses exercícios, destaca-se a Operação Guarani, que a partir de 2012 ocorre anualmente de forma intercalada no Brasil na cidade de São Borja, Rio Grande do Sul, no quartel da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, e na Argentina no quartel da Brigada de Monte 12 em Posadas.

As relações militares entre Brasil e Argentina na Tríplice Fronteira são estabelecidas por meio do 34º BI Mec., em coordenação com a 15ª Bda Inf. Mec., por ser o centro de comando regional. Em maio de 2015 ocorreu, em Foz do Iguaçu, o XXXI Ciclo da Conferência dos Exércitos Americanos – CEA, com uma abordagem sobre Operações Interagências, que tem o objetivo de promover a integração dos Exércitos em combate ao crime organizado, atividades de ajuda humanitária, participação em missão de paz, formulações estratégicas de defesa em termos fronteiriços e cooperação em possíveis guerras



convencionais. Vale ressaltar que houve a participação de militares do 34º BI Mec. e militares da Brigada de Monte 12 de Posadas, Argentina.

A partir das observações no decorrer da pesquisa e da participação nas atividades militares na Tríplice Fronteira pode-se entender que as interconexões do 34º BI Mec. com o Exército da Argentina, no que se refere aos exercícios e operações, ocorrem de forma indireta, em virtude de suas tropas serem incorporadas e coordenadas pela 15ª Bda. Inf. Mec. nas atividades militares realizadas de cunho internacional na Tríplice Fronteira. Prova disso foi a Operação Guarani, realizada em Posadas, em ação conjunta com a Brigada de Monte 12 do Exército Argentino, em outubro de 2010, em que militares do 34º BI Mec. de Foz do Iguaçu foram coordenados pela 15ª Bda. Inf. Mec.

Diante de todos os fatos históricos que delinearão as relações entre Brasil e Argentina no espaço-tempo, até a atual conjuntura política, o entendimento militar foi um dos fatores que apresentou melhores possibilidades de estabilidade diplomática, pois norteou e fortaleceu as aproximações políticas e econômicas.

O intercâmbio entre os Exércitos permite a construção de estratégias de segurança dos territórios dos países de fronteira e o fortalecimento dos laços diplomáticos entre os Estados Nacionais. Além desses fatores, entende-se que as cooperações militares propõem ativar concepções voltadas para estabelecer relações de poder para que haja uma atuação conjunta em possíveis conflitos.

### 3.3 INTERCONEXÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA TRÍPLICE FRONTEIRA.

O Brasil possui extensa Faixa de Fronteira, uma área territorial que se estende de norte a sul do país. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua extensão é de 15.719 quilômetros e faz limite com 10 países latino-americanos.

Em virtude disso, as atividades de Segurança Nacional desenvolvidas no território brasileiro têm as fronteiras terrestres como alvo principal de articulação e planejamento estratégico para defesa do Estado. Os limites fronteiriços do Brasil com vários países causam preocupações ao Estado Brasileiro, por isso a importância da criação de elementos favoráveis à ampliação da atuação militar para fortalecer as áreas de fronteiras e manter a integridade das demais unidades estaduais que estão fora da Faixa de Fronteira. Na concepção de Golbery do Couto e Silva.

Áreas estratégicas desde logo põe em evidência um possível e útil desdobramento, no planejamento e aplicação da Estratégia Nacional que, a rigor, será sempre global ou universal, em estratégias regionais, entre as quais cabem as estratégias de âmbito continental. Semelhantemente, quando conveniente ao território nacional, uma estratégia de aplicação interna e outra para a ação externa (SILVA, 1981, p. 159).

O planejamento estratégico de Segurança Nacional se aplica no âmbito interno ou nacional e perpassa por uma escala global, com vistas a conectar estratégias e formular múltiplas ações num plano coletivo de defesa e resoluções de problemas. Assim, é importante ressaltar as ações da UNASUL, que de acordo com o Artigo 2º do decreto nº 7.667, de 11 de Janeiro de 2012, que promulgou o tratado constitutivo firmado em Brasília, em 23 de maio de 2003, tem o objetivo de “construir de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a infraestrutura entre outros”.

Nesse contexto, pode-se incluir a participação do poder militar, uma vez que está inserido nas estratégias de autonomia dos Estados Nacionais, por meio de alianças que implicam na prevenção de possíveis ataques extracontinentais com o uso de força militar, pelo fato dos interesses políticos e econômicos e no que diz respeito às riquezas naturais existentes em seus territórios.

Com o objetivo de aperfeiçoar as atividades de integração humana, tais como as condições econômicas, políticas, sociais e de Segurança Nacional nas fronteiras, o Governo Brasileiro, em auxílio ao Ministério da Integração Nacional, condicionou a distribuição de quartéis do Exército com o objetivo de integrar os territórios fronteiriços no contexto das políticas estratégicas do Estado para, assim, atender as necessidades dos povos fronteiriços.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a presença do poder militar nas fronteiras e fora delas não se concentra apenas em fatores relacionados à defesa do território em termos físicos. O simbolismo sociocultural e a história do povo, além de sua integridade como parte integrante do Estado Nação, se apresentam como aspectos que devem ser levados em consideração pelo poder público. Afinal, não existe Estado nem relações de poder sem que se constitua uma sociedade.

Da mesma forma, torna-se impossível pensar uma sociedade sem as relações de poder, isso se comprova com a interdependência do povo com as políticas públicas desenvolvidas para possibilitar a permanência das estabilidades sociais e os direitos estabelecidos e constitucionalmente previstos, como forma básica de sobrevivência humana.

A Segurança Nacional nas fronteiras, a partir desse ponto de vista, é um direito social que o Estado deve garantir, ou seja, um ambiente propício para formular os meios que buscam atender os anseios do povo. A existência de um Exército permanente, ladeado por outras forças militares, propicia a estabilidade social do país.

Em relação ao poder militar distribuído na linha de Fronteira Brasileira e em suas diferentes faixas, o Arco Sul, formado pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, concentra a maior parte dos quartéis do Exército, num total de 240 Unidades Militares, seguido pelo Arco Norte, com 108 Unidades Militares. A existência de conflitos entre Brasil e alguns países da Bacia do Prata no decorrer do tempo, reforçou a preocupação do Estado Brasileiro em militarizar essa região contida no Arco Sul, no qual situa-se a Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina.

Com a militarização das fronteiras se estabelecem as relações de poder necessárias para dar conta das questões ligadas aos fatores políticas e econômicas que decorrem das ordens governamentais e que normatizam os anseios individuais do ser social, na intenção de transformá-las e integrá-las por meio de políticas que beneficiem a coletividade.

O mecanismo de poder estabelece as hierarquias e suas subordinações com o objetivo de coordenar as relações desenvolvidas no meio social. As relações de poder do governo do Estado Nação, para o povo fronteiriço, consistem em criar procedimentos para a estabilidade social e de segurança do território. Tais fatores são favoráveis à aplicação disciplinar no que diz respeito ao território de fronteira, em que são eminentes as relações de produção econômica que caracterizam as hierarquias como mecanismos de poder desenvolvidos no meio social.

A fronteira é um espaço em que se desenvolvem elementos aleatórios as ações do Poder Central em relação às demais localidades do território. No entanto, esses elementos aleatórios versam sobre as intempéries relacionadas à disciplina do meio social, que é inerente à sociedade humana.

A incidência hierárquica e disciplinar sobre a sociedade territorial de fronteira, como relações de poder, geram mecanismos de segurança com proporções geopolíticas que abarcam uma zona de interesse que admite reforçar as interconexões diplomáticas e sociais entre as nações. Nessa perspectiva, Golbery do Couto e Silva declara que:

A confluência de interesses, muitas vezes até mesmo sem que haja afinidades culturais, pode levar a alianças e pactos dos mais estranhos, como a história revela, e constitui o cimento mais forte da maioria dos atuais blocos regionais de segurança coletiva (SILVA, 1981, p. 205).

O rol da segurança sobre a Tríplice Fronteira, em estudo, tomam dimensões de nível multidimensional, uma vez que as territorialidades transfronteiriças envolvem elementos aleatórios, com problemas diversos que consistem em agregar conciliações e cooperações entre os países vizinhos, a fim de aplicar instrumentos de segurança como relações de poder na resolução da problemática causada no decorrer do espaço-tempo com encontros culturais, políticos e econômicos que tecem o dinamismo local das territorialidades transfronteiriças.

A Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, pela conurbação transfronteiriça composta pelos municípios de Foz do Iguaçu-Brasil, Ciudad del Este-Paraguai e Puerto Iguazú-Argentina, se apresenta como a mais favorável em relação à ampliação das relações de poder como Segurança Nacional, por concentrar elementos que permitem visualizá-la como território complexo.

A complexidade gerada pelos fatores sociais e econômicos constrói um campo dinâmico, no âmbito político, que concentra diferentes instituições governamentais que buscam realizar as atribuições do Poder Central. Contudo, o dinamismo da Tríplice Fronteira toma novos rumos quando são levados em consideração assuntos relacionados à segurança territorial de fronteira, uma vez que esses fatores permitem transformar o espaço transfronteiriço num intenso território que vai além da condição turística. O comércio de produtos importados no Paraguai, por exemplo, que está atrelado a fatores que causam problemas de ordem social, como o contrabando de produtos ilícitos. Nesse caso, observa-se a importância da ação do Poder Público por meios de instrumentos legais para produzir efeito coercivo às atividades ilícitas produzidas nas territorialidades transfronteiriças.

As fronteiras, com suas complexidades sociais, compreendem relações de poder como parte do seu cotidiano, no sentido de controlar as múltiplas ações produzidas pela sociedade no território. Em contra partida, o contexto social, como parte integrante do Estado Nação, conta com as relações de poder para organizar os arranjos territoriais que compreendem as estratégias de consolidação das práticas que interconectam ambas as aspirações e, desta maneira, elucidar e resolver as problemáticas fronteiriças.

O poder militar se apresenta como instrumento constituído pela esfera governamental do país, como representante do Estado nas territorialidades transfronteiriças e estabelece as interconexões que dimensionam a atuação do poder central mediante políticas voltadas para viabilizar conexões e cooperações das forças militares de Segurança Nacional e das forças de Segurança Pública para organizar e controlar o território, em seu aspecto social e político.

As contribuições do Exército em Foz do Iguaçu, desde sua instalação em 1889, com a Colônia Militar, têm as relações sociais sempre presentes em seus planos de desenvolvimento regional, pois buscou demarcar o território como controle fronteiriço para tornar a Tríplice Fronteira um espaço habitado e seguro.

Essas territorialidades configuram-se como um palco de ações humanas que exigem a atuação das relações de poder como controle dos antagonismos sociais aos anseios do Estado, que são formuladas por meio das instituições que desenvolvem atividades de Segurança Nacional e Pública em âmbito interno e de cunho transfronteiriço, e objetiva ordenar as ações governamentais para delimitar as atividades na fronteira pela sua importância estratégica. Dessa forma, as atuações do Estado, como relações de poder atreladas às ações humanas, consistem em delimitar o dinamismo do território de fronteira do ponto de vista social, político e econômico, e permitem a consolidação das territorialidades dos instrumentos de Segurança, que são estruturados na Tríplice Fronteira pelos Governos da esfera Federal, Estadual e Municipal.

Essa hierarquia governamental busca delimitar as articulações estratégicas de controle do território transfronteiriço e o Exército brasileiro, por meio do 34º BI Mec. e de suas estruturas em termos logísticos e de adequação tática de emprego militar ao ambiente de fronteira, torna-se um dos meios que o Estado, a partir do Ministério da Defesa, atribui as práticas estratégicas de defesa do território e a inibição do contrabando em Foz do Iguaçu.

Não obstante, importa destacar que, para o exercício das atividades que giram em torno da ordem pública e o combate aos ilícitos transfronteiriços, o Exército, representado pelo escalão superior de comando, estabelece conexões entre os órgãos de Segurança em todas as instâncias, tais como o Ministério da Defesa, que coordena a Marinha, o Exército e a Força Aérea; o Ministério da Justiça, que coordena a Força Nacional, a Polícia Federal e a Polícia rodoviária Federal; o Ministério da Fazenda com a Receita Federal. Esses contam com o auxílio da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná com a Polícia Militar; e a Secretaria de Segurança Pública Municipal com a Guarda Municipal de Foz do Iguaçu.

Essas conexões do poder militar, que envolvem o Exército na Tríplice Fronteira, resultam na união de forças para atuação conjunta em eventos específicos, como reunião de blocos econômicos que ocorreu em 2010, por ocasião da 40ª cúpula dos Presidentes do MERCOSUL, que teve como objetivo ampliar a integração do Cone Sul, visitas de Chefes de Estado, e em operações que têm objetivo de combater o crime transfronteiriço, tais como o contrabando de armas munições e drogas.

A Operação Ágata, do Ministério da Defesa, é uma das atividades que envolvem as articulações estratégicas de atuação no território de fronteira e do poder militar, pois o Exército tem a maior participação por ser a principal força armada brasileira que atua nas fronteiras terrestres, além de ter o maior número de militares e equipamentos de atuação tática em relação às demais. Conforme o Livro Branco de Defesa Nacional.

Essa atividade, conduzida na faixa de fronteira em parceria com o Ministério da Justiça e da Fazenda, é uma atividade conjunta das Forças Armadas brasileiras destinadas a combater delitos transfronteiriços e ambientais, em coordenação com outros órgãos federais e estaduais. A operação foi elaborada dentro da concepção do plano estratégico de fronteiras criado pelo Decreto nº 7.496, de 08 de junho de 2011, cujos principais objetivos são a neutralização do crime organizado, a redução dos índices de criminalidade, a cooperação com os países fronteiriços e o apoio a população na faixa de fronteira (BRASIL, 2012, p. 167).

Por ser um instrumento de combate ao crime organizado e de cooperação com os países vizinhos, essa atividade militar, que é desenvolvida em toda linha de fronteira brasileira, contribui nas interconexões do Exército Brasileiro na Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina. Essas territorialidades transfronteiriças, por apresentarem um número elevado de transgressões de normas internacionais, acabam sendo um dos principais focos de atuação das relações de poder do Estado com o objetivo de apresentar para a sociedade o interesse em manter as articulações de Segurança do território em sentido amplo.

O desenvolvimento da Operação Ágata é coordenado pelos chefes das instituições de segurança e ocorre nas instalações do 34º BI Mec. em Foz do Iguaçu, o que confirma as contribuições e cooperações do Exército com as demais forças de segurança na Tríplice Fronteira, por meio de suas relações. Nesse contexto, o Boletim Interno nº 178, de 26 de Setembro de 2014 do 34º BI Mec, apresenta o seguinte texto em relação à atuação conjunta das Forças Armadas com outros órgãos de segurança.

Foi realizado no ano de 2014 a Operação Ágata 8 abrangendo a extensão de fronteira brasileira com dez países Sul-americanos. A operação integra o Plano Estratégico de Fronteira e tem uma série de objetivos como o combate a crimes transfronteiriços, ao tráfico de drogas, entorpecentes, munições, armamentos e explosivos, além de coibir o descaminho, o tráfico de pessoas e crimes de evasão de divisas. No decorrer da operação Ágata 8, o 34º BI Mec. realizou operações com a finalidade de contribuir com a 15ª Bda. Inf. Mec. na redução de ações do crime organizado em cooperação com os órgãos de Segurança Pública e de fiscalização, federais, estaduais e municipais que são: Receita Federal, Polícia Federal, Polícia Militar do Estado do Paraná e Polícia Civil. (BOLETIM, 178, 2014).

Entre os órgãos que estabelecem parceria com o Exército na Tríplice Fronteira destaca-se a Receita Federal, que é um órgão fiscalizador e desenvolve parte de suas atividades nas aduanas do país. Além de ser o principal órgão fiscalizador do Estado, a Receita Federal atua como polícia aduaneira na fiscalização e controle de entrada de armas e drogas nas regiões fronteiriças do Brasil. Em virtude disso, com a atuação em conjunto com o Exército, por ocasião da Operação Ágata 9 e Operação Escudo, da Receita Federal, em 2015, na fronteira Brasil, Paraguai e Argentina, foram obtidos resultados importantes do ponto de vista do poder central. Nesse contexto, a Receita Federal apresenta:

O próprio Exército já vinha apoiando a ação encabeçada pela Receita Federal. Com o início da Operação Ágata, ampliou sua atuação passando a realizar abordagens e fiscalização de veículos. Em 90 dias foram realizadas 72 prisões em flagrantes e apreensões de 14 armas e 358 munições; 2,5 toneladas de maconha, 415 quilos de crack e 350 gramas de cocaína; 48 mil comprimidos de medicamentos, 800 unidades de anabolizantes e aproximadamente R\$ 12,5 milhões em mercadorias apreendidas. Além disso, foram retidos 200 veículos, incluídos caminhões, ônibus, vans, motos e veículos de passeio. (Brasil, 2015).

O planejamento máximo para atuação militar num cenário das proporções do território de fronteira, em estudo, requer uma percepção da realidade local, uma vez que a constituição do território abarca desde as delimitações territoriais até as condições humanas, do ponto de vista sociocultural e suas relações com o meio.

Esses fatores contextualizam as estratégias militares como relações de poder com projeções para atuação além do território da Tríplice Fronteira, em âmbito interno e externo, desde as missões de paz, em cooperação entre forças armadas de distintos países, até a atuação em guerra, em que os exércitos se aliam para alcançarem objetivos comuns.

Na conjuntura atual, o Exército Brasileiro participa da Missão de Paz no Haiti em conjunto com Exércitos de outros países da América do Sul, o objetivo é fazer a reintegração da paz naquele país. A Missão de Paz, no Haiti, por fazer parte das atribuições da ONU, que promove ações de ordem humanitária e de segurança, condiciona as conexões entre as forças armadas de distintos países latino-americanos, a destacar Brasil, Paraguai e Argentina. Em relação a isso, um fator importante a ser destacado versa sobre o embarque de militares do 34º BI Mec. e militares do Exército Paraguaio, que ocorreu em 2010, em aeronave da Força Aérea Brasileira, na cidade do Rio de Janeiro, para atuação conjunta na Missão de Paz no Haiti, o que comprova as relações militares dos dois países na Tríplice Fronteira e fora dela, como contribuição para as aproximações do ponto de vista político-militar.

Compreende-se que, na atualidade, o Brasil apresenta-se como uma das potências militares da América do Sul, o que reforça a importância das inter-relações com os demais países por meio de ações que possibilitem uma visão futurística, em virtude dos antagonismos mundiais geradores de condições desfavoráveis de atuação do potencial militar de forma única.

Para isso, estima-se que a união dos países em termos militares consista em formar um conjunto estratégico, de maneira a facilitar as articulações dos Exércitos como instrumentos que formalizem a garantia da segurança dos Estados Nacionais e desenvolva as ações em termos políticos, econômicos e sociais de forma mútua, para a manutenção das relações de paz e a confiança entre países. Gibler salienta que:

Quando duas democracias têm uma disputa internacional, cada uma confia em que a outra seja guiada pelas mesmas normas e orientada pela mesma abordagem. Democracias confiam umas nas outras o bastante para negociar de forma pacífica os problemas relativos às suas disputas. (GLIBER, 2015, p. 171).

Os cenários políticos dos países da América do Sul conduzem a uma visão unificada, no que diz respeito às conexões dos pontos principais que norteiam o dinamismo humano nos territórios, por meio da criação de blocos que permitem reformulações das questões econômicas, políticas, de livre acesso aduaneiro e as questões voltadas para a aceitação dos conceitos ideológicos da sociedade, por meio de direitos que atendem os objetivos do ser humano. Desse conjunto de ações que envolvem Estados Nacionais em busca de estratégias de negociações pacíficas, pode-se entender que as aproximações militares entre os países da Tríplice Fronteira, em estudo, reforçam o entendimento diplomático e se tornam presentes e indispensáveis em virtude da importância dos arranjos geopolíticos estabelecidos no decorrer do espaço-tempo e envolvem questões do uso do poder militar conjunto como estratégias transnacionais.

Na Tríplice Fronteira, existe parceria estratégica 34º BI Mec, em Foz do Iguaçu, Brasil com a 3ª Divisão de infantaria e o 8º Regimento de Infantaria em Ciudad del Este, Paraguai e com a *Escuela* Militar de monte e a Seção de Inteligência de Monte Iguazú, Puerto Iguazú Argentina. Os quartéis em Puerto Iguazú são subordinados a Brigada do Monte XII em Misiones que é responsável pela articulação militar da Argentina na fronteira com o Brasil e Paraguai. Essas interconexões militares na Tríplice Fronteira caracterizam-se como um dos fatores principais de aproximação diplomática entre países e permite elucidar problemáticas inerentes aos tres países.



Os arranjos geopolíticos que marcaram a expansão da Tríplice Fronteira, em diferentes momentos históricos, referem-se às construções de pontes, à geração de energia elétrica e às territorialidades em torno do meio ambiente. Esses fatores estão inseridos na política de expansão militar brasileira, por fazerem parte dos planos de desenvolvimento regional e de integração fronteiriça. Portanto, o 34º BI Mec., é um importante instrumento de Segurança Nacional por encontrar-se em território estratégico, do ponto de vista político-militar, o que condicionou sua ampliação para atuação no espaço fronteiriço, nas territorialidades entre Brasil, Paraguai e Argentina por meio dos Projetos Proteger, Guarani e Sisfron, que foram estruturados pelo Exército para fortalecer as relações de poder nas áreas de fronteira, com a intenção de combater os crimes transfronteiriços e proteger a segurança das infraestruturas consideradas importantes do ponto de vista governamental. O projeto Proteger é um Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres. Conforme Barcellos.

Foi concebido para proteger as estruturas estratégicas terrestres do país, como instalações, serviços, bens e sistemas, cuja interrupção ou destruição impactarão o Estado e a sociedade em âmbito, ambiental, econômico, político, nacional ou internacionalmente. (BARCELLOS, 2012, p. 3).

A Subestação de Furnas, a Itaipu Binacional, as Pontes da Amizade e da Fraternidade são as estruturas estratégicas terrestres existentes na Tríplice Fronteira e fazem parte das ações de proteção desenvolvidas pelo Exército por meio do projeto Proteger. Nesse contexto, o 34º BI Mec. é o instrumento de atuação operacional que marca a presença militar e garanti a preservação dessas construções estratégicas, pois são arranjos territoriais importantes do ponto de vista geopolítico. O desenvolvimento de atividades militares nessas instalações faz parte da política do Governo Brasileiro de estabelecer relações de poder e as conexões do Brasil com Paraguai e Argentina, no que diz respeito às aproximações diplomáticas.

Esses fatores confirmam as interconexões do Exército Brasileiro na Tríplice Fronteira, pois da mesma forma que se desenvolvem políticas de proteção pelo Estado brasileiro; os Governos do Paraguai e da Argentina constroem suas estratégias de segurança por meio do poder militar representado pelos Exércitos. É, também, importante destacar os Parques Nacionais de Iguaçu, pelas manobras militares desenvolvidas pelos Exércitos Brasileiro e Argentino em seu contexto, a fim de delimitar táticas de progressão em ambiente de preservação ambiental a partir de sua densidade, de forma a facilitar o uso militar conjunto em sua proteção, por ser uma riqueza natural comum aos Estados Nacionais e por fazer parte das políticas patrimoniais da UNESCO.

O projeto Guarani, inserido no 34º BI Mec. a partir do ano de 2014, teve o objetivo de reforçar seu potencial militar no território de fronteira, as implantação de novas tecnologias permitiram a atuação tática e experimentação doutrinária, por meio da Viatura Blindada para Transporte de Tropa Média de Rodas Guarani. Conforme Barcellos:

O projeto Guarani tem por objetivo transformar as Organizações Militares de Infantaria Motorizada em Mecanizada e modernizar as de Cavalaria Mecanizada. Para isso, estão sendo desenvolvidas novas viaturas blindadas de rodas, a fim de dotar a força terrestre de meios para incrementar a dissuasão e a defesa do território nacional. (BARCELLOS, 2012, p. 36).

A transformação do 34º BI Mtz. para 34º BI Mec. viabilizou novas estruturas para as atividades militares em Foz do Iguaçu, experimentações doutrinárias implantadas no âmbito do Exército Brasileiro foram modernizadas e adaptadas, de acordo com as inovações em torno das tecnologias militares no contexto mundial. As novas doutrinas implantadas pelos projetos tiveram como foco o avanço da operacionalidade do Exército na Tríplice Fronteira, as atuações voltadas para manutenção das leis e ordens internas e apresentar os esforços governamentais em torno da defesa territorial por meio do processo dissuasório, que atua de forma preventiva e com o uso do poder militar, em virtude de possíveis atuações de forças externas em território brasileiro.

O projeto Guarani, além de permitir o reforço do potencial nacional para a segurança do território, contribuiu para o desenvolvimento de outros setores considerados importantes do ponto de vista econômico. Para Barcellos.

O Projeto Guarani, alinhado com os objetivos da Estratégia Nacional de Defesa, colabora com o desenvolvimento da Indústria Nacional de Defesa, gerando divisas econômicas diretas para o país. Contribui para o resgate da indústria nacional como produtora e exportadora de produtos de defesa, incrementando a melhoria dos indicadores produtivos nacionais e as ações de desenvolvimento e cooperação regional. (BARCELLOS, 2012, p. 37).

É preciso reforçar que, além de ampliar a indústria bélica do país, o projeto contribuiu para as interconexões militares em face da utilização das tecnologias brasileiras pelos Exércitos de países vizinhos, principalmente Paraguai e Argentina, que ao longo do tempo se tornaram parceiros do Brasil em termos econômicos, geopolítico e em cooperação militar. Dessa forma, o aparelhamento militar do Brasil, na Tríplice Fronteira, facilita a construção de um ambiente favorável para as relações político-militares pela cooperação entre os Exércitos,

que contribuem para ampliar as aproximações entre países com foco na harmonização dos aspectos sociais na conurbação transfronteiriça.

Entende-se que a ampliação militar brasileira nos territórios de fronteira, por meio do Exército e suas inovações tecnológicas, busca construir estratégias que possibilitem a definição de um campo de atuação, com vistas à antecipação das práticas que têm a finalidade de neutralizar possíveis ameaças ao Estado, antes mesmo de sua incidência no território.

A percepção governamental das áreas de fronteiras, como territórios estratégicos, determinou o processo de evolução militar para, assim, confrontar os desafios de ordem transfronteiriça por meio das conexões entre as Unidades Militares de fronteira e o centro do poder, a fim de agregar esforços para atuação de sistemas que agilizem a mobilização das forças armadas no território brasileiro na interceptação antecipada de possíveis problemas. Nesse contexto, destaca-se o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON, um dos projetos do Exército para a fronteira em Foz do Iguaçu. Conforme Barcellos, esse sistema:

É um projeto integrado de sensoriamento, de apoio à decisão e de emprego operacional, com vistas a fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado na faixa de fronteira, além de reduzir problemas próprios dessas áreas e fortalecer a interoperabilidade, as operações interagências e a cooperação regional. (BARCELLOS, 2012, p. 3).

O sistema citado condiciona interoperabilidade e cooperação regional por estabelecer conexões com outros sistemas nas formulações estratégicas de atuação interna e possibilidades de comunicação externa, que caracterizam o processo de cooperação em âmbito regional.

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON monitora as ações criminosas nas fronteiras do Brasil e auxilia na segurança dos grandes eventos esportivos e encontros de Chefes de Estado por meio das interligações das forças armadas com outros órgãos de Segurança Nacional e Pública. A visão futurística do Exército, em relação a esse sistema, é priorizar as territorialidades amazônicas com maior número de unidades e, dessa forma, diminuir a porosidade do norte do país.

Esse sistema de monitoramento utiliza fotos de satélite, apesar de ter como foco a entrada de drogas e armas no Brasil, também cuida das questões ambientais, no que diz respeito ao uso hidrográfico, o número de incêndio nas florestas e a penetração de forças estrangeiras no território brasileiro por meio das selvas, aqui se destaca a região amazônica pela sua densidade. Conforme Vasconcelos Filho:

O projeto-piloto começou pela fronteira sul do Mato Grosso do Sul, em virtude do grande volume de ilícitos que incidem naquela região e também porque lá poder-se-á demonstrar a eficácia do projeto, mesmo durante sua implantação. Esse projeto se destina, entre outras finalidades, a avaliar, reajustar e refinar as definições preliminares do sistema, possibilitando sua implementação de forma efetiva nas demais regiões do país. (VASCONCELOS FILHO, 2014, p. 49).

Por estar instalado na 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, na cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul, o SISFRON apresenta uma proximidade da Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina pelo seu alcance tecnológico, que permite atender esse território e contribuir no combate às ações criminosas. A visão futurística do Exército, em relação ao processo de monitoração, é alcançar toda linha de fronteira brasileira e o 34º BI Mec., em Foz do Iguaçu, faz parte do plano de instalação do sistema que, certamente, contribuirá para fortalecer o desenvolvimento das estratégias de Segurança Nacional e as interconexões com os países vizinhos.

Além desses projetos abordados que permitem expandir as atividades do Exército na Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina, que tem uma área de responsabilidade desde Foz do Iguaçu até Guaíra, fronteira com Salto del Guairá, Paraguai, existem outros projetos, o de Defesa Antiaérea e o projeto Astro, que consistem em artilharia de longo alcance e que poderá ser utilizado em defesa das estruturas estabelecidas nesse território em estudo, levando em consideração a cooperação de outras unidades do Exército ao 34º BI Mec.

A experiência dos militares desse Batalhão, por atuarem no território de fronteira, exige nível equilibrado de atuação tática em combate a crimes relacionados ao contrabando de armas, munições e drogas. A operação Ágata, que é de nível nacional, e a operação Fronteira Sul, que é desenvolvida pelo Comando Militar do Sul, pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, permitiram a participação em operações de outras regiões do país. Desta feita, por meio da política de Garantia da Lei e da Ordem, como parte das atribuições do Exército, foi enviado no ano de 2014 um efetivo de 37 militares de Foz do Iguaçu para o Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de participar no processo de pacificação da Comunidade da Maré, onde ocorreu a Operação São Francisco em conjunto com outras unidades militares.

Esses fatores apresentam a importância do Exército em Foz do Iguaçu, por meio do 34º BI Mec., como vetor de Segurança Nacional na Tríplice Fronteira e em outros contextos territoriais do Brasil. É um instrumento estratégico militar utilizado para estabelecer as relações de poder, com o objetivo de buscar a confirmação da integridade do Estado Nação,

no que diz respeito aos ideais políticos, sociais e econômicos. Funciona como estratégia geopolítica nas territorialidades fronteiriças entre Brasil, Paraguai e Argentina e oportuniza o fortalecimento das aproximações transfronteiriças com esses países pela concepção de cooperação militar entre países e mantendo o olhar para possíveis atuações de nível transcontinental e em possíveis litígios em que haja envolvimento mútuo.

A presença do Exército na fronteira de Foz do Iguaçu, apesar de não atuar em caráter definitivo nas atividades aduaneiras, dimensiona as ideologias do ponto de vista governamental como instrumento de atuação operacional a ser convocado em momentos oportunos e em face da porosidade fronteiriça. Para tanto, o desenvolvimento de patrulhamento na calha do Rio Paraná se faz necessário e é uma atividade que o 34º BI Mec. desenvolve em face da facilidade de penetração no território brasileiro por essas áreas.

Essas territorialidades tornaram-se pontos estratégicos de ocupação militar, e as transformações tecnológicas do Exército ampliaram as atividades referentes à segurança do território, pois agrega conhecimentos e técnicas ao poder de investigação na tentativa de solucionar as problemáticas intrínsecas da conurbação transfronteiriça estabelecida pelas cidades de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú.

As atividades políticas, econômicas e sociais perpassam os limites geográficos da Tríplice Fronteira com a evolução das práticas humanas do mundo moderno. Esses fatores mencionados, o econômico, o político e o social, são as ferramentas de construção de instrumento de domínio humano e territorial e permitem formar as territorialidades em âmbito fronteiriço, continental e extracontinental. Esse discurso pode ser ancorado na perspectiva de Saquet, ao enfatizar que:

A territorialidade é conceituada pela multiplicidade de contextos histórico-sociais, nos quais se definem as estratégias e os efeitos territoriais. Os territórios são socialmente construídos e seus efeitos dependem de quem está controlando quem e para quais propostas. A territorialidade como componente do poder, não significa somente criação e manutenção da ordem, mas é um esquema para criar e manter o contexto geográfico através do qual experimentamos o mundo e lhe damos significados. (SAQUET, 2013, p. 84).

Se os territórios são socialmente construídos, e essa construção esquematiza o contexto geográfico de forma a dimensionar as ações humanas, as estratégias de Segurança Nacional, com o uso do poder militar, tomam rumos diversos, pois essa diversidade consiste em formalizar as territorialidades no contexto político-militar, uma vez que não se pode descartar a importância desse artifício como forma de controle das ações sociais.

Nesse contexto, as evoluções do território fronteiriço e a dinâmica das atividades políticas do poder central, a partir das conexões de Estados latino-americanos, com vistas a ampliar suas zonas de interesse econômico, como aparato de estruturação territorial, permite uma visualização geoestratégica do Brasil para estruturar a militarização já existente no território fronteiriço. O Estado Nação busca o envolvimento pacífico com os países vizinhos com finalidades de integração geopolítica e interconexão social, que são fatores estruturantes das relações de poder como Segurança Nacional. Em relação a isso, o Governo Brasileiro, por meio do Livro Branco de Defesa Nacional, formaliza que:

[...] o conceito de defesa nacional embora esteja preliminarmente ligado à defesa nacional, a preocupação com o adensamento e a gradativa presença brasileira ao longo da Faixa de Fronteira refletem a prioridade atribuída à integração nacional dos países fronteiriços. (BRASIL, 2012, p. 15).

A integração social dos povos se torna um fator importante ao se referir às estratégias de defesa conjunta pelo fortalecimento da nação e seus aliados. O estabelecimento de condições favoráveis para a realização de planos, a partir das conexões sociais entre países, são arranjos constituídos para favorecerem o potencial nacional, como esforço apresentado pelo Estado para o enfrentamento dos antagonismos com vistas à manutenção da soberania nacional. Para Golbery do Couto e Silva, o poder nacional admite quatro expressões inter-relacionadas e são abordadas da seguinte forma:

Estratégia Política – visando, em particular, a criar e fortalecer laços de coesão interna e de cooperação externa em benefício da consecução e salvaguarda dos objetivos Nacionais, ao mesmo passo que busca dissociar e enfraquecer a coesão e cooperação com que possam contar os antagonistas. Estratégia Psicossocial – visando, em particular, a fortalecer o moral da nação e de seus aliados, quebrantando o dos antagonistas considerados. Estratégia Econômica – visando, em particular, reforçar a estrutura econômica nacional e o seu rendimento, garantindo-lhe a complementação mediante recursos exteriores, ao mesmo passo que busca enfraquecer o sistema econômico dos antagonistas considerados. Estratégia Militar – visando, em particular, reforçar a estrutura militar da nação e empregar suas Forças Armadas contra os antagonistas considerados, contrapondo-se às Forças Armadas destes e derrotando-as, se necessário. (SILVA, 1981, p. 156).

Esses fatores mencionados relacionam-se com as condições territoriais da Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina, de forma a estruturar as estratégias de controle territorial do governo brasileiro em torno do planejamento de defesa Nacional, que leva em conta as fronteiras internacionais como objeto principal, por esboçarem dinamismo e

complexidades, que são delineadas pelas ações humanas, o que justifica a importância da integração social nos parâmetros doutrinários militares. Isso implica dizer que, a partir dessas perspectivas que giram em torno do processo de ampliação do potencial militar para articulação estratégia de forma conjunta, com o envolvimento de Exércitos de diferentes países na América do Sul, o poder militar do Estado Nação deve manter-se em constante preparo em tempo de paz, para que possa atuar em possíveis manobras reais de guerra em território próprio, ou em território externo, sempre em busca de defender os interesses da Nação.

As interconexões do Exército na Tríplice Fronteira consistem em delimitar a atuação governamental com os países vizinhos com olhares nas dimensões positivas que poderão ocorrer a partir dessas aproximações dos meios militares, embora se saiba que é impossível que os Estados se furtem a utilizá-los em ocasiões oportunas, para manter sua soberania em relação a outros países, mesmo que tenham ideologias comuns em termos políticos, econômicos e sociais. Isso se aplica ao contexto da Tríplice Fronteira, em estudo, pois não se pode descartar a possibilidade de divergências ideológicas entre países, apesar das políticas de militarização fronteiriça preverem fatores que condicionam as interconexões das forças de segurança terrestres, como cooperação transfronteiriça. A Estratégia Nacional de Defesa 2008 estimula a integração da América do Sul por meio do instrumento militar com o objetivo de evitar conflitos entre as nações. Para Nelson Jobim:

Essa integração não somente contribuirá para defesa do Brasil, como possibilitará fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa. Afastará a sombra de conflitos dentro da região. Com todos os países avança-se rumo à construção da unidade sul-americana. O Conselho de Defesa Sul-Americana, em debate na região, criará mecanismo consultivo que permitirá prevenir conflitos e fomentar a cooperação militar regional, e a integração das bases industriais de defesa. (JOBIM, 2008, p. 9).

Com base nesses fatores, as interconexões militares se confirmam na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina por meio do Exército brasileiro, com o suporte técnico de atuação operacional do 34º BI Mec., que busca incorporar o dinamismo fronteiriço ao cotidiano de suas ações preventivas de possíveis conflitos no território.

O Exército é importante estrategicamente e no desenvolvimento das atividades voltadas à Segurança Nacional de fronteira, contribuiu na construção de Foz do Iguaçu, pelo fato da cidade expandir-se no entorno do 34º BI Mec. Atuou como segurança aduaneira na Ponte da Amizade e desenvolveu o serviço de polícia na Tríplice Fronteira e em cidades que

estão nessa faixa de fronteira, como é o caso de Cascavel, com os problemas relacionados à distribuição de terras.

A atuação recente no território de fronteira consiste em construir um campo de relacionamento em Foz do Iguaçu e de aproximações transfronteiriças, com o objetivo de desenvolver, com eficácia, as mobilidades futuras no que diz respeito à Segurança Nacional na Tríplice Fronteira e delimitar as relações de poder como mecanismo estratégico do Estado Nação, para fortalecer as relações diplomáticas entre países e a atuação militar conjunta com o envolvimento dos Exércitos no território de fronteira, e em outras localidades, por meio de exercícios instrutivos para estabelecer intercâmbio em relação ao ensino e tecnologias militares.

Em virtude da dinâmica apresentada pela conurbação das cidades de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú, observa-se a importância da Instituição Exército Brasileiro que, com os seus projetos voltados a implantar um poder de dissuasão em resolução dos problemas existentes na linha de fronteira do Brasil, condiciona a segurança do território com o auxílio das forças de Segurança Nacional e Pública, como parte das estruturas do potencial nacional na Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como tema e objetivo analisar o Exército brasileiro – 34º BI Mec. e as territorialidades transfronteiriças de Foz do Iguaçu, que compreendem Brasil, Paraguai e Argentina e é conhecida como Tríplice Fronteira. Analisou-se a interdisciplinaridade com as abordagens conceituais das territorialidades dessas interconexões, que são estabelecidas como relações de poder entre esses três países.

A pesquisa fez uma abordagem interdisciplinar, com um viés geográfico, pautado nas concepções de território e de territorialidades transfronteiriças, com foco no 34º BI Mec. como objeto principal de investigação. Buscou-se comprovar sua importância, do ponto de vista político-militar, e como instrumento de Segurança Nacional e as territorialidades entre estes Estados Nacionais, além de apresentar suas contribuições para a sociedade das cidades que compõem esta conurbação internacional de Foz do Iguaçu, no Brasil; Ciudad del Este, Minga Guazú, Presidente Franco e Hernandárias, no Paraguai e Puerto Iguazú, na Argentina.

As conexões destas territorialidades transfronteiriças perpassam e se confirmaram no decorrer do tempo histórico, estabeleceram-se como fronteiras políticas dos Estados Nacionais mediante concepções geradas por questões territoriais, pelos processos de arbitragens e por meio de tratados entre esses países. As relações de aproximações e afastamentos sociais nos territórios que envolvem Brasil, Paraguai e Argentina, em diferentes temporalidades, partiram dos relacionamentos estabelecidos pelos povos Guaranis, que estavam presentes nessas territorialidades e contribuíram para a construção do contexto sociocultural dos países. A contiguidade entre os Estados Nacionais e o desenvolvimento das atividades humanas, com a presença de povos estrangeiros nos territórios brasileiro, paraguaio e argentino, foram um dos fatores que nortearam as articulações estratégicas para a implantação de instrumentos que representassem o Estado, a fim de estabelecer as relações de poder no território.

O desenvolvimento da Tríplice Fronteira, do ponto de vista social e econômico, e as delimitações territoriais, no transcorrer do tempo histórico, condicionou a implantação dos instrumentos geradores das relações de poder. A Colônia Militar do Iguassu foi um marco histórico no que diz respeito ao processo formal das delimitações territoriais, sendo objetivos governamentais fazer-se presente nos espaços de fronteira e promover o desenvolvimento com o processo de colonização, além de encurtar as distâncias dos locais considerados como sertões ao centro do poder, por se destacarem como espaços mais desenvolvidos.

Parte da história de Foz do Iguaçu é conhecida por meio de relatos militares. Isso contribuiu para entender que o território fronteiroço passou por um processo de desterritorialização, em virtude do número elevado de estrangeiros que foram atraídos pelo cultivo de erva-mate e madeira, por ser as principais fontes de renda. As relações de poder estabelecidas buscaram solucionar as problemáticas existentes e estabelecerem medidas que condicionassem o processo de reterritorialização e a confirmação dos aspectos socioculturais e geopolíticos, como parte da formação constitucional do Estado Nação.

O Exército brasileiro apresentou-se como principal instrumento de relações de poder, em diferentes momentos históricos, e de aproximações transfronteiriças a partir das novas concepções políticas do Estado, que estabelecem relações sociais como fatores estruturantes das conexões territoriais e de interconexões com os países vizinhos. Teve participação na formação histórica de Foz do Iguaçu e contribuiu com a população em fatores importantes, tais como atuação na área da saúde, da educação, na distribuição de lotes para a construção de casas, além de disponibilizar um mercado, nas instalações do 1º Bfron, com atendimento extensivo à sociedade iguaçuense.

Representado, atualmente, pelo 34º BI Mec., constituiu-se um instrumento estratégico de atuação operacional do ponto de vista governamental, por ser responsável pela defesa da Pátria contra os antagonismos dos países vizinhos numa área fronteira, que compreende desde Foz do Iguaçu até Guaíra. Também é um instrumento tático policial, pois atuou como polícia aduaneira no período de 1964 a 1984, em que o país era norteado pelos preceitos políticos-militares e, hoje, por sua atuação em operações conjuntas com os órgãos de segurança pública de cunho preventivo, em virtude das ações criminosas relativas ao contrabando de armas, munições e drogas no contexto da Tríplice Fronteira.

Além das atuações militares de cunho internacional, como integrante das forças de pacificação da ONU, como é o caso das atividades desenvolvidas atualmente no Haiti; as atuações de apoio à sociedade civil interna, pelo Exército, consistem em atender às solicitações do Estado Brasileiro, como instrumento de ajuda humanitária em desastres ambientais e em situações de calamidade pública. Essas análises permitem entender que, além de se apresentar como relações de poder, esta instituição é interdisciplinar por desempenhar atividades que exigem diferentes estratégias de atuações no território, na fronteira e além da fronteira, que foi o objeto de estudo desta pesquisa.

O processo de aproximação entre estes países envolvidos desenvolveram-se frente às estruturas estratégicas do ponto de vista de cada Estado Nação e em diferentes temporalidades, como é o caso da constituição dos Parques Nacionais do Iguaçu e a Ponte

da Fraternidade entre Brasil e Argentina; a construção da Hidrelétrica de Itaipu e a Ponte da Amizade entre Brasil e Paraguai, que condicionaram o desenvolvimento econômico por meio do turismo e das atividades comerciais. Esses fatores contribuíram para tornar os espaços de fronteira em uma conurbação transfronteiriça.

As ligações dos territórios se fortaleceram com o desenvolvimento das atividades comerciais dos povos da Tríplice Fronteira. No entanto, ao mesmo tempo em que o Exército promoveu aproximações pelas atividades econômicas e socioculturais, também gerou antagonismos e afastamentos do ponto de vista geopolítico e diplomático entre países, principalmente ao se tratar da construção da Hidrelétrica de Itaipu, pela discordância da Argentina com o uso das águas do Rio Paraná por Brasil e Paraguai.

Houve, também, o processo de desterritorialização, causado pelo aumento do fluxo hidrológico, que fez desaparecer povoados e, pelos impactos ambientais como a inundação dos saltos das Sete Quedas, na cidade de Guaíra. Os acertos superaram os desacertos em torno desse projeto geopolítico estabelecido entre Brasil e Paraguai, ele foi o principal a atribuir crescimento econômico e tecnológico para os dois países. Em virtude disso, parte das articulações de Segurança Nacional na Tríplice Fronteira, gira em torno de suas instalações atreladas à subestação de Furnas, que por serem consideradas estruturas estratégicas, do ponto de vista governamental, necessitam da presença do Exército nos planos de segurança interna. Nesse contexto, vale destacar que os chefes de segurança interna da Itaipu são coronéis aposentados do Exército, o que complementa as ações do Estado no que diz respeito ao processo de proteção às estruturas por meio do Projeto Proteger.

As aproximações do Brasil com a Argentina, no território de fronteira, tomaram novas dimensões depois dos arranjos territoriais estabelecidos pelas conexões diplomáticas e com as delimitações territoriais dos Parques Nacionais do Iguaçu, que se apresentam como zona tampão e funciona de forma natural, como área conjunta de segurança dos Estados, que fazem parte das ações militares, a destacar o Exército brasileiro na Tríplice Fronteira, que tem o maior número de efetivo em relação às demais forças militares do Paraguai e da Argentina, o que facilita sua utilização para resguardar as áreas de proteção ambiental. Esses fatores apresentados confirmam as interconexões estabelecidas pelas relações de poder e, nestas territorialidades entre Brasil Paraguai e Argentina, pela atuação conjunta em atividades voltadas para a segurança coletiva, pautada pelos interesses dos Estados Nacionais.

Os critérios estabelecidos para atuação das forças armadas conjuntas dos países da América do Sul partem da consolidação da UNASUL, que tem como objetivo unir os países em torno de perspectivas como relações comerciais, culturais, políticas e desenvolver articulações de defesa. Com isso, tornou-se importante a criação do CDS, que visa à aproximação dos países em busca de delimitarem estratégias de defesa e tornarem o contexto sul-americano uma zona de paz, mediante análises em torno das realidades políticas mundiais.

Por fazer parte dessa zona de atuação de defesa, a Tríplice Fronteira se adéqua às estratégias estabelecidas por esse Conselho de Segurança, pelas interconexões existentes entre os Exércitos do Brasil, Paraguai e Argentina em atividades de preparo militares, que são pautados pelo processo de desenvolvimento regional, com olhares voltados para o fortalecimento estratégico das cooperações em termos tecnológicos e de conhecimento tático.

O intercâmbio de tecnologias militares está presente nas ideologias do contexto político-militar, pois pretende reforçar a adequação dos instrumentos bélicos para possíveis atuações, que se faça necessário o uso compartilhado de aparelhagem. Por isso, a existência de políticas comerciais entre países em torno da troca de material bélico, isso acontece para complementar as condições políticas, econômicas e o fortalecimento das Forças Armadas.

Esse compartilhamento de tecnologias militares tornam-se indispensáveis, em virtude do desenvolvimento bélico mundial e pela possibilidade de oscilações nas relações diplomáticas entre países transcontinentais, o que poderá gerar zonas de conflitos com o envolvimento de países ligados pelas contiguidades territoriais, pela constituição de blocos econômicos e de defesas e que compartilham riquezas naturais consideradas importantes do ponto de vista social.

No transcorrer da pesquisa, observou-se que há uma preocupação, por parte dos governantes dos três países em estudo, em aparelhar os Exércitos e construir um campo de atuação conjunta, que se estabelece pelo intercâmbio de tecnologias e conhecimento estratégico, e até a estruturação de exércitos combinados com o objetivo de adequação disciplinar para atuação em possíveis combates reais em defesa dos ideais de cada Estado Nação, que consistem em desenvolver atividades de defesa conjunta dos territórios. Apesar das diferenças políticas, econômicas, sociais e culturais entre Brasil, Paraguai e Argentina pode-se observar que, no âmbito da defesa, existem reciprocidades em virtude das aproximações pelos aspectos geográficos e os projetos geopolíticos, além da contiguidade territorial.

Esses fatores confirmam as aproximações e as interconexões militares na Tríplice Fronteira como relações de poder, a partir do 34º BI Mec. e as territorialidades entre Brasil, Paraguai e Argentina, como articulação estratégica para o desenvolvimento de ações conjuntas de defesa. O território em estudo apresenta-se como um cenário importante para a realização de novas pesquisas do ponto de vista político-militar, por se destacar como um espaço de fronteira dinâmico, no que diz respeito ao desenvolvimento de atividades humanas, que envolvem a atuação das relações de poder do Estado Nação.

## 5. REFERÊNCIAS

ARQUIVO DO 34º BI Mec. **Boletim Interno 051 18 de Março**. Foz do Iguaçu, 2014.

ARQUIVO DO 34º BI Mec. **Boletim Interno 36 de 20 de fevereiro**. Foz do Iguaçu, 2006.

ARQUIVO DO 34º BI Mec. **Boletim Interno 178 de 26 de Setembro**. Foz do Iguaçu, 2014.

ARQUIVO DO 34º BI Mec. **Boletim Interno 98 de 20 de abril**. Foz do Iguaçu, 1950.

ARQUIVO DO 34º BI Mec. **Actos do Poder Executivo**. Decreto nº 10.024 de 29 de janeiro de 1913.

ARGENTINA. Ministério de Defesa, Buenos Aires. **Livro Branco de Defesa**. 2015.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BARCELLOS. Carlos Alberto Neiva. Projetos Estratégicos. Indutores da Transformação do Exército. **Revista Verde Oliva**. Brasília ano XL nº 217, p. 3, 2012. Edição Especial.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro branco de defesa nacional**. 2012. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>> Acesso em: 20 junho 2015.

BRASIL. Ministério das Relações Internacionais. **Acordo sobre a Missão Militar de Instrução no Paraguai-Sistema Atos Internacionais**. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1948\\_11/](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1948_11/)>. Acesso em: 20 março 2015.

BRASIL. Ministério das Relações Internacionais. **Acordo, por Troca de Notas, para a Reestruturação da Comissão Mista Militar Brasil-Estados Unidos**. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1955/b\\_30/](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1955/b_30/)>. Acesso em: 20 março 2015.

BRASIL. **Decreto nº 7.667, de 11 de janeiro de 2012**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7667.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7667.htm)>. Acesso em: 26 junhos 2015.

BRASIL. **Noticiário do Exército junho de 2015**. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/web/midia-impressa/noticiario-do-exercito>>. Acesso em: 20 dezembros 2015.

BRASIL. Receita Federal. **Receita Federal apoia o Exército na Operação Ágata**. Disponível em: <<http://m.acoesdareceita.receita.gov.br/search?SearchableText=exército>>. Acesso em: 07 fevereiro 2016.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Mapa da Faixa de Fronteira e as Bases do Exército**. Comissão Permanente Para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira, Brasília, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

BRITO, José Maria de. **Descoberta de Foz do Iguaçu e a fundação da Colônia Militar**. Paraná: Travessa dos Editores, 2005.

BUENO, Clodoaldo. **Passado e Presente das Relações Brasil-Argentina**. Instituto de Estudos Avançados, São Paulo: USP, 1997.

CANDEAS, Alessandro. **A integração Brasil-Argentina: história de uma ideia na “visão do outro”**. Brasília: FUNAG, 2010.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. A geopolítica do Prata e a Construção da Tríplice Fronteira: **Anais** do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2014. Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 59-70.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. **Processo de Transfronteirização na Bacia do Prata: A Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai**. 2013, p. 254 Tese de Doutorado em Geografia. Porto Alegre: UFRGS/Posgea.

CÉSPEDES, Lilian. Exército brasileiro entrega pneus de veículos blindados para o Paraguai. **A Gazeta do Iguaçu**, Foz do Iguaçu, dez. 2015.

COLODEL, José Augusto. **Obrages E Companhias Colonizadoras: Santa Helena na História do Oeste Paranaense até 1960**. Paraná: Educativa Paraná, 1988.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. **Considerações Sobre a Interdisciplinaridade**. In: Philippi Jn., Arlindo. **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus, 2000.

COSTA, Rogério Haesbaert da. Filosofia, Geografia e Crise da Modernidade. In: MENDES, Chico; Barros, Raimundo de; GONÇALVES, Carlos Walter Porto; COLTRINARI, Lylian; SILVA, Armando Corrêa da; FERNANDES, Bernardo Maçano (Org). **Associação dos Geógrafos**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

CURY, Mauro José Ferreira. **Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI): Interconexões, Interdependências e interpretações nas cidades da Tríplice Fronteira Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Leste (PY) e Puerto Iguazú (AR)**. 2010, p. 224, Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Federal do Paraná.

CURY, Mauro José Ferreira. Territorialidades transfronteiriças no Oeste do Paraná: Brasil, Paraguai e Argentina. **Revista Geonorte**, Edição Especial 3, v.7, no 1, p.884-897, UFAM, Manaus. 2013.

CURVO, Ademar Marques. **1º Batalhão de Fronteira Livro de Ouro**. Foz do Iguaçu: Requião Ltda, 1965.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade na Formação de Professores**. **Revista Ideação**, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu, 2008.

FILHO, Sebastião Lopes de Vasconcelos. **Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (Sisfron):** Uma contribuição para a segurança nacional. Rio de Janeiro: ESG, 2011.

FOUCAULT, Michael. **Segurança, território, população.** São Paulo, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A interdisciplinaridade como Necessidade e como Problema nas Ciências Sociais.** *Revista Ideação*, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu, 2008.

GIBLER, Douglas M. **A paz territorial:** Fronteiras, desenvolvimento do estado e conflito internacional. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES PINTO, Tão. **Itaipu:** Integração em concreto ou uma pedra no caminho?. Barueri, São Paulo: Manole, 2009.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o Espaço Colonial:** migrações no Oeste do Paraná (1940-1970). Cascavel: Edunioeste, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização.** Rio de Janeiro, 2010.

JOBIM, Nelson. **Ministério de Estado da Defesa:** Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, 2008.

LOPES, Sergio. **O território do Iguaçu no Contexto da “Marcha para o Oeste”.** 2. Ed., Cascavel: Edunioeste, 2008.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica, v III.** Editora FGV, Rio de Janeiro, 2011.

MATTOS, Carlos de Meira. **A geopolítica e as Projeções do Poder.** Editora J. Olympio, Rio de Janeiro, 1977.

MISKIW, Antonio Marcos. **A Fronteira como Destino de Viagem:** A Colonia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907) 2009, p. 245, Tese de Doutorado em História Social - Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2009.

NASCIMENTO, Carlos Silva do. **A “Questão Militar”:** Indisciplina e Crise em meio à Crise Hegemônica Imperial (1968-1889). *Memória e Patrimônio. Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO, Unirio*, Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, Nara. **Foz do Iguaçu Intercultural:** cotidiano e narrativas da alteridade. Foz do Iguaçu: Epigrafe, 2012.

PAVANELLI, Thiago Augusto Malvestio. **Brasil e Argentina: política externa do Estado Novo e o projeto desenvolvimentista.** 2014, p. 94 Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

PARANÁ. **Coletânea de Mapas Históricos do Paraná.** Disponível em: <  
[http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas\\_itcg.html](http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg.html)>. Acesso em: 13 novembro 2015.



PIMENTA, Carlos. **Contributos Para a Elaboração de Uma Tese Interdisciplinar. Revista Ideação.** Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu, 2008.

PRADO, Emanuel Marcos Cruz. **Engenharia Militar de Construção do Exército Brasileiro:** Histórico das unidades e subunidades de engenharia militar de construção e as principais atividades desenvolvidas até o ano de 2000. Lages: Clube de Autores, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 2010.

RITT, Evandro. **A Colonia Militar de Foz do Iguaçu – PR Um Projeto de Consolidação de Uma Fronteira: 1880-1920.** 2011, p.142, Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Estadual de Londrina.

SALOMÃO, Victória Antônia. **Estado da Arte do Pacto ABC (Argentina, Brasil e Chile):** O centenário Como Momento Oportuno para avaliar seu significado na literatura sobre política externa brasileira. UFPEL, Pelotas, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões.** Fundação Ulysses Guimarães, Porto Alegre, 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território.** São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SANTA ROSA, Silmara Dencati. **A crise Imperial e a Perspectiva Republicana:** Alguns Fatores que Determinaram o fim do Império. **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá, v. 1, n. 1, jun. 2014.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **Identidade nas Fronteiras:** Território, Cultura e Historia. São Leopoldo: Oikos, 2011.

SILVA, Golbery do Couto. **Conjuntura política nacional:** O poder Executivo e a Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SILVA, Golbery do Couto. **Planejamento Estratégico:** Rio de Janeiro. Complementada, Bibliex, 1979. Edição especial.

SILVA, Maria de Fátima Gomes da. **Múltiplos Objetos, Múltiplos Olhares:** Perspectivas Interdisciplinares da Pesquisa em Educação no Ensino Superior. **Revista Ideação**, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu, 2008.

SILVEIRA, Maria Laura. Novos acontecimentos, novas territorialidades. In: DIAS, Leila Christina (Org.) **Territorialidades Humanas e Redes Sociais.** 2 Ed., p. 39-62, Florianópolis: Insular, 2013.

SOUTO, Cíntia Vieira. A missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai e a aproximação Paraguaia Brasileira na década de 1940. **Anais** do XII Encontro Estadual de História Anpuh/RS. Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISSINOS, São Leopoldo, 2014.

TEIXEIRA, Claudio. **Iguaçu + 20: Dia da Amizade Brasil-Argentina**. Puerto Iguazú: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

UNASUL. **Estatuto do Conselho de Defesa Sul-americano da Unasul**. Disponível em:< [http://www.ceedcds.org.ar/Portugues/09-Downloads/PORT-ESTATUTO\\_CDS.pdf](http://www.ceedcds.org.ar/Portugues/09-Downloads/PORT-ESTATUTO_CDS.pdf)> Acesso em: 20 dezembro 2015.

WACHOWICHZ, Ruy. **História do Paraná**. 10 ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.